

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO
MINEIRO – *CAMPUS* UBERABA
Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica

KELRY ÁUREA COSTA FONSECA

**GESTÃO DE RISCOS APLICADA AO PROCESSO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO
ESTUDANTIL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: uma análise propositiva baseada na ABNT NBR
ISO 31000**

**UBERABA - MG
2023**

KELRY ÁUREA COSTA FONSECA

**GESTÃO DE RISCOS APLICADA AO PROCESSO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO
ESTUDANTIL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: uma análise propositiva baseada na ABNT NBR
ISO 31000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa III: Gestão das Organizações e Políticas Públicas para a Educação Tecnológica e Profissional.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima.

**UBERABA - MG
2023**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Setor de Referência do IFTM –
Campus Uberaba-MG

F733a Fonseca, Kelry Áurea Costa
Gestão de riscos aplicada ao processo de permanência e êxito
estudantil na rede federal de educação profissional, científica e
tecnológica: uma análise propositiva baseada na ABNT NBR ISO 31000
/ Kelry Áurea Costa Fonseca – 2023.
200 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Tecnológica) -
Instituto Federal do Triângulo Mineiro- Campus Uberaba- MG, 2023.

1. Evasão escolar. 2. Gestão de riscos. 3. Permanência e êxito.
4. Modelagem. 5. ISO 3100. I. Lima, Geraldo Gonçalves de II. Título.

CDD 370.113



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

KELRY ÁUREA COSTA FONSECA

**Gestão de Riscos Aplicada ao Processo de Permanência e Êxito na Rede
Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: uma análise propositiva baseada na ABNT
NBR ISO 31000**

FOLHA DE APROVAÇÃO DEFESA DISSERTAÇÃO

Data da aprovação: 20/12/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

**Presidente e
orientador:**

Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima

IFTM Campus Uberaba

Membro Titular

Prof. Dr^a Guilherme de Freitas Borges

IFTM Campus Patrocínio

Membro Titular

Prof. Dr. Gustavo Henrique Moraes

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira – INEP

**GERALDO GONCALVES DE LIMA
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO**



Documento assinado eletronicamente por GERALDO GONCALVES DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 20/12/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME DE FREITAS BORGES
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME DE FREITAS BORGES, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 20/12/2023, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO HENRIQUE MORAES
USUÁRIO EXTERNO



Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE MORAES, USUÁRIO EXTERNO, em 20/12/2023, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador C488360 e o código CRC 9B065ADF.

Dedico este trabalho a Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Seja dada toda honra e glória ao meu Senhor. Ai de mim se não fosse a misericórdia Dele.

AGRADECIMENTOS

Obrigada, Pai, por me permitir chegar até aqui. É apenas o começo, porque os meus sonhos são grandes e a Vossa misericórdia é infinita na minha vida, uma trajetória escrita nas contas do rosário pela intercessão poderosa da minha mãe, Nossa Senhora Aparecida. Ao meu Senhor toda honra e toda glória eternamente!

Aos amores da minha vida: Alex Said, Maria Isabella e João Eduardo. Não foi fácil me ausentar e mais difícil ainda ter sido ausente mesmo estando com vocês. Obrigada, Alex, por ter deixado tudo mais leve e por ter pensado em todos os detalhes cada vez que eu saía de casa. Você tem um papel fundamental nesta conquista. Amo você!

Aos meus pais, Waldemar e Zélia, agradeço as palavras de apoio e incentivo. Amo vocês!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima, obrigada pela sua orientação tranquila, respeitosa, educada e por ter acreditado no meu projeto. Serei eternamente grata por ter aceitado o desafio de orientar a minha pesquisa de forma sábia e generosa, mostrando os caminhos e incentivando a minha autonomia.

Aos membros da banca de qualificação, Profs. Dr. Gustavo Henrique Moraes e Dr. Guilherme de Freitas Borges, obrigada pelas orientações e pelo incentivo que aprimoraram a minha pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Uberaba, gratidão pelo acolhimento. Aprendi muito com vocês! Não apenas na jornada acadêmica, mas também no exercício humano da docência.

Aos colegas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, com os quais dividi a alegria de vivenciar o sonho do mestrado.

“Vivem melhor as organizações que aprendem a lidar com riscos. No setor público, especialmente, a gestão de riscos é fundamental para maximizar o valor de cada centavo investido pelo contribuinte em benefício da sociedade.”
(Braga; Marciape Neto, 2012, p. 19).

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma modelagem para o Gerenciamento dos Riscos que levam à evasão escolar da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). O objetivo geral foi investigar, de forma analítica e propositiva, os aspectos do fenômeno da evasão escolar para o desenvolvimento de uma metodologia de gestão de riscos, controle e monitoramento na RFEPCT. O estudo teve como objetivos específicos: identificar os fatores individuais, internos e externos associados à evasão escolar; analisar as bases conceituais dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção de Permanência e Êxito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com o propósito de identificar as teorias, conceitos e fundamentos utilizados nos documentos; apresentar propostas para a redução do índice de evasão escolar, em consonância com a ABNT NBR ISO 31000; elaborar, como produto educacional, uma Modelagem de Gestão de Riscos baseada na ABNT NBR ISO 31000, tendo em vista a permanência e o êxito estudantil na RFEPCT. Assim, foram investigadas as seguintes questões de pesquisa: quais os motivos pessoais, institucionais e sociais que levam o estudante a evadir da RFEPCT? Quais as teorias, conceitos e fundamentos foram comumente adotados nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia? Quais propostas podem auxiliar para a redução do índice de evasão escolar na RFEPCT? De que forma as diretrizes da Norma ISO 31000 podem ser aplicadas no processo de gestão de riscos para a redução do índice de evasão escolar na RFEPCT? Desta forma chegou-se à compreensão do problema de pesquisa, a saber: quais as variáveis que influenciam na evasão escolar da Educação Profissional e Tecnológica? Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental em uma abordagem qualitativa. A fundamentação teórica reportou a autores e a documentos que abordam o tema evasão no contexto da Educação Profissional Tecnológica, as diretrizes da Norma ISO 31000, os Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção e o Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na RFEPCT. Assim, como produto educacional, desenvolveu-se uma modelagem baseada nas diretrizes da ABNT NBR ISO 31000. As variáveis associadas à evasão da EPT são todos os fatores de risco: individuais, internos e externos que tiram do estudante a chance de permanecer na instituição e ter êxito na escolha feita. Assim, a modelagem desenvolvida permitirá o gerenciamento dos fatores que comprometem a permanência e o êxito na RFEPCT e possibilitará uma nova abordagem da evasão escolar no ambiente educacional, de forma a padronizar os processos para que a instituição de ensino consiga agir preventivamente e se antecipar aos fatores que estiverem ao seu alcance.

Palavras-Chave: evasão escolar; gestão de riscos; permanência e êxito; modelagem; ISO 31000.

ABSTRACT

This research presents a modeling for Risk Management related to student dropout in the Federal Network of Professional, Scientific, and Technological Education (RFEPCT). The general objective was to analytically and propositionally investigate aspects of the school dropout phenomenon for the development of a risk management methodology, control, and monitoring in RFEPCT. The study had specific objectives: to identify individual, internal, and external factors associated with school dropout; analyze the conceptual foundations of the Strategic Plans for Intervention and Monitoring to Overcome Dropout and Retention in the Federal Institutes of Education, Science, and Technology, with the purpose of identifying the theories, concepts, and foundations used in the documents; propose measures to reduce the school dropout rate in accordance with ISO 31000; examine guidelines for risk management according to ISO 31000; and develop, as an educational product, a Risk Management Modeling based on ISO 31000, considering student retention and success in RFEPCT. Thus, the following research questions were investigated: What are the personal, institutional, and social reasons that lead students to drop out of RFEPCT? What theories, concepts, and foundations are commonly adopted in the Strategic Plans for Intervention and Monitoring to Overcome Dropout and Retention in the Federal Institutes of Education, Science, and Technology? What proposals can help reduce the school dropout rate in RFEPCT? How can the guidelines of ISO 31000 be applied in the risk management process to reduce the school dropout rate in RFEPCT? This led to an understanding of the research problem, namely: What variables influence dropout in Professional and Technological Education? The methodological procedures used were bibliographic and documentary research in a qualitative approach. The theoretical framework referred to authors and documents addressing the dropout theme in the context of Professional Technological Education, the guidelines of ABNT NBR ISO 31000, the Strategic Plans for Intervention and Monitoring to Overcome Dropout and Retention in the Federal Institutes of Education, Science, and Technology, and the Guiding Document for Overcoming Dropout and Retention in RFEPCT. Thus, as an educational product, a modeling based on the guidelines of ISO 31000 was developed. The variables associated with the dropout in Professional and Technological Education (PTE) encompass all risk factors—individual, internal, and external—that deprive students of the opportunity to remain in the institution and succeed in their chosen path. Therefore, the developed modeling will enable the management of factors that jeopardize persistence and success in RFEPCT, providing a new approach to school dropout in the educational environment. This standardization of processes will allow the educational institution to act preventively and anticipate factors within its control.

Keywords: school dropout; risk management; persistence and success; modeling; ISO 31000.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Relação das Escolas de Aprendizes Artífices inauguradas com o Decreto nº 7566/1909.....	27
QUADRO 2	Histórico da Educação Profissional no Brasil.....	28
QUADRO 3	Caracterização das instituições que integram a Rede Federal.....	32
QUADRO 4	Alunos evadidos por tipos de cursos e por ciclos de matrículas iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011....	39
QUADRO 5	Situação dos egressos da RFEPCT no que se refere ao trabalho e ao estudo.....	44
QUADRO 6	Categorização das causas da Evasão e da Retenção.....	52
QUADRO 7	Principais causas da Evasão da EPT.....	70
QUADRO 8	Estrutura da Gestão de Riscos.....	75
QUADRO 9	Gradação da Probabilidade.....	93
QUADRO 10	Gradação da Severidade.....	95
QUADRO 11	Matriz de Nível de Risco.....	97
QUADRO 12	Classificação do Nível de Risco	99
QUADRO 13	Inventário de Riscos.....	102
QUADRO 14	Plano de Ação.....	167

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Organização dos níveis e etapas da educação brasileira em articulação com a educação profissional e tecnológica.....	31
FIGURA 2 –	Desempenho das Redes que ofertam Educação Profissional no ENEM, em 2009.....	42
FIGURA 3 –	Desempenho comparado no ENEM de alunos oriundos de escolas técnicas de diferentes redes de educação profissional, por área de conhecimento, em 2010.....	43
FIGURA 4 –	Modelo conceitual de desgaste de estudantes não tradicionais....	60
FIGURA 5 –	Estrutura da Gestão de Riscos.....	75

LISTA DE ABRAVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
EAA	Escola de Aprendizes Artífices
EPT	Educação Profissional Tecnológica
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFAL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFAP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IFNMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de MG
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFSUDESTEMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG
IFCATARINENSE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFFARROUPILHA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
NBR	Norma Brasileira
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE ENSINO	21
1.1 Educação Profissional no Brasil	21
1.2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	33
CAPÍTULO 2	
EVASÃO ESCOLAR NA REDE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO	38
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
2.1 Evasão Escolar e as concepções associadas ao fenômeno.....	38
2.2 Compreendendo a evasão escolar: conceitos e abordagens.....	48
2.3 Evasão Escolar no cenário internacional.....	57
2.4 Permanência e Abandono escolar: uma análise na EPT.....	62
2.5 Causas associadas à evasão escolar da RFEPCT.....	67
2.6 Gestão de Riscos baseada na ABNT NBR ISO 31000.....	72
CAPÍTULO 3	
PERCURSO METODOLÓGICO	77
3.1 Abordagem da Pesquisa.....	77
3.2 Processo de construção do Produto Educacional.....	79
3.3 Análise dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para superação da evasão e da retenção.....	81
3.4 Modelagem de Gestão de Riscos na RFEPCT.....	90
CAPÍTULO 4	
PRODUTO EDUCACIONAL	171
4.1 Apresentação do Produto Educacional.....	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) se expandiu com o objetivo de democratizar a oferta dos cursos nas mais diversas regiões do país, cumprindo o papel social ao oferecer uma educação pública e de qualidade. Não é apenas uma política de expansão, mas também a implementação de políticas públicas direcionadas à educação para o desenvolvimento do país, com construção e federalização de escolas técnicas (Castioni; Moraes; Passades, 2019).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) foram criados pela Lei Federal nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, com os objetivos de contribuir para o crescimento da região em que estiverem presentes e promover uma política pública voltada às classes menos favorecidas.

A história da educação profissional e tecnológica vem sendo escrita há mais de 100 anos e todas as transformações estão sendo direcionadas de forma a torná-la mais justa e democrática ao longo dos anos. Entretanto, existem desafios a serem enfrentados, sobretudo a evasão escolar. Assim, a permanência e o êxito do estudante passam a ser objetos de importante discussão dentro da educação pública.

Ainda que a RFEPCT tenha toda uma estrutura de recursos físicos e humanos, constata-se que o índice de evasão é um problema a ser gerenciado, conforme a auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2012).

O relatório do TCU, por meio do Acórdão 506/2013, recomenda à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que institua, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e demais instituições, um plano voltado para o tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse sentido, pode-se afirmar que a evasão escolar é, sim, um desafio a ser superado.

O desafio começa com a limitação das publicações sobre o tema evasão escolar na educação profissional e tecnológica. Mesmo que seja assunto abordado por diversos autores, observa-se que as pesquisas direcionadas ao enfrentamento ainda são exíguas. É preciso um melhor entendimento sobre os motivos que levam o estudante a evadir da escola para que, por meio da análise dos dados referentes à evasão, consiga-se criar ou aprimorar as políticas públicas direcionadas a esse fim.

Não é apenas democratizar o acesso à escola, e sim garantir que o estudante permaneça e tenha êxito no ambiente escolar.

Para Rumberger (2004) apud Dore e Lüscher (2011), é preciso conhecer as causas da evasão escolar para solucionar esse problema. É um evento indesejado dentro das instituições de ensino públicas e privadas e causa desequilíbrio nos âmbitos pessoal, social e econômico e na própria instituição de ensino. Nesse sentido, o posicionamento de Machado (2009) é que, ao conhecer os fatores associados à evasão, é possível determinar estratégias pertinentes à sua solução.

A complexidade da evasão começa na conceituação do termo. Existem, na literatura, diferentes abordagens que, segundo Dore e Lüscher (2011), podem estar relacionadas às inúmeras variáveis associadas ao fenômeno.

Neste estudo, adotou-se o conceito de que a evasão “pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição [...] ou à não conclusão de um determinado nível de ensino”. (Dore; Lüscher, 2011, p. 775).

A evasão escolar é um evento indesejado pelas instituições de ensino e suas consequências são os prejuízos que decorrem para a sociedade, a escola, o estudante, os familiares e o governo. Ou seja, ainda que saibamos que ela acontece por diversas razões, é desafiador o estudo a respeito desse tema, pois são numerosos os fatores, as situações e as condições que levam o estudante a desistir.

Entende-se que, ao identificar essas variáveis, é possível gerenciá-las por meio de uma modelagem. Essa modelagem, baseada nas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) Norma Brasileira (NBR) ISO (*International Organization for Standardization*) 31000, possibilitará uma nova abordagem da evasão escolar no ambiente educacional, de forma a padronizar os processos para que a instituição de ensino consiga agir preventivamente e se antecipar aos fatores que estão ao seu alcance.

A proposta da modelagem de riscos, baseada na Norma ISO 31000, está alinhada com a política do Governo Federal, que instituiu, por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, as disposições sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. O Art. 1º da referida instrução normativa estabelece que: “[...] os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança”.

As atividades de gestão educacional no setor público carecem de ferramentas que auxiliem os gestores na tomada de decisões. Por isso, a gestão de riscos, por meio da ABNT NBR ISO 31000, é um importante passo na implementação de propostas que evitem ameaças e direcionem políticas públicas e serviços para atender a sociedade (Brasil, 2016).

Para Nunes (2021), os riscos existem no setor público e precisam ser gerenciados para não comprometerem os serviços ofertados à sociedade. A gestão permite às organizações públicas melhorar a entrega dos serviços ao cidadão, utilizar de forma transparente os recursos públicos investidos, melhorar a eficiência, eficácia e a efetividade das ações desenvolvidas (Brasil, 2009).

A evasão escolar é um problema que precisa ser trabalhado com ações coordenadas, desde a entrada do aluno na instituição até a sua saída. Isso significa que se torna imprescindível identificar as causas, coordenar as ações para o controle da situação e minimizar a probabilidade de ocorrências, mediante uma gestão eficaz, para evitar um impacto negativo na continuidade das atividades das organizações (Martins et al., 2018).

A gestão de riscos assume, cada vez mais, uma posição de destaque nas organizações públicas, tornando-se uma ferramenta indispensável no enfrentamento de situações que podem levar a resultados indesejados e à ineficiência do serviço prestado.

A escolha da ABNT NBR ISO 31000 como referência utilizada no presente estudo foi feita porque as suas diretrizes já foram testadas e são reconhecidas mundialmente, além de ser uma norma estabelecida pelo Poder Executivo Federal para gestão de riscos das atividades no setor público.

Dessa forma, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao estudo da RFEPCT, com ênfase nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, para a contextualização e o direcionamento dos objetivos da pesquisa. A investigação dos aspectos da evasão escolar, as suas concepções e os fatores associados ao fenômeno que comprometem a permanência dos estudantes na RFEPCT são descritos no segundo capítulo. No capítulo terceiro, foi feito o detalhamento das etapas da pesquisa e a estruturação da modelagem com base nas variáveis coletadas na pesquisa bibliográfica e nas definições e diretrizes da Norma ISO 31000. No quarto capítulo, consta a apresentação do produto educacional e, por fim, buscou-se uma reflexão aprofundada sobre o tema da pesquisa nas considerações finais.

JUSTIFICATIVA

A evasão escolar está relacionada a diversos fatores e não apresenta nenhum arquétipo estabelecido. Os aspectos podem estar relacionados a questões pessoais, institucionais, entre outros. O fato é que, independentemente da causa, acarreta prejuízos a todos os envolvidos no processo educacional, além de trazer prejuízo ao erário.

A pesquisa sobre essa temática é de grande relevância, pois faz parte dos problemas vivenciados pelas escolas. Não existe nenhum outro assunto a ser estudado no âmbito educacional na ausência do estudante. A escola só é viva por causa do aluno. Nesse sentido, é preciso considerar que pesquisas envolvendo esse tema são de grande relevância para a educação. Só assim a escola permanecerá viva e cumprirá o seu papel.

Desde as Escolas de Aprendizes de Artífices (EAA), marco da história da educação profissional no Brasil, até a promulgação da Lei nº 11.892/2018, com a criação da RFEPC, tem-se acompanhado um processo de intensas transformações para que o direito à educação seja, de fato, uma conquista real.

Todavia, o direito à educação não se restringe apenas ao acesso à instituição de ensino. Para que, de fato, a democratização aconteça, é preciso que o estudante permaneça e tenha êxito na sua escolha. Assim, discute-se um grande desafio vivenciado na RFEPC: a evasão escolar, conforme relatório do Tribunal de Contas da União (TCU, 2012).

Nesse sentido, Dore et al. (2014) destacam a necessidade de se estudarem as questões relacionadas à expansão e à reorganização da educação profissional no Brasil, com inquietações que abordam a permanência e a evasão como pilares norteadores para a melhoria da qualidade da educação no país.

Por isso, é necessário estudar a evasão escolar profissional, pois são poucas as pesquisas direcionadas para essa modalidade de ensino, conforme relatado por Machado e Moreira (2009):

A ausência de estudos sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas se iniciou. E se a democratização do ensino significa o acesso dos estudantes à escola e a sua permanência nos estudos, a crise em um desses dois termos se mostra um problema. A evasão se refere justamente aos fatores que levam o estudante a não permanecer nos estudos. É, portanto, uma questão relacionada à democratização da escola técnica no país (apud Grossi; Nunes, 2014, p. 475).

Todavia, essa expansão e democratização não eliminaram a preocupação com a questão da evasão escolar, sendo este um problema pouco discutido quando direcionado ao ensino profissional.

Segundo Grossi e Nunes (2014), a maior parte dos estudos sobre evasão é direcionada para o ensino superior, o que pode ser confirmado pelas autoras Dore e Lüscher em pesquisa realizada em 2011, que descrevem a carência de pesquisas sobre evasão no ensino técnico no Brasil. Segundo as autoras:

A expansão do ensino técnico de nível médio e a abertura de novas oportunidades de acesso à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho para os jovens possibilitam um maior grau de democratização da educação técnica. Com isso, a exemplo do que ocorre em países europeus, nos Estados Unidos e na Austrália, emergem problemas relacionados à evasão que podem comprometer o processo de democratização do ensino técnico. O estudo das condições para a permanência ou não de estudantes na escola técnica está relacionado a outro relevante contexto da pesquisa sobre evasão escolar nessa modalidade de ensino: a escassez de informações (Dore; Lüscher, 2011, p. 781).

Não se justificam expansão, democratização e investimento na educação se o aluno não tiver êxito na trajetória educacional com ações viabilizadoras de sua permanência. Por isso, a prioridade deve ser um ensino com condutas e investimentos em políticas públicas que centralizem a permanência e o êxito do estudante na escola, sobretudo por intermédio de pesquisas que identifiquem precocemente o perfil de estudantes propícios a evadir da instituição.

Nesse contexto, torna-se necessário antecipar e prever os obstáculos, para que as escolas consigam direcionar ações mais assertivas no enfrentamento desse problema. O atual cenário, pós-pandemia, aponta a importância de as escolas se organizarem e desenvolverem ações para a permanência e o êxito dos estudantes no ambiente escolar, pois o período intensificou ainda mais os problemas relacionados ao fracasso estudantil. O contexto pandêmico foi revelador, pois manifestou as desigualdades sociais presentes na escola, conforme Cotrim-Guimarães, Ribeiro e Barros (2021).

Não apenas a permanência e o êxito tornaram-se problemas, mas também o ingresso é um fator para o qual a RFEPCT deverá se atentar, pois novas necessidades e, como consequência, novas expectativas surgiram no mundo do trabalho.

Há uma complexidade na discussão sobre permanência e êxito do estudante, o que traz a dimensão do fracasso escolar como uma realidade a ser compreendida em todas as suas vertentes. Buscar direcionamento não é procurar culpados e, sim, saber reconhecer as causas que levam à desestruturação do processo educacional.

Cobra e Braga (2004) já afirmavam sobre a necessidade de as instituições entenderem que os alunos, ao ingressarem em um curso profissionalizante, têm uma perspectiva de empregabilidade. A sua permanência na instituição está associada ao seu nível de satisfação com um todo.

Nesse sentido, Lopes (2006, p. 112) destaca que:

Muito se faz para conquistar novos alunos, mas muito pouco esforço tem sido feito no sentido de reter ou aumentar o nível de satisfação de seus atuais [...]. A manutenção dos seus alunos é, cada vez mais, uma preocupação compartilhada. As taxas de evasão crescem na medida em que crescem as ofertas de novos cursos e novas instituições.

É preciso pensar em estratégias para a entrada, permanência e êxito do estudante. Por isso, diversos modelos teóricos buscam elucidar a evasão escolar e, por conseguinte, há muitos estudos com a mesma temática. Sendo assim, quando se estuda a educação profissional, percebe-se uma realidade ainda mais delicada, o que demanda uma análise mais aprofundada sobre educação, sociedade e trabalho.

A evasão escolar potencializa ainda mais as diferenças sociais, pois silencia sonhos e projetos de um futuro melhor. Nesse sentido, o papel das políticas públicas na área educacional é de grande importância, pois permite ao cidadão fazer jus àquilo que lhe é de direito: educação pública e de qualidade para alcançar a emancipação humana e desenvolver todas as suas potencialidades.

No entanto, todo investimento precisa ser justificado. Afinal, políticas públicas envolvem recursos públicos. Por esse motivo, o controle de fatores que levam ao desperdício de dinheiro público é extremamente necessário. Assim, a gestão dos recursos é uma forma de atender às expectativas da sociedade.

Diante desse contexto, a ocorrência de casos de evasão escolar é preocupante e demanda, cada vez mais, uma análise aprofundada. A evasão é considerada um prejuízo econômico sem justificativa (Machado, 2009).

A revisão bibliográfica sobre o tema evasão está muito relacionada à identificação das causas e da contextualização do assunto. Entretanto, é preciso considerar que a evasão é um problema e, como todo problema, precisa ser tratado, minimizado, neutralizado, corrigido ou eliminado.

A proposta de desenvolver uma modelagem baseada nas diretrizes da ABNT NBR ISO 31000 é justamente porque o assunto demanda uma gestão. A Norma ISO 31000 surgiu com a proposta de fornecer princípios e diretrizes para gerenciar qualquer forma de risco dentro de qualquer contexto. A norma foi publicada no Brasil por meio da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, conhecida como ABNT NBR ISO 31000: 2009.

A gestão de riscos está presente em diversas atividades organizacionais. Souza (2011) afirma que quanto mais complexa se tornar uma organização, maiores são os riscos a que ela

estará exposta, sendo, portanto, maior o potencial para o fracasso. Por isso, a gestão de riscos tem sido definida como o processo utilizado para compreender e gerir riscos.

Ao analisar o cenário do ambiente educacional, nota-se que a evasão é um problema real ao qual, inevitavelmente, a escola está sujeita. Consoante Tinto (1993), a falta de identificação do aluno com o ambiente é um fator propulsor da evasão escolar, assim como os fatores externos, que, de acordo com o modelo proposto por Bean (1980), podem ser decisivos para a permanência ou a evasão.

Por isso, desenvolver uma modelagem baseada na ABNT NBR ISO 31000 é uma forma de promover o alcance de resultados favoráveis para a RFEPCT, pois permitirá investigar, de forma analítica e propositiva, os aspectos do fenômeno da evasão escolar. O levantamento bibliográfico foi norteado pelas expressões: evasão escolar, educação profissional; fracasso escolar; êxito, sucesso escolar; permanência escolar; egressos; políticas públicas em educação profissional; gestão de riscos e ISO 31000.

É preciso considerar que o processo educacional tem um custo envolvido e, quando se considera a educação profissional, torna-se ainda mais oneroso, em decorrência de toda a estrutura necessária, segundo Manfredi (2002).

Nesse contexto, torna-se ainda mais urgente entender a realidade da RFEPCT, que, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União - TCU (2012), apresenta índices de evasão preocupantes, com a necessidade de ações imediatas. Não se baliza essa informação, aqui, com o período pós-pandemia, que acentuou, ainda mais, as dificuldades quando o assunto é evasão escolar.

As escolas públicas viram o problema da evasão escolar se agravar, ainda mais, com a pandemia da Covid-19, que refletiu na vida de mais de 68 mil jovens por todo o Brasil. Em 2020, o número que não estava estudando correspondia a 26%, e em 2021 esse percentual passou a representar 36% dos jovens de todo o país, conforme pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (Araújo, 2021). Ainda de acordo com a pesquisa, a cada dez jovens, quatro admitiram ter pensado em desistir dos estudos, e a principal causa apontada foi a questão financeira.

Destarte, é preciso, a partir do exposto, enfrentar a evasão escolar com ações que vislumbrem a permanência do estudante na instituição, já que as causas previamente identificadas estão mais complexas e demandam ações imediatas para o seu enfrentamento.

Por isso, é necessário realizar um estudo que permita modelar o sistema para que o problema seja monitorado, a fim de se evitarem questionamentos sobre a viabilidade e o

investimento nos cursos de Educação Profissional Tecnológica (EPT), pois a evasão impossibilita o retorno do recurso investido para a sociedade.

Assim, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de desenvolver um processo consistente e objetivo que permita a gestão das fragilidades impulsionadoras da evasão. A modelagem permitirá intervenções preventivas e poderá ser utilizada por toda a RFEPCT, uma vez que os documentos norteadores utilizados na criação da modelagem foram os Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, o documento orientador para superação da evasão e retenção na RFEPCT elaborado pela SETEC e pesquisas sobre evasão na RFEPCT.

Com isso, o estudo contribuirá para que as Instituições de Ensino da RFEPCT tenham uma visão estratégica no enfrentamento das variáveis que levam à evasão escolar.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Investigar, de forma analítica e propositiva, os aspectos do fenômeno da evasão escolar para o desenvolvimento de uma metodologia de gestão de riscos, controle e monitoramento na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Objetivos Específicos:

- a) Identificar os fatores individuais, internos e externos associados à evasão escolar;
- b) Analisar as bases conceituais dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o propósito de identificar as teorias, conceitos e fundamentos utilizados nos documentos;
- c) Apresentar propostas para a redução do índice de evasão escolar, em consonância com a Norma ISO 31000;
- d) Elaborar, como produto educacional, uma Modelagem de Gestão de Riscos baseada na ABNT NBR ISO 31000, tendo em vista a permanência e o êxito estudantil na RFEPCT.

PERGUNTAS DE PESQUISA

Questão diretriz (problemática) – a presente pesquisa é motivada pela seguinte pergunta: quais as variáveis que influenciam na evasão da EPT?

Assim, pretende-se investigar as seguintes questões de pesquisa:

- I. Quais os motivos pessoais, institucionais e sociais que levam o estudante a evadir?
- II. Quais as teorias, conceitos e fundamentos foram comumente adotados nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção dos Institutos Federais?
- III. Quais propostas podem auxiliar para a redução do índice de evasão escolar na RFEPCT?
- IV. De que forma as diretrizes da Norma ISO 31000 podem ser aplicadas no processo de gestão de riscos para a redução do índice de evasão escolar na RFEPCT?

CAPÍTULO 1

CONTEXTO HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Este capítulo é dedicado ao estudo da evasão escolar na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), com ênfase nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e na educação profissional e tecnológica. Dessa forma, será feita a contextualização da RFEPCT, com o objetivo de estabelecer o escopo, o contexto e os critérios, a fim de conhecer a instituição no seu percurso histórico e a trajetória do estudante dentro da RFEPCT, com vistas a direcionar os objetivos da pesquisa.

1.1 Educação Profissional no Brasil

Considerando a evasão escolar como um problema a ser enfrentado pela RFEPCT, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, faz-se necessário rememorar brevemente o surgimento dessa Rede Federal. Para investigar, de forma analítica e propositiva, os aspectos do fenômeno da evasão escolar e desenvolver uma metodologia de gestão de riscos para controle e monitoramento desse problema, é preciso conhecer o percurso histórico da educação profissional no Brasil.

O estabelecimento do contexto é uma etapa da gestão de riscos. E, quando se propõe a desenvolver uma metodologia baseada nas diretrizes da ABNT NBR ISO 31000, com a finalidade de controlar e monitorar um problema, torna-se fundamental conhecer o ambiente em estudo.

Dessa forma, é possível alcançar uma visão mais abrangente dos fatores que estão impedindo a instituição, a RFEPCT, de alcançar os seus objetivos, além de fornecer parâmetros para as etapas posteriores do processo de gestão.

A RFEPCT tem uma história de mais de cem anos com diversas transformações e reconfigurações ao longo dos anos. Manfredi (2002) destaca que o processo de formação do trabalhador no Brasil data desde os tempos remotos da colonização. Entretanto, Caires e Oliveira (2016) argumentam que, durante o Período Colonial, não existiu um ensino profissional sistematizado, mas uma formação de mão de obra para a realização das atividades dentro da própria colônia, sem práticas formais de ensino.

Destarte, percebe-se que o processo de aprendizagem dos ofícios acontecia no próprio ambiente laboral, sem nenhum tipo de padrão ou regulamentação, conforme descrito por Cunha (2000).

Nesse sentido, Caires e Oliveira (2016) destacam:

O Período Colonial deixou uma herança socioeducacional marcada, principalmente, pela gênese do preconceito contra os trabalhos manuais e práticos, destinados apenas aos escravos, aos menores desvalidos e aos desfavorecidos da fortuna. Por um lado, a preparação para os ofícios acontecia na vivência diária, sem que ocorresse a formalização de práticas de ensino. Por outro lado, a educação intelectual e humanística era organizada e destinada à camada social mais elevada, objetivando formar a elite da colônia (Caires; Oliveira, 2016, p. 32).

Essa visão histórica é essencial para conhecer de fato a origem da educação profissional no país para que se possa pensar em um processo de democratização do ensino de forma crítica e consciente considerando toda a sua trajetória.

Diante dessa perspectiva, Moura (2007) reforça que não se tem até o século XIX registro de iniciativas que possam ser consideradas como educação profissional no país. O que existia era uma educação voltada para a reprodução das classes sociais, em que apenas os filhos da elite recebiam uma educação propedêutica.

Nesse sentido, Rosa (2019) argumenta que essa dualidade marcou o período colonial e os vestígios desse fenômeno social são perceptíveis atualmente. O que se teve no período colonial foi uma formação de trabalhadores e uma estrutura educacional que refletia a divisão de classes e a economia brasileira.

De uma forma geral, pode-se inferir que no Brasil colonial a educação desenvolvida foi com o intuito de ensinar aos pobres os serviços que não estavam destinados à elite, além de garantir uma ocupação para essa classe menos favorecida.

Contudo, a partir do Brasil Império, é possível apresentar um histórico da Educação Profissional no Brasil, pois as ações que demarcaram o início desse processo ocorreram com a chegada da família real no país (Corrêa; Paixão; Nogueira, 2022).

Esse acontecimento fez o país deixar de ser colônia e se transformar na sede do reino português, com necessidades específicas de uma província em desenvolvimento. Sendo assim, era preciso pensar na formação de mão de obra para o momento e, ao mesmo tempo, preparar as futuras gerações para continuidade dos ofícios (Rosa, 2019). O mesmo autor destaca o importante momento que o país vivenciava ao passar de uma simples colônia com atividades manufatureiras ao uso das máquinas.

Essa transição trouxe mudanças expressivas na política, na economia e na educação (Corrêa; Paixão; Nogueira, 2022).

No âmbito educacional, a criação do Colégio das Fábricas¹ no Rio de Janeiro, por Dom João VI, pode ser considerada como o primeiro indício da origem da educação profissional no país, pois, conforme Garcia (2000), o Colégio foi o primeiro estabelecimento criado pelo poder público voltado à educação. Além disso, segundo Moura (2007), a instituição exerceu um papel assistencialista de amparo aos órfãos e aos desvalidos da sorte.

No entanto, em decorrência de um baixo desenvolvimento industrial e financeiro, as atividades do Colégio foram finalizadas em 1812 (Corrêa; Paixão; Nogueira, 2022), mas dois sistemas de ensino prevaleceram no Brasil Império de acordo com os autores: as Casas de Educando e Artífices² e os Liceus de Artes e Ofícios.³

¹O Colégio das Fábricas foi estabelecido em 1809 com o propósito de acolher os órfãos da Casa Pia de Lisboa que acompanharam a família real durante sua mudança para o Brasil. A iniciativa de criar o Colégio das Fábricas decorreu diretamente do alvará de 1º de abril de 1808, que autorizou o estabelecimento livre de fábricas e manufaturas no Brasil. Essa medida representou uma das principais mudanças implementadas pelo príncipe regente Dom João após a chegada da família real ao país, revogando o alvará de 5 de janeiro de 1785, que proibia tais atividades na colônia. O objetivo era qualificar trabalhadores e evitar a dispersão da mão de obra de origem portuguesa. Inicialmente, o ensino estava focado em ofícios, ministrado pelos artífices que chegaram na mesma frota, e posteriormente expandiu-se para incluir o ensino acadêmico. O Colégio das Fábricas, também conhecido como Casa do Antigo Guindaste, teve seu primeiro regulamento por meio do decreto de 23 de março de 1809, que indicava que vários artífices, manufatureiros e aprendizes portugueses, sob a administração de Sebastião Fábregas Surigué, estavam sendo instruídos à custa da Real Fazenda. O decreto de 31 de outubro de 1811 esclareceu que a criação do Colégio visava socorrer artistas e aprendizes vindos de Portugal.

COLÉGIO das fábricas. *Arquivo Nacional MAPA Memória da Administração Pública Brasileira*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/155-colegio-das-fabricas>. Acesso em: 14 de out. de 2022.

² As Casas de Educandos Artífices foram estabelecidas durante o período entre 1840 e 1865 pelos governos provinciais. Inspiradas em modelos adotados pelos militares, essas instituições eram fundamentadas em princípios de disciplina e hierarquia. Destinavam-se a acolher crianças desamparadas, proporcionando-lhes instrução primária, bem como ensinamentos em áreas como tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros KASSEM, M.T. de L. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SISTEMA EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL. WEBARTIGOS. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-trajetoria-historica-do-sistema-educacional-profissionalizante-no-brasil/166937>. Acesso em: 12 jul. 2023.

³ Os Liceus de Artes e Ofícios foram instituições de ensino profissionalizante criadas no Brasil Império. Os Liceus ofereciam cursos de desenho geométrico, industrial, artístico e arquitetônico, além de princípios das ciências aplicadas às artes. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi uma das mais importantes instituições de ensino artístico e profissionalizante no Brasil até a primeira metade do século XX. Foi a primeira escola brasileira a adotar o ensino noturno. O objetivo era difundir o ensino das belas-artes aplicadas aos ofícios e indústrias, que era considerado primordial para o desenvolvimento de uma sociedade industrializada. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi fundado em 1873 por um grupo de aristocratas da elite cafeeira nacional, cuja intenção era formar mão de obra especializada para uma futura possível industrialização do país. Segundo a ata oficial de criação da Sociedade, o Liceu é destinado aos homens livres nacionais e estrangeiros, visando à formação de trabalhadores para a construção civil e de operários em geral, e deve ainda editar uma revista, organizar uma biblioteca e realizar sessões públicas, com exposições de trabalhos dos alunos. Os cursos desenvolveram-se regularmente entre 1860 e 1863, quando as atividades foram interrompidas e retomadas em fins de 1865, por escassez de recursos. Além de auxílios públicos, o Liceu contava com doações de beneméritos, em forma de dinheiro, obras de artes, livros, materiais e maquinário. Em 1878 a escola foi transferida para o edifício onde funcionava até então a Secretaria do império, na rua da Guarda Velha (depois avenida 13 de Maio). A insuficiência de recursos retardou a abertura de oficinas, o que só aconteceu em 1889. LICEU de Artes e

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), no Brasil colônia destacou-se o desenvolvimento de aprendizagens laborais realizadas nas Casas de Fundação e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil, e no Brasil Império o destaque ficou para a instalação das Casas de Educandos Artífices.

As Casas de Educandos Artífices foram instituídas em dez províncias brasileiras entre 1840 e 1865. Corrêa; Paixão e Nogueira (2022) reforçam que essas casas utilizavam um formato de aprendizagem baseado na hierarquia e disciplina e tinham como propósito atender aos vulneráveis da sociedade.

Por sua vez, Moura (2007, p. 3) afirma que a expansão da produção manufatureira fez surgir, por iniciativa das sociedades civis, os Liceus de Artes e Ofícios, que visavam oferecer uma instrução teórica e prática para amparar crianças órfãs. São os principais: “os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), de Salvador (1872), do Recife (1880), de São Paulo (1882), de Maceió (1884) e de Ouro Preto (1886)”.

Outro fato importante para entender o processo formativo no período imperial, de acordo com Vieira e Souza Júnior (2016), está associado às questões do desenvolvimento mundial, que já sinalizavam uma nova forma de aprender com vistas a um maior crescimento econômico. Esperava-se o mínimo conhecimento do trabalhador no comando das máquinas e equipamentos e não mais a antiga forma de aprender fazendo.

O país começa então a se preocupar em formar mão de obra qualificada e a educação profissional torna-se uma necessidade para direcionar o trabalhador no desempenho de suas atribuições.

A velha forma de aprender com o erro já não era mais aceitável, conforme descreve Rosa (2019). O mesmo autor acrescenta que a chegada da família real contribuiu para a expansão da indústria e das fábricas, o que despertou a necessidade de buscar uma formação cada vez mais específica para os trabalhadores. Dessa forma, ao chegar ao fim do período imperial, tem-se um saldo grande de fábricas e ao mesmo tempo uma necessidade, cada vez maior, de mão de obra qualificada.

Seguindo essa trajetória acerca do percurso da EPT no Brasil, é fácil identificar que a construção desse formato de educação foi amparada por diferentes momentos históricos que se inter-relacionaram com os aspectos sociais e econômicos de cada época.

Ofícios do Rio de Janeiro. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao115540/liceu-de-artes-e-oficios-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Com a Proclamação da República, a educação profissional ganhou novos rumos e assumiu uma nova identidade. As escolas se tornaram um espaço de transformação. Não apenas um local para acolher pobres, órfãos e desvalidos, mas também uma estrutura para modificar vidas, conforme Manfredi (2017, apud Corrêa; Paixão e Nogueira, 2022, p. 1003).

Percebe-se uma tentativa do governo de desvincular a educação profissional do assistencialismo ao qual esteve atrelado desde a sua origem. Nesse sentido, Lima (2016, p. 96) corrobora ao destacar que “a marca de uma instituição voltada para os desvalidos da sorte esteve, por muito tempo, impregnada no seu formato anterior”.

Destarte, após o período imperial, o país buscava construir sua base no contexto de um regime Federativo de República. Assim, considerando toda a transição política e social em que estava envolvido, passou a vislumbrar a educação profissional como uma importante ferramenta para o desenvolvimento do país e a superação das desigualdades sociais.

Tem-se verificado, então, uma discussão relevante a respeito das instituições de ensino de ofícios obrigatórios. Corrêa, Paixão e Nogueira (2022) relatam que essas instituições foram substituídas por escolas da rede federal, estadual e por organizações católicas. Ainda acrescentam que alguns estados reestruturaram os antigos liceus e que outros optaram por criar as suas próprias redes de ensino profissional.

Dessa forma, percebe-se no período a iniciativa de organizar o ensino profissional no país, conforme Kunze (2009, p. 10). A autora destaca que “a educação do povo republicano foi considerada como um dos mecanismos estratégicos na propagação dos novos princípios governamentais”. Ainda segundo a autora, proporcionar uma formação, por meio da educação profissional, ao povo que se concentrava nas cidades era uma forma de incentivar o trabalho e gerar mão de obra qualificada para as indústrias.

Nesse sentido, conforme descrito no documento “Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, Nilo Peçanha,⁴ por meio do Decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906, iniciou o ensino técnico no país. As ações descritas no documento do centenário evidenciam a importância dessa data para a consolidação da EPT no país, conforme se observa a seguir:

⁴ Nilo Peçanha enquanto governador do Estado do Rio de Janeiro criou quatro escolas profissionais no Estado por meio do Decreto nº 787 de 11 de setembro de 1906. Por isso, o ano de 1906 é considerado um marco importante para a EPT, pois foi nesse ano que, oficialmente, teve início a formação profissional no país. Foi eleito vice-Presidente da República em 1906 e tornou-se Presidente da República em 14 de junho de 1909, após a morte de Afonso Pena. O pesquisador Moraes (2016) traz, em sua pesquisa, um rememoro fantástico da trajetória de vida de Nilo Peçanha. Uma leitura extremamente necessária para compreender a ação política de um homem que é reconhecido como o patrono da EPT no Brasil.

Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.

A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (MEC, 2009, p. 2).

O início do ensino técnico no país, por meio do Decreto nº 787, de Nilo Peçanha, foi uma experiência bem-sucedida para que se promulgasse o Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices. As Escolas de Aprendizes Artífices são consideradas o marco legal da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (MEC, 2009).

É significativo para a EPT as discussões acerca do Decreto nº 7566/1909, conforme descreve Moraes (2016):

O sucesso acadêmico deste resgate histórico foi tão decisivo que, ainda hoje, a ampla parte, senão a maioria, dos estudos sobre a REDE nele se principia. O conhecido fascínio pela busca às origens sempre encontrou no 7.566/1909 o big-bang desta história, o fato histórico que detona a criação e a expansão de nossa Rede Federal. Desta forma, não poderia haver resgate mais adequado para o público de uma Rede de EPT (Moraes, 2016, p. 78).

Assim, considerando o Decreto Presidencial de Nilo Peçanha, a pedra base da criação e expansão da Rede Federal, como descrito por Moraes (2016), destaca-se que sua compreensão permitirá entender as nuances do percurso histórico da EPT no Brasil, uma vez que se estabeleceu como referência na construção da memória dessa modalidade de ensino. A primeira análise parte das exposições dos motivos do referido Decreto:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lucta pela existência;
 que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;
 que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar codadões uteis à Nação (Brasil, 1909, p.1).

É irrefutável que há uma pluralidade de interpretações diante deste Decreto. No primeiro contato com o texto, tem-se a impressão de que é uma forma de legitimar as

desigualdades. É possível delinear a educação proposta para a classe proletária, os desfavorecidos ou em ociosidade ignorante.

No entanto, há questionamentos que permeiam esse marco histórico e que, embora não sinalizem a atual realidade da EPT no país, são indagações necessárias para a compreensão dos problemas experienciados pela educação profissional, como: a EPT surgiu como forma de reparação social, como uma preocupação com as necessidades do indivíduo ou como um temor do Estado em relação às ações dos “desfavorecidos”? Não se pode afirmar que se tem uma resposta certa para esses questionamentos, mas é necessário realizar essa reflexão para compreender as discussões dos problemas atuais dentro de uma contextualização histórica.

Todavia, o ponto central é o surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices por meio do Decreto Presidencial de Nilo Peçanha, que apresenta:

Art. 1º. Em cada uma das capitales dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizes Artifices, destinada ao **ensino profissional primario gratuito**.
Art. 2º. Nas Escolas de Aprendizes Artifices, **custeadas pela União**, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretendem aprender um officio [...] (Brasil, 1909, p. 1 - grifos nossos).

Destarte, criaram-se, a partir do Decreto nº 7566/1909, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices – EAA, destinadas ao ensino profissional gratuito, a serem mantidas pelo Governo Federal, conforme o Quadro 1, que apresenta os estados das capitais⁵ onde foram instaladas bem como a data de inauguração de cada escola.

Quadro 1 - Relação das Escolas de Aprendizes Artífices inauguradas com o Decreto nº 7566/1909

Escolas de Aprendizes Artífices	Data de inauguração
PI	01/01/1910
GO	01/01/1910
MT	01/01/1910
RN	03/01/1910
PB	06/01/1910
MA	16/01/1910
PR	16/01/1910
AL	21/01/1910
RJ	23/01/1910
PE	16/02/1910
ES	24/02/1910
SP	24/02/1910
SE	01/05/1910

⁵ Na relação das capitais onde foram instaladas as EAA não consta o Estado do Rio Grande do Sul, pois já havia na capital o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre - Parobé, conforme Soares (1982).

CE	24/05/1910
BA	02/06/1910
PA	01/08/1910
SC	01/09/1910
MG	08/09/1910
AM	01/10/1910

Fonte: Adaptado de Soares (1982, p. 59-60).

No Estado do Rio de Janeiro não foi inaugurada uma EAA na capital, pois houve por parte do Presidente do Estado uma recusa em contribuir e oferecer a estrutura necessária para o funcionamento da escola. Assim, a câmara municipal de Campos ofereceu ao governo federal a instalação desejada para funcionamento da EAA (Soares, 1982).

Outra informação importante que se observa no quadro é a agilidade na inauguração das escolas, o que, de certa forma, pode ser entendido como uma prioridade do governo.

A respeito das EAAs, Canali, citada por Feitosa (2020, p. 26), destaca que “a evasão era muito alta nas EAAs, pois chegava a índices de mais de 50%”. Feitosa ainda esclarece que Canali descreve os problemas enfrentados pelas escolas, desde a estrutura física até a formação dos profissionais envolvidos e o funcionamento das oficinas.

Após a criação das EAAs, outras datas foram importantes para a construção do percurso histórico da educação profissional no Brasil, conforme pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2 - Histórico da Educação Profissional no Brasil

1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro, criando 19 “Escolas de Aprendizagem e Artífices”.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizagem Artífices.
1927	O Decreto nº 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas tratou da educação profissional e industrial em seu Art. 129. Enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizagem na esfera da sua especialidade. A Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 transformou as escolas de aprendizagens e artífices mantidas pela União em liceus industriais e instituiu novos liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Art. 37).
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S4 .
1942	O Decreto-Lei nº 4.073 , de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu que o ensino industrial será ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico. O Decreto-Lei nº 4.127/42 , que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino

	industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguiu os liceus industriais, transformou em escolas industriais e técnicas , as quais passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial. Foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo Decreto-Lei nº 4.048 , de 22 de janeiro de 1942.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	O Decreto-Lei nº 9.613/46, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais. Foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 8.621, do mesmo dia 10 de janeiro de 1946.
1959	Foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal.
1961	Em 20 de dezembro foi promulgada a Lei nº 4.024/61. Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior.
1967	As fazendas-modelo foram transferidas do Ministério da Agricultura para o MEC e passaram a ser denominadas escolas agrícolas.
1968	A Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 permite oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.
1978	As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) , pela Lei nº 6.545, de 30 de junho.
1991	O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac.
1994	Foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Cefets.
1996	Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” pela Lei nº 11.741/2008, que incluí a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio.
1998-2002	Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB nº 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP nº 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 29/2002.
2005	Criação da UFTR.
2008	Lei 11.741 introduziu importantes alterações no Capítulo III do Título V da LDB, o qual passou a tratar "da Educação Profissional e Tecnológica", além de introduzir uma nova Seção no Capítulo II do mesmo título, a seção IV-A, quarta "da Educação Profissional Técnica de Nível Médio"; Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
2012	Foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB nº 6/2012 com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.
2014	A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.
2017	Lei nº 13.415/2007, que introduziu alterações na LDB (Lei nº 9394/1996), incluindo o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no ensino médio. A nova redação da LDB refere-se aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da

ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”.

Fonte: Adaptado de Wittaczik (2008, p. 79) / Portal MEC - [Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://portal.mec.gov.br/historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil)

Essa historicidade apresentada é de grande relevância para o problema que se investiga, pois leva à compreensão de todo o contexto das transformações ocorridas ao longo dos anos na educação profissional. É possível estabelecer uma linha do tempo a partir do marco principal de 1909 com a criação das EAAs: 1937, transformação dessas Escolas em Liceus Profissionais; 1942, transformação dos Liceus em Escolas Industriais e Técnicas; 1959, Escolas Técnicas Federais; 1978, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Ainda nesse contexto de reconfiguração, deve-se considerar a defesa da escola pública e da educação dos trabalhadores ocorrida na década de 80 e organizada pela sociedade civil. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005 apud Rosa, 2019) destacam que foi um marco importante para as reformas educacionais que aconteceriam no país.

Cabe destacar, conforme Silva (2009), que várias escolas técnicas e agrotécnicas foram transformadas em CEFET na década de 1990, movimento tardio entendido como “a configuração de uma rede não homogênea, pelo menos do ponto de vista institucional” (Moraes, 2016, p. 115).

Após a aprovação da Lei nº 9.394/1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB⁶, algumas alterações e discussões foram expressivas e necessárias para

⁶ Em 1961 foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei nº 4024. Foi um marco para a EPT, conforme se observa no texto da referida Lei: “Art. 34. O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário”. No entanto, em 1971, a LDB nº 5692 tornou compulsória a formação técnica profissional no currículo do ensino médio. Essa obrigatoriedade levantou algumas indagações e tornou a lei conhecida como lei da educação tecnicista em virtude do caráter obrigatório imposto por um governo autoritário, já que havia instaurado um governo ditatorial no país através do Golpe Militar de 64. Assim, em 1988 após o estabelecimento da democracia, um novo projeto de LDB foi apresentado à câmara dos deputados defendendo uma educação escolar de 2º grau com uma formação politécnica e disponível para todos, independente da classe social pertencente. Observa-se um rompimento com o caráter assistencialista que acompanhou a educação profissional ao longo dos anos. Após inúmeros debates, em 1996, foi aprovada a Lei nº 9.394 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nessa nova LDB tem-se no seu texto uma abordagem completa a respeito da educação profissional e tecnológica. No entanto, havia um projeto de lei do governo Fernando Henrique que estava no congresso antes da promulgação da LDB e que tinha como propósito separar de forma obrigatória o ensino médio da educação profissional. Mesmo com todo apelo, o Decreto 2208/97 foi aprovado e regulamentou os artigos da nova LDB que tratavam especificamente da educação profissional. As mudanças estabelecidas pela nova legislação foram um retrocesso no desenvolvimento da educação profissional no país. Todavia, em 2004, o Decreto 5.154 tornou possível a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Foi esse decreto que permitiu novas possibilidades para a educação profissional técnica de nível médio com diferentes formatos: integrado, concomitante e subsequente (Rosa, 2019).

chegarmos ao contexto de uma educação profissional que visa à formação plena e humana do educando.

Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, a educação no Brasil é constituída por dois níveis distintos, a educação básica e a educação superior e suas respectivas etapas de ensino. A modalidade educacional de educação profissional e tecnológica, por sua vez, está prevista como uma parte integrante dos diferentes níveis e etapas de educação, abrangendo as áreas de trabalho, ciência e tecnologia (Brasil, 2014).

A oferta educacional das instituições que compõem a RFEPCT pode ser observada na Figura 1:

Figura 1 - Organização dos níveis e etapas da educação brasileira em articulação com a educação profissional e tecnológica



Fonte: (Brasil, 2014, p. 12).

Com base nessa organização, a RFEPCT oferta os seguintes cursos:

- formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, ministrados de forma livre ou articulados com o ensino fundamental ou com o ensino médio;
- educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos);
- educação superior de graduação (licenciaturas, cursos superiores de tecnologia ou bacharelados); e
- educação superior de pós-graduação lato (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado) (Brasil, 2014, p. 12).

Conforme o texto da Lei nº 11.892/2008, integram o sistema da Rede Federal de ensino:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG);

IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e

V - Colégio Pedro II.

Atualmente, conforme dados do Ministério da Educação, compõem a RFEPCT: 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. As características das instituições podem ser identificadas no Quadro a seguir:

Quadro 3 - Caracterização das instituições que integram a Rede Federal

Instituição	Características	Legislação de criação ou transformação
Institutos Federais	Instituição de natureza pluricurricular e multicampi (reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância). Oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado -, de cursos superiores de pós[1]graduação lato e stricto sensu – especialização, mestrado e doutorado.	Lei nº 11.892, de 2008, e Portaria MEC nº 1.291, de 2013.
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Universidade especializada, pluridisciplinar, de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano.	Lei nº 11.184, de 2005.
Centros Federais de Educação Tecnológica	Instituição de regime especial, de natureza pluricurricular e multiunidade (unidade sede e unidades de ensino descentralizada). Oferta de cursos de qualificação profissional, de cursos técnicos de nível médio, de cursos superiores de graduação – licenciatura, tecnologia e bacharelado -, de cursos superiores de pós-graduação lato e stricto sensu – especialização, mestrado e doutorado.	Lei nº 6.545, de 1978.
Escolas técnicas vinculadas	Unidades de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais. Oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada, em suas respectivas áreas de atuação.	Lei nº 11.892, de 2008, e Portaria MEC nº 907, de 2013.
Colégio Pedro II	Instituição de natureza pluricurricular e multicampi (reitoria, campus e campus avançado). Oferta de educação básica – ensino fundamental, ensino médio e cursos técnicos –, de cursos superiores de licenciatura e de cursos superiores de pós-graduação lato e stricto sensu em educação.	Decreto imperial, de 1837, Lei nº 11.892, de 2008, e Portaria MEC nº 1.291, de 2013.

Fonte: Adaptado (Brasil, 2014).

Pode-se dizer que a Rede Federal é referência na educação técnica e tecnológica no Brasil por promover o acesso ao ensino público de qualidade e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. Além de abranger uma diversidade de cursos, pesquisa aplicada e extensão, desempenha um papel fundamental na formação de profissionais para enfrentar os desafios do mundo do trabalho.

1.2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Após o delineamento, partindo do marco principal, ou seja, a criação das EAAs, chega-se à Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Moraes (2016, p. 180) faz uma consideração muito pertinente em relação ao “cria” os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para o autor, o verbo utilizado é justamente para evidenciar uma nova identidade institucional e não a reestruturação do que já existia. Embora destaque que, “do ponto de vista histórico, contudo, o uso do verbo ‘criar’ é impróprio, pois estas ‘novas’ instituições representam o resultado de um processo de transformação institucional que se desenrolou por 100 anos”.

Todavia, a criação dos IFs e a expansão da RFEPCT são com toda certeza um importante avanço e marco nas políticas públicas de educação profissional. Assim, toda a trajetória histórica da RFEPCT pode ser reconhecida pela qualidade do ensino que oferta, pela diversidade de cursos e por desempenhar um importante papel no desenvolvimento da região em que as instituições vinculadas estão inseridas (Brasil, 2008).

Os IF foram estruturados e organizados com base em uma nova concepção de educação. Atualmente possuem uma estrutura educacional verticalizada que possibilita ao estudante cursar do ensino médio integrado a programas de pós-graduação *stricto sensu*. Considerando a dimensão dos IF, Pacheco (2010, p. 11) destaca:

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

O autor aponta para uma transformação promovida pelos Institutos Federais e destaca a importância desse marco na valorização da educação profissional e no reconhecimento de sua relevância para o desenvolvimento social e econômico do país. Nas palavras de Pacheco

(2010, p. 14), “iniciamos uma nova fase, abandonando o hábito de reproduzir modelos externos e ousando a inovar a partir de nossas próprias características, experiências e necessidades”.

No que se refere à integração das instituições federais para a constituição dos IFs, nota-se que foi uma etapa fundamental na reestruturação da RFEPCT. Esse processo envolveu a unificação e reorganização de instituições de ensino técnico, como escolas técnicas, escolas agrotécnicas e centros federais de educação tecnológica.

Em relação ao processo de integração, o artigo 3º do Decreto nº 6.095 estabelece:

[...] celebração de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, que formalizará a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, Escolas Técnicas Federais - ETF, Escolas Agrotécnicas Federais - EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado (BRASIL, 2007).

Assim, por meio de uma chamada pública, MEC/SETEC nº 002/2007, de 12 de dezembro de 2007, a União, representada pelo Ministério da Educação e por intermédio da SETEC, ofereceu um prazo para que os CEFETS, as Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas vinculadas às Universidades Federais manifestassem interesse e apresentassem propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na forma e nas condições estabelecidas, conforme pode ser observado na contextualização da Chamada Pública:

1.1 A implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs constitui-se em uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, na medida em que tornará mais substantiva a contribuição da rede federal de educação profissional e tecnológica ao desenvolvimento socioeconômico do conjunto de regiões dispostas no território brasileiro, a partir do acolhimento de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

1.2 No que concerne à relação entre educação e trabalho, a missão institucional do IFET deve orientar-se pelos seguintes objetivos:

1.2.1 — ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos princípios do IFET;

1.2.2 — ofertar a educação básica, a licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como ofertar estudos de pós-graduação, lato e stricto sensu;

1.2.3 — orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável;

1.2.4 — promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

1.3 No que diz respeito à relação entre educação, ciência e tecnologia, o IFET deverá:

- 1.3.1 — constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica;
- 1.3.2 — qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas;
- 1.3.3 — oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada com vistas à formação de professores para a educação profissional e tecnológica e educação básica, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, em especial, nas áreas das ciências da natureza (biologia, física e química) e matemática;
- 1.3.4 — estimular a pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e de inovação, ressaltando, sobretudo, a pesquisa aplicada.
- 1.3.5 — promover a divulgação científica e programas de extensão, no sentido de disponibilizar para a sociedade, considerada em todas as suas representatividades, as conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva de cidadania e da inclusão.

A Chamada Pública ressaltou a relevância da implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento da educação profissional no país.

Destarte, os CEFETs, as Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais tiveram o prazo de noventa dias, contados da data de divulgação da chamada, para enviarem ao Ministério da Educação a proposta de adesão com o mapeamento da situação atual de cada unidade.

A adesão ao novo projeto foi opcional, e a integração das unidades, que já pertenciam à rede federal de ensino, foi um facilitador, uma vez que já possuíam uma infraestrutura adequada para o novo projeto educacional.

Em síntese, o resultado dessa chamada foi satisfatório. Todas as Escolas Agrotécnicas Federais aceitaram integrar-se à nova proposta educacional, apenas os CEFETs do Rio de Janeiro e de Minas Gerais não foram favoráveis. Em relação às Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, a maioria não aderiu alegando falta de clareza em relação às informações do processo e ao mesmo tempo reforçaram a confiança nas Universidades Federais a que estavam associadas (Corrêa; Paixão e Nogueira, 2022).

Dentro da perspectiva de um novo projeto educacional, construiu-se, de forma coletiva, com a adesão das unidades que já pertenciam à rede federal de ensino, uma instituição que busca continuamente a formação não apenas de um profissional para o mercado de trabalho, mas também de um cidadão crítico e consciente para o mundo do trabalho.

Tudo isso graças a um projeto pedagógico singular no seu desenho curricular que vislumbra também a formação humana para emancipação do sujeito. Para Pacheco (2010, p. 16), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia amparam-se “na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da

sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais”, o que se confirma a seguir:

a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente (de subordinação quase absoluta ao poder econômico) e estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública, com singularidades que lhe são bastante próprias, passando a atuar como uma rede social de educação profissional e tecnológica. Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem (Brasil, 2010, p. 21).

Conhecer os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva das políticas educacionais do Brasil, é entender o seu processo de formação em uma abrangência democrática, social e humana.

Dentro da expressão: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, caberia dizer “Ampliação de Oportunidade de Acesso ao Ensino Público de Qualidade” (Brasil, 2009, p. 3), pois a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pode ser compreendida como a reorganização da EPT para potencializar o desenvolvimento das mais diversas regiões do país por meio da ampliação de uma política pública de grande relevância, conforme se observa a seguir:

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização deste novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade. Enfim, os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida (SETEC/MEC, 2010, p. 15).

Nesse sentido, percebe-se que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram dentro de uma perspectiva de formar cidadãos críticos e políticos para a construção de uma nova sociedade, mas sem perder a referência de que a educação profissional e tecnológica acontece por meio de indivíduos que carregam em si experiências e conhecimentos oriundos da vivência social adquirida ao longo da vida (Pacheco, 2010).

Destarte, a expansão evidenciou a vocação da RFEPCT, ou seja, a educação profissional e tecnológica. Por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi possível democratizar o acesso à educação pública e de qualidade, visto que

chegaram às mais diversas regiões do país. Todo esse processo não pode ser resumido apenas a uma expansão quantitativa, porque faz parte de uma política de transformação social por meio da ampliação de uma política pública para garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos.

No que concerne aos direitos constitucionais, é salutar destacar que a educação é um dever do Estado e da Família, conforme estabelecido pela Constituição Federal (1988), em que aponta, no Art.206, inciso I, o princípio de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola como direito social do cidadão.

Nesse sentido, chega-se à questão central da presente pesquisa: evasão escolar. Até o momento, o trabalho ocupou-se de fazer um breve histórico da EPT no país como forma de contextualizar o surgimento da RFEPCT. Ficou evidente a relevância da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, sobretudo, a importância da expansão da rede de ensino.

Após uma análise do contexto histórico da EPT no Brasil, que incluiu o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a expansão da rede de ensino, emerge como ponto crucial a investigação sobre a evasão escolar. No próximo capítulo, esta pesquisa se aprofundará na análise dos aspectos do fenômeno da evasão escolar, fornecendo uma compreensão mais abrangente e fundamentada sobre essa questão premente no cenário educacional da RFEPCT.

CAPÍTULO 2

EVASÃO ESCOLAR NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Este capítulo investigará, de forma analítica e propositiva, os aspectos do fenômeno da evasão escolar, as suas concepções e os fatores associados. Para o desenvolvimento da modelagem, verificar-se-ão as diretrizes da ABNT NBR ISO 31000 para o gerenciamento dos riscos que levam à evasão escolar na RFEPT e, assim, responder à pergunta diretriz da pesquisa, que é: quais as variáveis que influenciam na evasão da EPT?

2.1 Evasão Escolar e as concepções associadas ao fenômeno

Ao contemplar a Constituição Federal - CF de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, observamos a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, um importante instrumento de transformação social para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como preconiza o artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Nesse sentido, a CF, em seu art. 206, inciso I, estabelece como um dos princípios norteadores do ensino que seja assegurada a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Desde as Escolas de Aprendizes de Artífices, marco da história da educação profissional no Brasil, até a promulgação da Lei nº 11.892/2008, com a criação dos IF, tem-se acompanhado um processo de intensas transformações para que o direito à educação seja, de fato, uma conquista real.

O direito à educação não se restringe apenas ao acesso à instituição de ensino. Para que, de fato, a democratização aconteça, é preciso que o estudante permaneça e tenha êxito na sua escolha.

Todavia, a expansão e democratização não podem ser consideradas como medidas satisfatórias de acesso à educação, conforme abordado pela CONAE (2010):

É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos/as os/as que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos/as no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade (CONAE, 2010, p. 62).

A expansão da RFEPCT apresentou um crescimento vertiginoso e bem expressivo em relação à oferta de vagas e ao número de matrículas, de acordo com os dados divulgados pela SETEC/MEC.

No país, o número de ingressantes por ano chegou a ultrapassar o patamar de 200.000 (Brasil, 2014). Considerando que os cursos ofertados têm a duração de um a cinco anos, como consequência, cresceu o número de matrículas nos anos seguintes.

Entretanto, mesmo com os números expressivos de matrículas decorrentes da expansão e interiorização, o Tribunal de Contas da União – TCU, em 2012, realizou uma auditoria que constatou elevados índices de evasão escolar na RFEPCT.

Conforme o Relatório de auditoria, publicado pelo TCU, as taxas de evasão na Rede Federal situavam-se em 53,2% para o ensino médio integrado, 62,5% para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), 64,6% para a Licenciatura, 62,5% para o Bacharelado e 57,2% para os cursos de tecnólogo.

De acordo com o Quadro 4, é possível observar a situação da retenção e evasão escolar dos alunos na Rede Federal por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011, dados que balizaram o relatório da auditoria feita pelo TCU.

Quadro 4 - Alunos evadidos por tipos de cursos e de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.

Nível	Tipo de curso	Taxa de Evasão	Taxa de Retenção	Taxa de Conclusão
Educação Básica	Técnico integrado para estudantes em idade própria	6,40%	44,42%	46,80%
	Técnico Integrado e concomitante na modalidade EJA	24,00%	37,99%	37,50%
	Técnico Subsequente	18,90%	49,34%	31,40%
Educação Superior	Licenciatura	8,70%	64,53%	25,40%
	Bacharelado	4,00%	68,09%	27,50%
	Tecnólogo	5,80%	50,82%	42,70%

Fonte: (Brasil, 2014, p. 27).

É preciso entender os fenômenos da evasão e retenção e relacioná-los de acordo com a complexidade da RFEPCT, pois esses fenômenos envolvem fatores culturais, sociais, institucionais e individuais (Brasil, 2014).

Nesse sentido, Frigotto (2018) corrobora a questão ao destacar que a expansão possibilitou que muitas pessoas tivessem acesso a uma educação pública de qualidade, mas ao mesmo tempo pessoas com diferentes realidades de vida, sem rotina escolar e com diferentes concepções de vida e mundo.

Destarte, por meio do Acórdão 506/2013⁷, o TCU recomendou à SETEC/MEC que, junto aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, elaborasse um plano voltado para o tratamento da evasão na RFEPC. Em resposta ao Acórdão do TCU, o Ministério da Educação - MEC, por meio da SETEC, elaborou um plano de ação composto por sete dimensões que abrangem o enfrentamento da evasão escolar, que são: o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas para o seu combate; a formação de parcerias; o desenvolvimento da pesquisa e inovação; a inserção profissional dos estudantes; a distribuição de cargos e funções às instituições; a capacitação dos servidores; e a avaliação de cursos de educação profissional e tecnológica.

Esse plano, elaborado por meio da ação conjunta de várias frentes de trabalho, resultou em um Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Serve de subsídio para o planejamento de ações pertinentes ao enfrentamento da evasão escolar na RFEPC com ações estruturadas para possibilitar a permanência e o êxito dos estudantes dentro das instituições, além de ser um documento norteador para criação dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção institucionais (Brasil, 2014).

Conforme o Documento Orientador (Brasil, 2014), a proposta de elaboração do plano estratégico foi resultado das discussões realizadas dentro da Rede Federal. O enfrentamento da evasão implica no conhecimento de fatores diversos que podem levar ao insucesso do aluno e da instituição, por isso precisam ser compreendidos para que possam ser combatidos por meio de ações eficazes.

O documento ainda ressalta que o diagnóstico completo com todas as dimensões do problema só será alcançado por meio de um programa integrado que dimensione desde as

⁷ O relatório do TCU visando contribuir para aperfeiçoar a atuação da Rede Federal de Educação Profissional buscou privilegiar aspectos relacionados com a cadeia de resultados da Educação Profissional, avaliando a atuação dos Institutos Federais em relação a: a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; b) interação com os arranjos produtivos locais; c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão; d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais. Entre as conclusões da auditoria destaca-se a oportunidade de aperfeiçoamento do acompanhamento das taxas de evasão, de modo sistemático e desagregado para diferentes modalidades de curso, que possibilite o melhor diagnóstico desse problema e dê suporte à adoção de medidas mitigadoras. Também há necessidade de se intensificar os instrumentos disponíveis de suporte aos alunos com discrepâncias de conhecimentos e habilidades com maior propensão a evadir (Brasil, 2012, p. 53).

taxas até as causas individuais, institucionais e externas, considerando a realidade de cada instituição. Todavia, reconhece que é praticamente impossível zerar a evasão e retenção no ambiente escolar, porque algumas situações estão fora do âmbito da política institucional, mas destaca a possibilidade de taxas aceitáveis por meio de uma política coordenada.

Assim, surge a indicação para que cada instituição da Rede Federal desenvolva o Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção. A Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, direcionada à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – RFEPCT, informa e orienta as instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes.

O Documento Orientador (Brasil, 2014) apresenta os fatores específicos e as ações de intervenção para superação da evasão e retenção em cursos técnicos e de graduação da Rede Federal. Embora esclareça que, apesar da análise ter se pautado nos cursos técnicos de nível médio e nos cursos de graduação ofertados na modalidade presencial, as orientações apresentadas **“devem ser aplicadas a todas as ofertas educacionais das instituições integrantes da Rede Federal”** (Brasil, 2014, p. 4, grifo nosso).

Isso nos leva à reflexão de que uma modelagem desenvolvida baseada nessas orientações elencadas no Documento Orientador deve também ser aplicada a todas as ofertas educacionais das instituições integrantes da Rede Federal.

Nesse contexto, considerando a indicação da SETEC/MEC quanto à elaboração dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, foi feito contato com as instituições da Rede Federal por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação para solicitar o Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção de cada um dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF. As instituições responderam e observa-se um saldo positivo, entretanto é preciso mencionar que um plano que deveria ter sido entregue em 2015 ainda está em fase de elaboração em algumas instituições ou possui apenas a comissão responsável pela elaboração em outras.

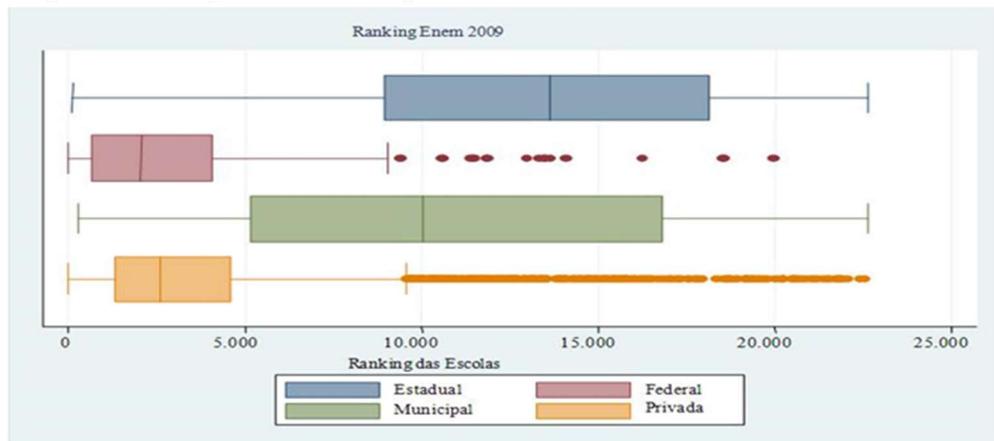
Para este trabalho, no entanto, cuja proposta é o desenvolvimento de uma metodologia de gestão de riscos, controle e monitoramento na RFEPCT, o recorte para análise dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção dos IFs baseia-se na premissa do Documento Orientador que, conforme citado anteriormente, determina que as orientações para superação da evasão e retenção sejam aplicadas a todas as

ofertas educacionais da Rede Federal, sem distinção. Por isso, consideramos as condições apresentadas nos Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção dos IF.

Antes de avançarmos para a análise dos fatores relacionados à evasão escolar na RFEPCT, é necessário retomar o relatório do TCU e observar que a qualidade do ensino não é um dos problemas associados à evasão na Rede Federal. Esclarecer esse ponto é fundamental para evitar que seja uma mera suposição ao investigar a evasão na RFEPCT.

Assim, ao analisar o relatório do TCU, é interessante observar que a rede apresenta melhor desempenho se comparada às redes municipais, estaduais e privadas, conforme observa-se na figura a seguir:

Figura 2 - Desempenho das Redes que ofertam Educação Profissional no Enem, em 2009.

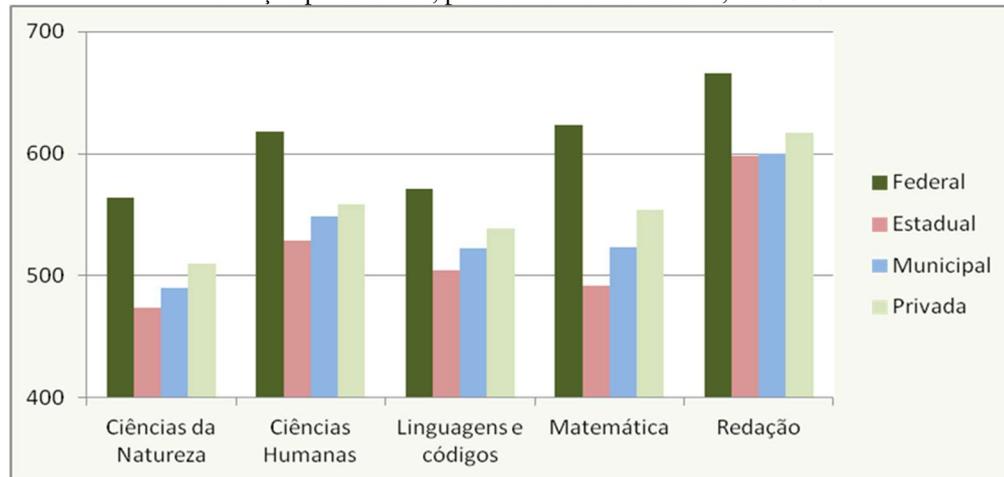


Fonte: (Brasil, 2012, p. 7).

A Figura 2 apresenta um dado importante para análise, pois mostra a maioria das instituições da Rede Federal entre as melhores do país, o que confirma a qualidade do ensino da RFEPCT, em um cenário onde grande parte das escolas municipais e estaduais foi classificada após a posição 5000 (Brasil, 2012).

Ainda em relação ao desempenho dos alunos da Rede Federal, a Figura 3 apresenta um comparativo do resultado do Enem com alunos oriundos de escolas técnicas de diferentes redes de educação profissional, o que pode ser observado a seguir:

Figura 3 - Desempenho comparado no Enem de alunos oriundos de escolas técnicas de diferentes redes de educação profissional, por área de conhecimento, em 2010



Fonte: (Brasil, 2012, p. 8).

Percebe-se, claramente, o desempenho superior dos alunos da RFEPCT. Essa visão é pertinente, pois faz parte da abordagem feita pela auditoria para verificar a relevância da rede de ensino.

Nesse sentido, outra pesquisa corrobora as informações extraídas do relatório do TCU, confirmando a qualidade e a credibilidade conferidas à RFEPCT.

De acordo com o estudo realizado pela SETEC/MEC: *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)*, é possível aferir que a sociedade atribui à RFEPCT a característica de sucesso com experiências positivas no que tange à educação pública de qualidade do país (Brasil, 2009).

A pesquisa analisou, dentre outros aspectos, a empregabilidade dos egressos. O resultado deixou evidente a importância da formação técnica ofertada aos jovens e adultos pela RFEPCT, destacando a satisfação dos egressos em relação à atuação profissional, formação técnica recebida, infraestrutura, conteúdo e qualificação docente (Brasil, 2009). Ainda de acordo com a pesquisa, de 2657 participantes, 72% dos egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de EPT estão inseridos no mundo do trabalho. Essas informações são detalhadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Situação dos egressos da RFEPCT no que se refere ao Trabalho e ao Estudo

	TOTAL	REGIÃO				
		CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
BASE	2657	175	797	174	1059	452
A) TRABALHANDO	34%	39%	36%	32%	27%	43%
B) TRABALHANDO E ESTUDANDO	38%	35%	35%	42%	42%	31%
A + B	72%	74%	71%	74%	69%	74%
C) APENAS ESTUDANDO	22%	18%	21%	20%	24%	21%
D) NAO TRABALHA/ESTUDA	7%	7%	8%	7%	6%	6%

Fonte: (Brasil, 2009, p.16).

Essa exposição foi necessária para a compreensão da importância da RFEPCT e do papel que ocupa no cenário educacional. Ao abordar a temática da evasão escolar na Rede Federal com base nas informações apresentadas pelo TCU, é preciso, antes de tudo, evidenciar o fator base primordial, isto é, a qualidade do ensino, para que não seja uma variável questionada ao contemplar os fatores que levam à evasão.

À luz da legislação brasileira, a permanência na escola deveria ser um direito garantido para todos os cidadãos, porém ainda não está assegurada para todos. Caso contrário, a evasão não seria reconhecida como um fenômeno que evidencia desigualdade, exclusão e agravamento de problemas sociais (Meira, 2015).

A evasão escolar na educação profissional e tecnológica é um fenômeno histórico, conforme destaca Fonseca (1961, p. 185) ao mencionar que: “a evasão escolar vinha, de longa data, preocupando os espíritos. Poucos eram os alunos que chegavam ao final dos cursos das Escolas de Aprendizes Artífices”. Ainda segundo o autor, o fator econômico era a principal causa. Mas percebe-se também nessa trajetória histórica que a busca por soluções para esse desafio sempre se fez presente. É o que buscou o deputado Graco Cardoso, em 1921, ao apresentar à Câmara dos Deputados o Projeto nº 269 que previa um contrato com o pai do menor como forma de obrigar que este finalizasse os estudos nas EAAs. Embora o projeto não tenha sido aprovado, fica o registro que achar um remédio para o mal da evasão continua, ainda hoje, como a grande esperança da educação.

Na realidade da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, a temática da evasão escolar ganhou notoriedade com a expansão da Rede Federal de ensino. Almeida (2019) faz referência aos estudos de Bourdieu, Passeron e Lahire para destacar que, mesmo com a

democratização do acesso ao ensino, é preciso um esforço contínuo das instituições para combater as desigualdades culturais e sociais existentes no sistema escolar.

Percebe-se que temos um nítido problema apresentado na educação e o seu entendimento demanda estudo e análise das diferentes perspectivas associadas ao fenômeno, como: contexto social, histórico, impacto econômico, consequências, desafios e estratégias a serem desenvolvidas. Conhecer as concepções do problema significa compreender como ele é percebido. Assim, com uma compreensão mais abrangente sobre o tema, é possível desenvolver estratégias de enfrentamento e selecionar ações mais eficazes.

Nesse contexto, para entender esse fenômeno da evasão escolar que preocupa instituições, educadores, sociedade e governo far-se-á uma busca na literatura das principais bases conceituais dessa temática para que seja possível pensar e efetivar ações concretas que, no mínimo, minimizem esse problema dentro das instituições de ensino.

Com a proposta de compreender as causas e consequências da evasão escolar, as concepções a seguir foram identificadas:

a) Concepção meritocrática

A concepção de meritocracia é frequentemente usada para justificar a ideia de mérito pessoal como o único critério legítimo para a seleção educacional e social. É empregada para explicar tanto o sucesso quanto o fracasso escolar, conforme Patto (2010 apud Almeida, 2019).

Nessa perspectiva, o sucesso na escola está intimamente ligado às habilidades individuais de superar as barreiras socioeconômicas e culturais impostas pela estrutura social, enquanto o fracasso é atribuído à suposta falta de aptidão cognitiva do indivíduo em sua trajetória educacional (Almeida, 2019).

Tem-se nessa concepção que o principal critério para o sucesso e ascensão social é o mérito pessoal. Na perspectiva da evasão escolar, é preciso considerar que a falta de reconhecimento e a não valorização das habilidades podem gerar desânimo e, como consequência, comprometer a permanência na instituição.

O fenômeno da evasão escolar é resultado de uma diminuição gradual do envolvimento dos estudantes com a escola, motivada tanto por questões pessoais quanto acadêmicas, segundo Dore e Sales (2017).

Dentre todos os fatores que podem influenciar a permanência do estudante na instituição, até que ponto essa concepção de meritocracia é uma ideia a ser validada? Os estudantes que não se enquadrarem nos padrões esperados podem se sentir desanimados, frustrados e sem motivação, o que poderia influenciar no seu desejo de permanecer no

ambiente. Ainda assim, a meritocracia reforça a competição, o que gera um ambiente de desigualdades e exclusões (Almeida, 2019).

Com essa exposição, fica evidente que é preciso repensar em uma forma de avaliar o mérito individual de cada estudante e, assim, buscar ações que incentivem o coletivo.

b) Concepção culturalista

Essa maneira de entender e explicar o sucesso e o fracasso escolar atingiu seu auge, principalmente quando sociólogos como Bourdieu, Passeron e Lahire destacaram uma relação direta entre o sucesso ou fracasso escolar e o capital cultural, rompendo com as premissas da visão convencional que atribuía esses resultados a aptidões naturais, talentos ou ao capital econômico e humano (Almeida, 2019).

Os autores Bourdieu e Passeron, conforme descrito por Almeida (2019), concentraram seus esforços na compreensão e explicação da constituição, reprodução e transformação do espaço social. Por meio de suas pesquisas na área da educação, demonstraram que era impossível analisar o sistema educacional sem considerar a estrutura social que permeia o estudante. Patto (2010 apud Almeida, 2019) fornece uma descrição das teorias que buscam explicar o fracasso escolar, destacando a ausência de capital cultural. No entanto, adverte que considerar a origem social e econômica é crucial, não como uma deficiência, mas para compreender os processos de relação com o conhecimento.

Almeida (2019) destaca que seria uma visão excessivamente simplista e restritiva afirmar que a falta de capital cultural, que frequentemente se manifesta em classes menos privilegiadas, é o único e predominante fator responsável pelo insucesso na trajetória escolar, negligenciando o papel da escola no processo de formação do indivíduo.

Destarte, a concepção culturalista pode influenciar a evasão escolar quando o estudante está inserido em uma comunidade em que a cultura local não valoriza a educação formal e o trabalho tem uma importância maior em comparação à escola, o que poderia levá-lo a desistir do processo formativo. Além disso, tem-se, dentro das escolas, métodos pedagógicos, projetos institucionais e padrões culturais que não refletem a realidade de vida do indivíduo, não valoriza a sua cultura como pessoa. É o caso de imigrantes e indígenas, por exemplo, que, ao não se sentirem representados dentro do espaço escolar, não possuem o sentimento de pertencimento ao ambiente (Almeida, 2019).

Dessa forma, percebe-se a importância de desenvolver estratégias que promovam o acolhimento e a inclusão dentro dos espaços educativos de forma a reconhecer os valores culturais existentes em cada espaço.

c) Concepção da educação como reprodução cultural e social

A análise da educação como reprodução cultural e social não nega os princípios do capital cultural abordado na concepção culturalista, mas os utiliza como base. Embora ambas as perspectivas reconheçam o papel crucial da cultura na educação, a abordagem culturalista enfoca principalmente as dimensões culturais individuais e a diversidade cultural. Por outro lado, a concepção da educação como reprodução cultural e social direciona a atenção para as estruturas sociais e as desigualdades sistêmicas que permeiam o sistema educacional. Almeida (2019) destaca que Bourdieu, um dos principais expoentes dessa teoria, argumenta que, embora todos os indivíduos tenham acesso à educação, a estrutura do sistema educacional permite uma competição interna. Essa concepção sugere uma relação direta entre a estrutura de classes na sociedade e a organização do sistema educacional. Isso significa que, mesmo em um sistema que preconize a igualdade de oportunidades, o sucesso acadêmico e social está muitas vezes ligado às condições socioeconômicas e ao capital cultural dos indivíduos. Aqueles que defendem a educação institucionalizada como a principal estratégia para a transformação social sustentam que a base dos sistemas de ensino reside na ideia de que todos os indivíduos partem de condições iguais, e aqueles que se destacam devido a talentos individuais ou esforços pessoais são promovidos na esfera educacional e, posteriormente, na carreira profissional (Almeida, 2019).

A autora ressalta que a escola frequentemente não leva em consideração as diferenças socioculturais, pois sua organização privilegia, tanto em teoria quanto na prática, os valores e a cultura da classe dominante. Isso significa que aqueles que já possuem esse conjunto cultural têm vantagens nas abordagens de ensino e nas práticas pedagógicas da escola, o que aumenta suas chances de obter sucesso educacional ao longo do processo de aprendizado e, posteriormente, ao aplicar esse conhecimento formalmente na vida social. Em contrapartida, os filhos das classes trabalhadoras, além de precisarem assimilar a visão de mundo predominante, também devem encontrar maneiras de superar suas circunstâncias para alcançar o sucesso escolar.

A concepção da educação como reprodução cultural e social pode influenciar a evasão escolar de diversas formas. Se a instituição transmite conhecimentos e valores que perpetuam apenas alguns padrões estabelecidos, pode gerar falta de significado, acentuar as desigualdades sociais e não ser relevante para o estudante. Com isso, levar à desmotivação ou falta de interesse.

A escola precisa buscar abordagens pedagógicas inclusivas e significativas que valorizem a diversidade e as necessidades individuais do seu público.

d) Concepção interacionista

Essa concepção compreende que o fracasso escolar é, em grande parte, uma responsabilidade da escola. Dessa forma, os insucessos escolares passaram a ser associados às práticas internas da escola. Essas práticas não apenas reforçavam e reproduziam a hierarquia social, mas também limitavam o pleno desenvolvimento dos estudantes, especialmente daqueles das classes populares, Patto (2010 apud Almeida, 2019).

Nesse sentido, Almeida (2019) acrescenta que as discussões passaram a abordar as políticas e práticas pedagógicas e seu impacto no sucesso ou fracasso dos estudantes, bem como as relações que indivíduos de diferentes contextos socioeconômicos e culturais mantêm com o conhecimento.

O discurso que atribui o sucesso escolar exclusivamente ao esforço individual não consegue explicar porque uma parcela significativa da população, especialmente das classes populares, não permanece na escola ou não atende às expectativas educacionais (Arroyo, 1992 apud Almeida, 2019). O autor propõe que devemos ampliar a análise tanto do fracasso quanto do sucesso escolar e ir além dos diagnósticos tradicionais que os vinculam às supostas capacidades dos alunos e professores ou à eficácia dos métodos de ensino e, além disso, passar a considerar a estrutura e o funcionamento do sistema educacional em si.

2.2 Compreendendo a evasão escolar: conceitos e abordagens

A evasão escolar é um desafio enfrentado pelo sistema educacional em todo o mundo, impactando negativamente não apenas os indivíduos que abandonam os estudos, mas também a sociedade como um todo. Entender os conceitos e abordagens relacionados à evasão escolar é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Sendo assim, é importante explorar as causas subjacentes desse fenômeno, as implicações sociais e econômicas associadas e as diferentes abordagens teóricas e práticas para lidar com essa questão complexa.

Nesse contexto, o primeiro embate que surge é a limitação de pesquisas associadas à evasão escolar na educação profissional. Para as pesquisadoras Dore e Lüscher (2011) essa limitação é um empecilho para a investigação do fenômeno, pois impossibilita a criação de indicadores necessários para auxiliar no desenvolvimento de ações de controle, conforme pode ser observado a seguir:

[...] a pesquisa sobre evasão escolar no ensino técnico no Brasil encontra um de seus maiores problemas e um grande desafio na escassez de informações sobre o assunto. A falta de informações abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico e cria

dificuldades adicionais à pesquisa para construção de indicadores adequados à investigação do problema (Dore; Lüscher, 2011, p. 782).

No que concerne às publicações, tem-se ainda outro fator a ser considerado: a complexidade do assunto quando se busca um conceito para definir a evasão escolar. Todavia, a consideração feita pelo MEC (1996, p. 56), por meio da Comissão Especial para estudo da evasão nas Universidades Brasileiras, serve como justificativa para os diferentes tipos de conceito utilizados nas pesquisas:

Se não há unanimidade em relação ao conceito, é fundamental dimensioná-lo em função do objeto particular ao qual está ele referido, em cada estudo. Este cuidado, além de evitar o risco de generalizações ou simplificações desfiguradoras da realidade, permite qualificar adequadamente os dados quantitativos [...]

Dessa forma, a Comissão Especial estabeleceu um parâmetro e definiu a evasão como “a saída do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (MEC, 1996, p. 56). Dentro dos seguintes contextos:

evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
 evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
 evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (MEC, 1996, p. 57).

Assim, para melhor entendimento e direcionamento da pesquisa, neste estudo, o conceito que descreve que a evasão “pode se referir à retenção e repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição [...] ou à não conclusão de um determinado nível de ensino” (Dore; Lüscher, 2011, p. 775) é o que mais encontra proximidade com o objetivo do trabalho.

Contribuindo com o tema, embora no Brasil exista uma diversidade de concepções associadas ao fenômeno da evasão escolar, Silva e Mariano (2021) fazem uma relação de três grandes matrizes que resumem as acepções existentes de evasão no país, sendo: as que emergem do conceito elaborado pela Comissão Especial do MEC, que analisa a evasão escolar nas perspectivas de três causas predominantes: estudante, curso e instituição; uma outra análise é derivada dos estudos feito por Tinto em 1975 que analisa a evasão a partir da trajetória do estudante e a terceira matriz que faz referência aos fatores excludentes da escola.

Para Dore e Lüscher (2011), a evasão é um fenômeno complexo, pois envolve variáveis individuais, institucionais, econômicas e da ordem de políticas públicas. Por isso, a decisão de “abandonar ou permanecer na escola é fortemente condicionada por características individuais, por fatores sociais e familiares” (Dore, 2013, p. 5).

Essa complexidade é observada no trecho do Acórdão do TCU nº 506/2013:

Várias causas concorrem para que os estudantes abandonem ou não concluam os cursos de educação profissional, conforme presente na literatura nacional e internacional sobre o tema. [...] Pela diversidade de fatores que afetam a evasão, pode-se inferir que desenhar políticas ou estratégias de combate à evasão nos Institutos Federais constitui-se em tarefa complexa. Primeiramente, é preciso levar em conta que os institutos Federais ofertam cursos para públicos bastante heterogêneos em termos acadêmicos e sociais. Essas diferenças fazem com que políticas específicas devam ser elaboradas para cada segmento. (BRASIL, 2013, p. 16).

Dentro da característica de gestão, a evasão escolar é um evento indesejado e não programado por nenhum dos envolvidos. O estudante não ingressa em um curso com a intenção de abandoná-lo, assim como a instituição não tem a intenção de restringir a expectativa dos que a procuram. Na realidade, ocorrem situações que se tornam propícias e motivadoras para o fracasso dos envolvidos, devido à falta de identificação e controle eficazes dos fatores de risco que comprometem a permanência e o êxito estudantil.

Nessa perspectiva, do ponto de vista individual, o background familiar, termo que explica as influências sociais e familiares na educação e na vida do estudante, incluindo nível de educação dos pais, renda familiar e estrutura familiar, são aspectos significativos a serem considerados na trajetória escolar do estudante (Dore e Lüscher, 2011). Ainda segundo as autoras, o conceito de capital social, que se refere à qualidade das relações estabelecidas entre pais e filhos, família e escola, também é determinante quando se analisa no contexto da evasão escolar.

Portanto, compreender esses fatores e a interligação com o ambiente escolar se torna crucial na análise para a permanência dos alunos, pois fornecem informações essenciais para a formulação de políticas educacionais direcionadas a fomentar a equidade de oportunidades educacionais.

Ainda no contexto da pluralidade associada ao fenômeno e no âmbito das concepções apresentadas na literatura, surge o termo mobilidade. Para Ristoff (1995 apud MEC, 1996), enquanto a evasão é entendida como o abandono dos estudos, a mobilidade corresponde ao fenômeno de migração do aluno de um curso para outro.

Seguindo essa linha conceitual, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (1998) destaca a diferença entre evasão e abandono. Para o Instituto, o abandono acontece quando o estudante deixa a escola em um ano, mas retorna no ano seguinte, ao passo que o estudante que evade sai da escola e não retorna para o sistema.

Na análise de Bueno (1993), há uma distinção entre evasão e exclusão que precisa ser considerada. Segundo o autor, ao evadir, o estudante desliga-se da instituição por sua própria

decisão, mas, ao analisar a questão da exclusão, verifica-se o papel da escola como responsável quando não oferece os meios necessários para o estudante se encontrar como parte da instituição:

A palavra evasão pode estar significando uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua própria responsabilidade. A palavra exclusão implica na admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do adolescente que se apresenta para uma formação profissionalizante (BUENO, 1993, p. 13).

Silva Filho et al (2007) apresentam o termo retenção como um fator comprometedor que ocasiona perdas e leva à evasão. O Acórdão do TCU nº 506/2013 manifesta sobre a necessidade de avaliar a evasão considerando a retenção e conclusão como importantes indicadores: “[...] para a avaliação da evasão faz-se necessário acompanhar não somente indicadores de evasão, mas também indicadores de retenção (atraso relativo de aluno ‘em curso’) e de conclusão” (Brasil, 2013, p. 12).

Para complementar a discussão, trazemos para o debate a visão de alguns autores sobre evasão escolar. Nessa linha temos Gaioso (2005, apud Baggi; Lopes 2011), que menciona essa ocorrência como um fenômeno social complexo. Digiácomo (2005 apud Feitosa, 2020, p. 49) caracteriza a evasão como um problema persistente “tolerado por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao cúmulo de admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado já contando com a "desistência" de muitos”.

Ainda dentro dos conceitos, cita-se a compreensão de Cordeiro e Zarpelan (2011 apud Feitosa, 2020), que utilizam os termos fuga, abandono e desistência como sinônimos de evasão.

Percebe-se a complexidade da temática em estudo ao perquirir as concepções associadas ao termo. A evasão é um construto individual, social, político, econômico, cultural, institucional e acadêmico que precisa ser entendido nessas nuances para melhor direcionamento das ações a serem implementadas pelas instituições.

Além disso, existem diversas ramificações ligadas a esse fenômeno, envolvendo o sistema acadêmico, a estrutura curricular, bem como a apatia e a percebida falta de utilidade que os alunos associam ao processo educacional (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021).

Não é um fenômeno isolado que acontece somente na rede particular de ensino ou um estigma da educação pública. É um problema geral quando se tem a relação escola e estudantes.

A evasão na EPT é um problema que requer atenção, conforme Meira (2015), pois está associado a perdas financeiras para governo, instituição e sociedade, devido ao investimento em vagas que ficam ociosas.

Entender as causas desse fenômeno multifatorial é primordial para o gerenciamento desse evento não desejado. Nesse intuito, o Documento Orientador (Brasil, 2014), ao ter como referência a classificação elaborada pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras – ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC (Brasil, 1996), apresenta a categorização das causas da evasão e retenção de forma a auxiliar as instituições da RFEPCCT na elaboração do Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção.

Conforme pode ser observado no Documento Orientador (Brasil, 2014), têm-se como classificação os fatores individuais, os fatores internos e os fatores externos às instituições como motivos associados à evasão escolar. O documento esclarece que, mesmo sendo características individuais, é preciso que a instituição volte o seu olhar para essas motivações e contribua de alguma forma para minimizar os efeitos que podem levar à evasão.

Nesta perspectiva, Tinto (2017 apud Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021) enfatiza que as instituições de ensino precisam influenciar a permanência dos estudantes com estratégias e métodos de ensino que os ajudem a superar os obstáculos presentes na jornada educacional. O Quadro 6 apresenta os fatores associados ao fenômeno:

Quadro 6 - Categorização das Causas da Evasão e da Retenção

Fatores Individuais: adaptação à vida acadêmica; capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo; compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção; encanto ou motivação com o curso escolhido; escolha precoce da profissão; qualidade da formação escolar anterior; informação a respeito do curso; outras questões de ordem pessoal ou familiar; participação e envolvimento em atividades acadêmicas; personalidade; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família.

Fatores Internos às Instituições: atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura institucional de valorização da docência; existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria); formação do professor; gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.); gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; inclusão social e respeito à diversidade; infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; motivação do professor; processo de seleção e política de ocupação das vagas; questões didático-pedagógicas; e relação escola-família.

Fatores Externos às Instituições: avanços tecnológicos, econômicos e sociais; conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para egressos do curso; políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior; questões financeiras da instituição; reconhecimento social do curso; e valorização da profissão.

Fonte: (Brasil, 2014, p. 19-20) Adaptado pela autora.

A categorização dos fatores associados à evasão, apresentada no Documento Orientador (Brasil, 2014), serve para auxiliar no planejamento das ações a serem desenvolvidas pelas instituições. No entanto, é preciso um diagnóstico institucional para que as ações de intervenção sejam estratégias que realmente contribuam para auxiliar na permanência dos alunos.

Nesse aspecto, Dore e Lüscher (2011) fazem uma contribuição relevante ao destacarem três dimensões conceituais importantes a serem consideradas nos estudos da evasão escolar: nível de escolaridade em que ocorre; tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; e as razões que motivam a evasão.

De uma forma geral, ao realizar o diagnóstico de evasão dentro de uma instituição, é preciso identificar em qual dimensão ocorreu e quais as causas associadas. Assim, o Documento Orientador (Brasil, 2014, p. 17) apresenta as causas associadas à evasão e retenção relacionadas à EPT para auxiliar no diagnóstico:

- acesso às instituições;
- dificuldades de relacionamento do estudante (seja com professores, diretores e colegas de sala);
- condição e fatores socioeconômicos;
- frustração de expectativas em relação ao curso;
- fatores intraescolares (currículo, horários e carga horária dos cursos);
- motivação, interesse ou compromisso com o curso;
- inserção do estudante no mundo produtivo, em particular a necessidade de trabalhar;
- modelo de ensino escolar e suas valorações;
- problemas de aprendizagem ou dificuldades nas disciplinas;
- repetência ou desempenho acadêmico insuficiente;
- distância entre o currículo teórico do curso técnico e o conhecimento prático requerido na vida real (sic);
- inadequação dos programas de estágio;
- práticas pedagógicas;
- perfil do corpo docente;
- excesso de matérias/disciplinas por período do curso;
- exigência dos professores;
- características estruturais da escola;
- enfraquecimento dos vínculos com a escola;
- comportamento e atitudes do estudante perante a vida escolar;
- formação precária no ensino fundamental e/ou médio; e
- resistência às leis da educação profissional e às perspectivas de seus alunos.

O Documento Orientador (Brasil, 2014) esclarece que a RFEPCT tem desenvolvido importantes estratégias de intervenção para combate à evasão e retenção, mas nem sempre essas ações são publicadas ou formalizadas, e cita as iniciativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) no campo da pesquisa-ação como contribuições importantes para o desenvolvimento das ações diagnósticas e preventivas.

Ainda de acordo com o Documento Orientador (Brasil, 2014), após o diagnóstico das causas associadas ao fenômeno da evasão, algumas ações de intervenção devem ser implementadas. Assim, o documento apresenta algumas propostas que incluem:

- acompanhamento dos alunos que estão na fase final do curso, na etapa de elaboração e entrega do relatório final de estágio, com o intuito de que estes consigam concluir o curso;
- acompanhamento em tempo real da frequência dos alunos no intuito de identificar os motivos das faltas;
- aproximação das famílias ao percurso escolar dos filhos nos casos dos cursos de ensino médio integrado ao técnico;
- constituição e formação de equipe pedagógica para estabelecimento do trabalho de acompanhamento;
- constituição e legitimação de conselhos escolares e colegiados de cursos para apoio/envolvimento dos diversos segmentos da comunidade escolar;
- contato com os alunos com faltas consecutivas em duas semanas;
- criação de uma planilha, por turma, de acompanhamento de faltas;
- delineamento de ações acadêmico-institucionais que possibilitem aos candidatos conhecer a realidade do mercado de trabalho referente ao curso escolhido antes do processo seletivo/vestibular;
- discussão sobre a possibilidade de ampliação do programa de assistência estudantil;
- divulgação permanente dos cursos ofertados pela instituição junto à comunidade;
- elaboração e revisão dos projetos pedagógicos de cursos de acordo com os perfis profissionais desejados e em consonância com os arranjos produtivos locais;
- elevação dos índices de qualidade do ensino/aprendizagem por meio de aulas de nivelamento e monitorias, com especial atenção às unidades curriculares em que os alunos apresentam menor desempenho acadêmico;
- levantamento do perfil do aluno ingressante e institucionalização de estratégias de identificação com o curso;
- mapeamento das causas e motivos que levaram os estudantes a desistirem do curso, com propostas de intervenção para superar ou mitigar as situações geradoras de evasão nos cursos;
- orientação das empresas contratantes de estagiários quanto à flexibilização do horário de trabalho dos estudantes trabalhadores;
- realização de fóruns com diretores de ensino, coordenadores gerais de ensino e de cursos e equipes pedagógicas, tendo como temática central a questão da permanência e do sucesso escolar;
- realização de reuniões com alunos em situação iminente de desistência do curso, para identificação do problema e estabelecimento de estratégias para que o aluno não abandone o curso;
- realização de reuniões quinzenais com a participação efetiva dos professores, coordenadores de cursos, equipes pedagógicas, direção de ensino e apoio ao estudante, para discussão e verificação da situação de cada turma, com vistas à análise da quantidade de alunos evadidos e à reavaliação permanente do trabalho pedagógico;
- reestruturação do sistema acadêmico visando facilitar o acompanhamento em tempo real de toda movimentação acadêmica (transferências, trancamentos, evasão, desligamentos, certificação, em curso, integralização escolar, em fase escolar, estágio, notas e faltas); e
- sensibilização e formação da coordenação de área e curso visando à construção de ações integradas (Brasil, 2014, p. 18-19).

Não se pode esquecer de que as causas e ações de intervenção, elencadas no Documento Orientador, ainda que tenham sido elaboradas de forma coletiva com base na realidade da RFEPCT, servem para nortear.

Não obstante a tudo já exposto, Bastos (2014) destaca a necessidade de compreender os conceitos de fracasso escolar, repetência e abandono, pois são situações que podem comprometer a permanência do estudante na escola.

Dessa forma, o conhecimento conceitual dos fatores de risco, a identificação e o reconhecimento são estratégias importantes para o enfrentamento dessas ameaças (Daro, 2015).

Nesse sentido, Machado (2009, p. 36) salienta que “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola”.

O fracasso escolar é um assunto presente nas discussões educacionais, mas ainda é associado às ações do aluno. O que é um desacerto, pois instituição, professor e família também assumem um papel de responsabilidade nesse processo.

Nessa mesma direção, Fornari (2010) aponta:

[...] essa responsabilização da criança pelo fracasso na escola tem seu ponto de apoio o pensamento educacional da doutrina liberal, cuja argumentação busca legitimar a sociedade de classe. Esta procura fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social que o envolve (FORNARI, 2010, p. 115).

Em linhas gerais, percebe-se que o fracasso, a retenção e o abandono escolar caminham lado a lado, refletindo o sistema escolar, as relações sociais e os aspectos individuais de cada estudante. Não é o fim da linha, mas a evidência que é preciso parar para investigar novas estratégias que possam garantir o sucesso escolar.

Quando se estuda evasão escolar, não temos um conceito fechado com causas únicas, por isso ter uma base conceitual ampla e diversificada permite ampliar as possibilidades de intervenção e facilita o diagnóstico.

Dessa forma, para ampliar a compreensão sobre o assunto e proporcionar uma base conceitual mais abrangente sobre o tema evasão, apresentamos os resultados do trabalho de Morosini et al (2012), que fizeram uma revisão bibliográfica e analisaram os trabalhos publicados em revistas de classificação – Qualis Periódicos / Capes A e B entre 2000 e 2011.

Em relação ao conceito de evasão, Morosini et al destacam que encontraram inúmeros conceitos. Embora alguns já tenham sido citados neste trabalho, acrescentam-se os posicionamentos de Polydoro (2000 apud Morosini et al, 2012), que faz uma distinção entre evasão do curso e evasão do sistema, e de Cardoso (2008 apud Morosini et al, 2012), que faz referência aos termos evasão aparente e evasão real. A primeira é analisada na perspectiva de mobilidade de um curso para outro, e a última, enquanto desistência do aluno. Morosini et al

(2012) descrevem o conceito analisado no trabalho de Silva Filho et al (2007), que apresentam duas definições para se analisar a evasão: evasão anual média, correspondente ao percentual de alunos que não realizaram a matrícula no ano seguinte, e evasão total, referente à quantidade de estudantes que iniciaram os estudos, mas não finalizaram para obtenção do diploma. Os autores ainda descrevem que existem diferentes formas de se analisar a evasão, de acordo com algumas características, como: instituição, forma de organização acadêmica, região geográfica, dentre outras.

Em relação à abrangência das pesquisas analisadas, Morosini et al (2012) constataram que as investigações aconteceram na grande maioria em contextos específicos, como, por exemplo, em curso de graduação, e a maioria dos estudos foi realizada em instituições públicas federais.

A análise das causas que motivam o estudante a evadir precisa acontecer de forma contínua e conjunta entre pesquisadores, gestores educacionais, professores, sociedade, governo e profissionais envolvidos na educação. O enfrentamento precisa ser coletivo para que as estratégias de prevenção e combate possam ser efetivas.

Rumberger (2011 apud Figueiredo; Sales, 2017) salienta que diferentes aspectos contribuem para a evasão escolar e a interação desses fatores dificulta a compreensão da causa específica que motivou o abandono escolar.

Nesse sentido, Figueiredo e Sales (2017) destacam os fatores, responsáveis por aumentarem as taxas de abandono, mencionados por Rumberger, que precisam ser analisados, quais sejam: motivação do estudante, absenteísmo, comportamento inadequado, desempenho escolar insatisfatório, gravidez, entre outros fatores associados às questões individuais.

Em relação aos fatores contextuais, o autor destaca as condições socioeconômicas que precisam ser consideradas em uma análise diagnóstica preventiva. Sendo assim, Rumberger (2011 apud Figueiredo; Sales, 2017) destaca a renda familiar, a escolaridade dos pais e a estrutura familiar como aspectos que irão influenciar desde o comportamento ao desempenho escolar.

Nessa mesma direção, as autoras Figueiredo e Sales (2017) mencionam a pesquisa de Marin (1998) que aborda as condições de trabalho dos docentes nas escolas públicas e os desafios a serem superados. Considerando a característica de gestão da presente pesquisa e a necessidade de evidenciar os aspectos que podem comprometer a permanência e êxito, torna-se relevante a apresentação dos fatores associados às condições de trabalho dos docentes, conforme mencionados por Marin (1998):

Fragilidade, rigidez e restrição nos procedimentos e recursos didáticos, com destaque para a escolha e a utilização do livro didático; Inalteração nos baixos níveis de aproveitamento escolar dos alunos;
 Conflitos e dilemas enfrentados pelos professores no que se refere à relação entre seu saber fazer e as características dos alunos “fracos” e/ou das camadas populares;
 Indisciplina na sala de aula;
 Dificuldades no processo de reflexão e raciocínio dos professores e seus desdobramentos para a concretização das práticas educativas;
 Referencial restrito dos professores em relação às experiências bem-sucedidas seja de ensino, seja de escolas (Marin, 1998, apud Figueiredo; Sales, 2017, p. 363).

Não querendo esgotar a discussão, mas fica evidente a responsabilidade institucional quando consideramos as relações estabelecidas dentro do ambiente educacional. Os conflitos vivenciados pelos docentes precisam ser considerados para que o professor consiga, a partir de uma perspectiva democrática, valorizar os aspectos individuais do estudante e assim promover o processo de ensino/aprendizagem de forma exitosa.

A complexidade envolvida no fenômeno da evasão escolar requer abordagens igualmente complexas, cuja implementação é desafiadora e exige a colaboração de múltiplos atores sociais. A maioria das pesquisas sugere que a estratégia mais apropriada para lidar com esse problema é a prevenção, envolvendo a identificação precoce das situações e o acompanhamento dos estudantes em condições de risco, conforme apontado por Dore e Lüscher (2011).

2.3 Evasão Escolar no cenário internacional

Ao nos depararmos com a complexidade associada à evasão escolar, é primordial ampliar a busca conceitual para uma melhor compreensão dos aspectos que levam os estudantes a abandonarem ou interromperem um processo formativo. Respeitando a limitação desta pesquisa, que é o estudo da evasão na EPT, as estratégias e concepções apresentadas no cenário internacional servirão de base para a construção de um panorama geral sobre o tema.

As pesquisas sobre evasão escolar apresentam diferentes abordagens. O fator comum que se tem é a relação estudante e instituição, mas em algum momento esse vínculo é desfeito, seja de forma permanente ou não. É exatamente nesse rompimento que surgem diferentes modelos de estudo para explicar os motivos que levam à quebra dessa relação.

Uma observação pertinente a ser feita diz respeito ao momento em que o fenômeno da evasão ganhou relevância nos Estados Unidos. Conforme abordado na pesquisa de Cislighi (2008), os estudos sobre a temática iniciaram-se nos anos 1950 em virtude da grande expansão do número de instituições de ensino superior e do quantitativo de estudantes. Isso nos faz refletir e associar que o problema e os estudos sobre o assunto ganharam força nas

discussões da EPT no Brasil, quando a Rede Federal passava pelo período de maior expansão da sua trajetória.

Ainda segundo Cislighi (2008), na década de 1960, em decorrência da intensa expansão que ocorreu nos anos 1950, assomaram alguns problemas relacionados às necessidades dos estudantes atrelados aos movimentos internos nos *campi*, a necessidade de alteração dos currículos escolares, para satisfazer as demandas da economia, dentre outras situações que contribuíram para o crescimento da evasão e levaram ao reconhecimento desse evento indesejado, complexo e urgente.

O autor destaca que os esforços institucionais, no entanto, restringiam-se ao monitoramento das matrículas sem que houvesse uma análise consistente dos padrões associados ao fenômeno.

Ao analisar o cenário do ambiente educacional, nota-se que a evasão é um problema real a que, inevitavelmente, a escola está sujeita. Consoante Tinto (1993), a falta de identificação do aluno com o ambiente é um fator que pode levar à evasão escolar, assim como os fatores externos, que, de acordo com o modelo proposto por Bean (1980), podem ser decisivos para a permanência ou a evasão.

Nessa conjuntura, surgiram algumas teorias para explicar a evasão estudantil. O primeiro estudo a ser analisado, à luz do trabalho de Cislighi (2008), é o Modelo do Processo de Abandono de Spady, considerado como a primeira estrutura conceitual para compreensão do fenômeno da evasão. Esse modelo foi desenvolvido com base em evidências empíricas e utilizou a Teoria do Suicídio do francês Émile Durkheim como ponto de partida. De acordo com a Teoria do Suicídio, as ações do indivíduo são influenciadas conforme o nível de interação social que este possui, pois, segundo o criador da teoria, quanto maior for a integração à sociedade, menor é a possibilidade de esse indivíduo cometer suicídio.

O modelo desenvolvido por Spady, conforme citado por Cislighi (2008), considera que o compromisso do estudante com a instituição está associado ao seu nível de satisfação. Quanto mais satisfeito e envolvido socialmente, maior a chance de permanecer frequente no curso escolhido.

Ao fazer um paralelo com estudos publicados no Brasil sobre educação profissional e tecnológica, Cobra e Braga (2004) também evidenciam a necessidade de as instituições entenderem que a permanência dos estudantes está associada ao seu nível de satisfação com o todo. Além da perspectiva de empregabilidade, os estudantes, ao ingressarem em um curso, buscam também a satisfação pessoal.

Percebe-se, assim, que a Teoria de Spady apresentou um modelo sociológico para explicar e compreender os aspectos de evasão e permanência por meio de uma abordagem que considerava a interação entre estudante e instituição e as relações formais e informais estabelecidas. Os estudos ainda evidenciaram que o desempenho acadêmico formal é um fator dominante para a permanência de homens e mulheres e o desgaste dessa variável pode levar ao abandono (Cislaghi, 2008).

Outra teoria para a análise e a compreensão do fenômeno da evasão escolar é o Modelo de Desgaste do Estudante, proposto por Bean. Essa Teoria foi baseada em um modelo comportamental desenvolvido por Price e Müeller. Para Bean, conforme Cislaghi (2008), a decisão do trabalhador de permanecer ou não no emprego é semelhante à decisão do estudante de permanecer ou não na instituição de ensino. Essas decisões originam-se das “complexas inter-relações entre fatores não cognitivos, como atitudes e intenções comportamentais, e de fatores ambientais, como aprovação da família e de amigos [...] fatores externos à instituição também têm influência” (Cislaghi 2008, p. 44).

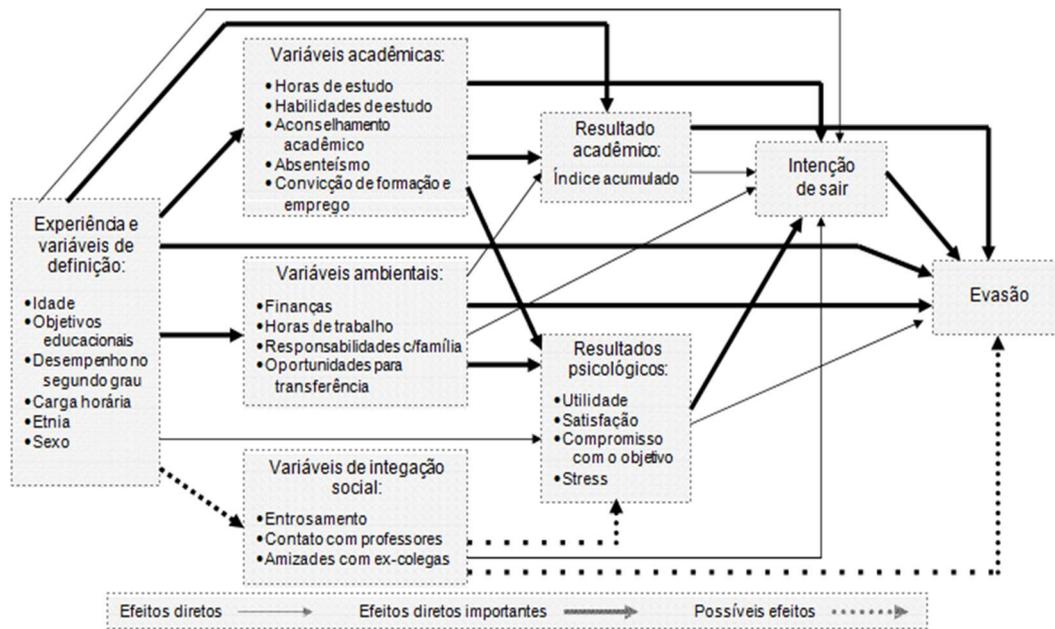
Ainda de acordo com a Teoria de Bean, Cislaghi (2008) menciona os fatores organizacionais ao avaliar a permanência do empregado na empresa e do estudante na escola, pois a remuneração e o desempenho acadêmico assumem similar importância na vida do empregado e do estudante, respectivamente. De acordo com essa teoria, percebe-se que a relação estudante, instituição, aprovação da família e amigos, desempenho satisfatório no curso gera um nível de satisfação que promove um comprometimento e acaba se tornando uma relação importante no fator permanência.

No entanto, esse modelo foi revisto e teve a cooperação de Metzner. Assim, Bean e Metzner consideraram no novo modelo as características não tradicionais dos estudantes, o que foi importante para melhor compreensão da evasão.

Conforme Cislaghi (2008, p. 46), no novo modelo, “não se restringiram aquele estereótipo dos estudantes tradicionais que são jovens, brancos, filhos de pais com formação superior e com dedicação exclusiva aos estudos em instituições residenciais”, assim consideraram as novas demandas e a inter-relação dessas variáveis na ocorrência da evasão escolar.

De certa forma, é perceptível, pelo modelo em estudo, que o desgaste do estudante é um processo que envolve diversos aspectos de diferentes naturezas, e todas as variáveis que se inter-relacionam, sejam as experiências pessoais, acadêmicas, ambientais, psicológicas e de integração social, influenciam no processo de permanência ou evasão. Pode-se observar na Figura 4 a seguir:

Figura 4 - Modelo conceitual de desgaste de estudantes



Fonte: (Cislaghi, 2008, p. 47).

O modelo proposto por Bean e Metzner sobre o desgaste dos estudantes contempla diferentes variáveis para explicar a evasão escolar e tem como foco os estudantes não tradicionais. Ainda que o modelo apresente as variáveis de integração social, observa-se que não existe um reconhecimento de que esses fatores são, de fato, significativos para a decisão de abandono do estudante (Cislaghi, 2008).

Nessa mesma linha de modelos teóricos que buscam a explicação do fenômeno da evasão escolar, tem-se a Teoria de Integração do Estudante proposto por Vincent Tinto. Considerado um dos principais pesquisadores sobre o assunto, seus trabalhos servem de referência para embasamento teórico quando se analisa a permanência estudantil. Os estudos de Tinto compõem o referencial teórico do documento orientador elaborado para a Superação da Evasão e Retenção na RFEPC.

Cislaghi (2008) descreve que o modelo teórico proposto por Tinto em 1975 e as reformulações ocorridas nas décadas seguintes buscaram deslindar as singularidades e os processos que levam o estudante a evadir. Ao mesmo tempo, explica a interação de todos esses aspectos envolvidos.

Antes da obra de Tinto, todos os aspectos e comportamentos dos estudantes que interrompiam os seus estudos eram considerados abandono, conforme Cislaghi (2008). Assim, foi Tinto que identificou os diferentes aspectos e comportamentos e classificou-os em

categorias, como: desistência voluntária, fracasso acadêmico, afastamento temporário, abandono e transferência.

Os estudos de Tinto mencionados por Cislighi (2008) nos levam a refletir que a evasão escolar é algo complexo e sem um arquétipo específico, por isso é preciso, primeiramente, conhecer o sujeito da ação, ou seja, investigar a trajetória do estudante antes do seu ingresso na instituição. Depois, buscar a compreensão dos aspectos associados à sua integração no ambiente de ensino. Dessa forma, tem-se um diagnóstico mais real das suas interações sociais e acadêmicas como ferramenta de suporte para identificar as possíveis trajetórias desse indivíduo dentro da instituição. Para Tinto (1988 apud Cislighi, 2008, p. 49), “[...] o abandono reflete a ausência de integração na vida da instituição e esta ausência de integração pode acontecer em diferentes momentos e devido a diferentes problemas”.

Assim, Tinto considera que o contexto familiar, a escolaridade anterior do estudante com todas as experiências educacionais e todas as habilidades individuais que adquiriu ao longo da vida direcionam para as ações de compromisso com a instituição.

Ainda estabelece que, se a integração acadêmica-social não for a ideal, pode-se levar à falta de motivação e como consequência influenciar no processo de permanência (Cislighi, 2008).

De uma forma geral, o desgaste do estudante é um fator cumulativo causado por diferentes fatores, causas e motivações. Para Tinto, segundo Cislighi (2008), quanto menos envolvido com a instituição, maior a possibilidade de o estudante abandonar o curso que iniciou na instituição.

Para complementar a discussão no cenário internacional, temos Rumberger (2011), um importante pesquisador dessa temática nos Estados Unidos, que aponta os fatores individuais e institucionais e salienta que a interação dos diversos fatores associados à evasão pode dificultar a identificação do fator causal desse abandono. Logo, de uma forma geral, percebe-se que a evasão, um fenômeno multifatorial, não acontece de maneira isolada. O que se torna perceptível, na maioria das vezes, é o estágio final de um processo iniciado em algum momento dentro da instituição, conforme apontado pelo autor.

2.4 Permanência e Abandono escolar: uma análise na EPT

Há uma complexidade na discussão sobre permanência e êxito do estudante, o que traz a dimensão do fracasso escolar como uma realidade a ser compreendida em todas as suas vertentes. Buscar direcionamento não é procurar culpados, e sim saber reconhecer as causas que levam à desestruturação do processo educacional.

Sendo assim, quando se estuda a educação profissional e tecnológica, tem-se uma realidade ainda mais delicada, o que demanda uma análise mais aprofundada sobre educação, sociedade e trabalho.

A evasão escolar é um desafio que abarca pesquisadores, gestores, professores, governo e sociedade. Na educação profissional e tecnológica é perceptível que o processo de democratização para acesso às instituições ainda se encontra em fase embrionária.

Deve-se considerar que democratizar o acesso sem garantir a permanência não gera transformação e não diminui as desigualdades sociais acentuadas em nosso país. A educação será, de fato e de direito, libertadora e transformadora, quando as ações de democratização do acesso estiverem acompanhadas de políticas afirmativas que garantam a permanência e o êxito do estudante nas instituições.

Assim, a permanência e o êxito estudantil tornaram-se tema de importantes reflexões nas instituições educacionais. Percebe-se uma mudança importante na linha de discussão, pois os debates voltados apenas para a evasão não consolidam estratégias eficazes de ações capazes de promover a permanência e o êxito.

A permanência do aluno na instituição escolar requer um esforço coletivo. É preciso, como gestão, consolidar estratégias que estejam alinhadas às necessidades dos educandos e a realidade individual de cada um, pois são contextos sociais diferentes dentro de um mesmo ambiente. É fundamental que cada estudante desenvolva um forte senso de pertencimento à instituição de ensino, conforme ressaltam Soares et al (2015):

[...] certas habilidades individuais dos alunos e a participação em atividades escolares (sociais e acadêmicas) seriam as responsáveis pelo sucesso no desempenho acadêmico, que, por sua vez, afetaria a identificação com a escola, no sentido de uma maior percepção de pertencimento e construção de valores individuais, que, por sua vez, atuando em conjunto com o nível e a adequação da instrução escolar, reforçariam o sucesso acadêmico. (SOARES et al, 2015, p. 9)

É imprescindível gerenciar o problema da evasão escolar, mas deve-se atentar que a evasão é a trajetória final do estudante. Nesse sentido, gerenciar as variáveis que impossibilitam o permanecer na escola deve ser uma estratégia contínua de toda instituição.

Dessa forma, a permanência e o êxito na EPT da RFEPCT têm sido objetos de discussão com ações direcionadas por meio de programas que promovem essa abordagem e demonstram a preocupação da RFEPCT de valorizar a permanência do estudante e o sucesso dele durante toda a sua trajetória na instituição.

Nesse contexto, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) investigou, junto aos estudantes de instituições de ensino superior, o perfil e as demandas do grupo, com o objetivo de identificar a necessidade de políticas de inclusão social. Essas pesquisas realizadas pelo FONAPRACE foram essenciais para comprovar as carências e a importância de implementar políticas de assistência estudantil que auxiliassem as instituições de ensino superior, especialmente no que diz respeito ao apoio e à permanência dos estudantes nas instituições. Constatou-se, pelos estudos realizados, um aumento expressivo das classes C, D e E nessas instituições, o que reforçou a necessidade de políticas de ações afirmativas para atender às demandas e promover a permanência dos mais necessitados (Taufick, 2014).

Assim, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, é um documento que busca “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” e precisa ser considerado quando se relaciona às ações de enfrentamento utilizadas pela RFEPCT para combate à evasão e garantia de permanência, conforme pode ser observado no documento:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A vulnerabilidade socioeconômica de estudantes que buscam uma formação é um desafio para as instituições de ensino, sobretudo as públicas. Por isso, é primordial pensar a evasão escolar no contexto da implementação de políticas públicas para atender às demandas de estudantes que precisam ser assistidos nas suas necessidades básicas e, dessa forma, completar com êxito a trajetória escolar almejada.

Nesse sentido, tem-se no PNAES uma importante política pública para enfrentamento da evasão escolar na RFEPCT. Essas estratégias são fundamentais para que jovens em situação de pobreza consigam não apenas ingressar em uma instituição, mas também permanecer.

A política do PNAES tem uma importância social muito significativa no âmbito da assistência estudantil, conforme pode ser observado no art. 4º do Decreto nº 7.234/2010:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Brasil, 2010).

Embora o Decreto nº 7.234/2010 pareça focar principalmente nos estudantes de graduação, deixando incertezas sobre sua aplicabilidade para os estudantes dos cursos de EPT ofertados na RFEPCT, a implementação do PNAES resultou na motivação para a maioria das instituições da RFEPCT elaborarem suas próprias políticas de assistência estudantil. Além disso, houve um aumento no orçamento, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), para a ação denominada “2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional”, que disponibilizou fundos para que as instituições da RFEPCT pudessem começar a implementar a política (Taufick, 2014).

Ainda nas ações efetivadas pela RFEPCT como planejamento para garantir a permanência e o êxito dos estudantes, temos o Documento Orientador, as ações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS), os Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção e os auxílios concedidos a partir de critérios socioeconômicos, conforme pode ser observado no Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção do IFNMG, quais sejam:

Auxílio permanência: Objetiva conceder auxílio financeiro para manutenção do aluno na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.

Auxílio transporte: Essa modalidade tem como objetivo disponibilizar auxílio financeiro para custeio do deslocamento do discente no trajeto domicílio-instituição de ensino.

Auxílio moradia: Objetiva assegurar auxílio financeiro para contribuir com despesas mensais referentes à moradia do estudante oriundo de outros municípios e/ou que seja natural do município onde se localiza o campus, mas não possui vínculo familiar.

Regime residencial e regime semi residencial: Para discentes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. No regime residencial o aluno conta com alojamento, lavanderia, refeições e todo apoio de uma equipe multidisciplinar de atendimento ao educando.

Auxílio para aquisições de itens escolares, uniforme e viagens: Visa oferecer auxílio para custeio de itens escolares, uniforme e ajuda de custo para viagens acadêmicas para participação em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural. Contribuirá para a formação do discente em sua totalidade, bem como para o desempenho nessa instituição de ensino, pesquisa e extensão.

Auxílio cópia e impressão: Visa atender os discentes que necessitam de apoio para cópias e impressões de materiais didáticos específicos do seu curso, independente dos textos e materiais já disponibilizados em cada disciplina. Os discentes terão direito a 100 (cem) unidades de cópias e 40 (quarenta) unidades de folhas impressas mensalmente, durante o período de 01 (um) ano letivo.

Auxílios concedidos por mérito acadêmico

Bolsas de monitoria: Objetiva conceder bolsas para desenvolvimento de ações de acompanhamento aos discentes (orientação profissional, acompanhamento da frequência, orientação aos discentes ingressantes, acompanhamento do desempenho acadêmico, monitoria, dentre outros). A bolsa monitoria não se destina somente aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica.

Bolsa treinamento: Inserção do estudante em atividades de educação em serviço nas dependências do IFNMG, visando a integração social e de aperfeiçoamento profissional e cultural, de modo a proporcionar a complementação do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de atividades orientadas, vinculadas, prioritariamente, à área de formação do estudante.

Bolsas de pesquisa e extensão: Têm como principais objetivos incentivar os estudos, a pesquisa e a extensão; incentivar a participação dos discentes em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos de incentivo à pesquisa e à extensão; proporcionar ao discente bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional e envolvimento com a comunidade, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho, da pesquisa e da extensão.

Auxílio para participação em eventos e reuniões da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe): Visa oferecer auxílio para ajuda de custo em viagens acadêmicas para participação em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural e participação na Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), o que contribuirá para a formação do discente em sua totalidade, bem como para o desempenho nessa instituição de ensino, pesquisa e extensão. A autorização para liberação de ajuda de custo para participação em eventos e reuniões da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão acadêmicas está vinculada à solicitação do discente, com comprovação da realização do evento e certificação posterior de participação no mesmo. Será priorizada a ajuda de custo para viagem com apresentação de trabalhos acadêmicos vinculados à Instituição.

Programas complementares: Os programas que complementam as atividades acadêmicas são as atividades culturais e esportivas, incentivo à formação de cidadania, assistência à saúde e apoio psicológico, acompanhamento pedagógico, programa de incentivo à educação física, intelectual, artística e cultura, seguro saúde (IFNMG, 2017, p. 6)

Por meio desses auxílios, muitos estudantes podem superar desafios financeiros, o que de outra forma poderia levá-los a abandonar a escola. Isso é particularmente importante em um cenário onde o acesso à educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Fica evidente, segundo Taufick (2014), que a implementação do PNAES vai além de simplesmente auxiliar na redução das desigualdades sociais e incentivar a permanência nos cursos. Há um propósito claro de estabelecer, nas instituições federais de ensino público, iniciativas que complementem as atividades pedagógicas e enriqueçam a formação do indivíduo em aspectos que visam melhorar sua qualidade de vida como um todo. Isso inclui a oferta de ações voltadas para saúde, cultura, esporte e inclusão digital, que transcendem o simples atendimento socioassistencial.

Todavia, ao mencionar a implementação das ações para promoção do sucesso do estudante dentro da instituição, devemos nos atentar à necessidade de políticas públicas direcionadas a esse objetivo.

França et al. (2020, p. 219) defendem que as políticas públicas devem ser elaboradas para atenderem às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, pois é dever do Estado, quando propicia a democratização da educação, garantir a permanência e o êxito dos estudantes. Ademais, acrescenta que “as políticas públicas educacionais apenas serão efetivas se, além de assegurar o acesso e a qualidade, promover ainda a permanência do educando”.

Nesse sentido, Silva e Dore (2016) refletem a respeito das políticas de educação profissional no Brasil para pessoas com deficiências e analisam dentro do contexto da evasão e permanência escolar. De acordo com as autoras, a modalidade dos cursos técnicos subsequentes é a que apresenta o maior índice de abandono entre os estudantes com deficiência, a maioria na faixa etária entre 25 e 54 anos.

Uma pesquisa anterior feita por Dore, Sales e Castro (2014) identificou que as principais causas de evasão da RFEPCT relacionavam-se a fatores econômicos, como dificuldade de conciliar trabalho e estudo e necessidade de trabalhar. No estudo de Silva e Dore (2016), as autoras relatam que essas mesmas causas estão relacionadas quando se analisa o perfil dos estudantes com deficiência que evadem, mas destacam alguns fatores específicos associados à saúde do estudante e à ausência de atendimento educacional especializado na instituição. O estudo ainda evidencia a necessidade de uma equipe multiprofissional para o suporte adequado desses estudantes.

A democratização do acesso, por meio da ampliação do número de estudantes e de instituições, foi, sem dúvida, um grande feito para a educação profissional e tecnológica, mas agora é preciso trazer à tona a necessidade de desenvolver estratégias para promover o sucesso de todos que fazem parte da RFEPCT.

Ao buscar os fatores motivadores de abandono ou permanência na EPT, é preciso relacionar as questões associadas, pois a permanência é um desafio quando dificuldades financeiras, adaptação no ambiente escolar e deslocamento para a instituição de ensino tornam-se dificultadores para o êxito no processo formativo (França et al, 2020).

Dessa forma, identificar preventivamente os fatores de risco é uma estratégia para conter a evasão escolar porque o processo de desengajamento do estudante da vida escolar é complexo e dinâmico (Dore; Lüscher, 2011).

2.5 Causas associadas à evasão escolar da RFEPCT

É conspícuo que há sérios problemas quando se analisa a permanência dos estudantes no processo de formação escolar. Se a definição do termo evasão escolar já é algo complexo, compreender suas causas é uma tarefa um tanto mais complexa. De acordo com Dore e Lüscher (2011), identificar as possíveis causas da evasão escolar é algo extremamente difícil, pois envolve um conjunto de fatores que se relacionam e contribuem na decisão de abandonar a escola.

Na RFEPCT essa complexidade toma uma proporção maior em virtude do arranjo educacional que oferta educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. De uma forma natural, o aumento da oferta de cursos, a ampliação de instituições e os diferentes perfis de estudantes que ingressam nas instituições escolares tendem a contribuir com o aumento dos índices de evasão.

Nesse sentido, torna-se importante considerar todos os aspectos que envolvem desde a entrada, manutenção e saída desse estudante do ambiente escolar.

Embora as causas associadas à evasão sejam específicas a cada instituição ou curso, observa-se na RFEPCT uma similaridade quando analisadas na perspectiva de nível de ensino e forma de oferta, por exemplo. Com base nas informações apresentadas no Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção do IFBaiano (2016), foi possível identificar as principais causas apresentadas nos diferentes níveis de ensino:

- **SUPERIOR**
- Fatores Individuais;
- Deficiência nos conhecimentos relativos à Educação Básica;
- Desinteresse pelo curso;
- Dificuldade de aprendizagem;
- Dificuldade em conciliar estudo e trabalho;
- Falta de apoio da empresa em que o estudante trabalha;
- Falta de assiduidade dos estudantes;
- Falta de hábito de estudo;
- Falta de Identificação com o curso;
- Necessidade de trabalhar;
- Problemas pessoais e familiares;
- Fatores Internos
- Complexidade dos conteúdos abordados no curso;
- Dificuldade com a metodologia adotada pelos Docentes;
- Dificuldades de realização de aulas práticas;
- Dificuldades de realizar visitas técnicas;
- Dificuldades na relação docente / estudante;
- Fatores Externos
- Distância da família;
- Dificuldade de transporte para o Campus;
- Residência em Municípios Distantes do Campus;
- Vulnerabilidade Social, cultural e econômica;

- Greve por tempo prolongado;
- **INTEGRADA**
- Fatores Individuais
- Adaptação à vida acadêmica:
 - - Dificuldade de adaptação à Rotina Escolar;
 - - Dificuldade de Adaptação à Educação Profissional;
- Busca por outras escolas consideradas de fácil aprovação;
- Deficiência na Formação escolar anterior;
- Dificuldade de Aprendizagem;
- Falta de Assiduidade dos estudantes;
- Falta de hábito e disciplina para os estudos;
- Falta de identificação com o Curso;
- Falta de motivação e interesse;
- Ingresso em outro Curso/Instituição;
- Problemas pessoais e familiares relacionados a questões financeiras, saúde, relacionamentos, etc.
- Fatores Internos
- Complexidade dos conteúdos abordados no Curso;
- Deficiência ou falta de formação pedagógica dos docentes;
- Déficit na estrutura de apoio ao funcionamento dos(laboratórios, coordenação de cursos, materiais para aulas práticas, etc.)
- Dificuldade de interação entre a escola, a comunidade e a família dos estudantes;
- Dificuldade na relação docente/estudante;
- Excesso de Avaliações em decorrência do excesso de disciplinas no período letivo;
- Excesso de carga horária semanal de aulas;
- Excesso de estudantes nas turmas;
- Falta de apoio da Família no processo ensino- aprendizagem;
- Falta de Infraestrutura para atender às necessidades da permanência do estudante de período integral na escola;
- Falta de regularidade no pagamento das bolsas de assistência estudantil;
- Priorização do ensino, em relação à pesquisa e extensão;
- Problemas didático- metodológicos no que se refere à adequação da metodologia de ensino ao perfil dos estudantes e à proposta do curso;
- Problemas na metodologia de avaliação;
- Insuficiência de recursos financeiros que auxilie a manutenção do estudante;
- Fatores Externos
- Desvalorização da Profissão pela Sociedade;
- Dificuldades de realização de aulas práticas e vistas técnicas;
- Dificuldade de transporte para a Unidade de Ensino;
- Distância entre a Unidade de Ensino e Residência em outros municípios;
- Falta de perspectiva profissional;
- Prolongamento de Greve;
- Vulnerabilidade Social, cultural e econômica;
- **PROEJA**
- Fatores Individuais;
- Deficiência nos conhecimentos relativos à Formação Escolar Anterior;
- Dificuldade de adaptação à vida acadêmica e à rotina escolar;
- Dificuldade de aprendizagem;
- Dificuldade em acompanhar o curso devido ao longo tempo fora da sala de aula;
- Dificuldade em conciliar estudo e trabalho;
- Falta de assiduidade dos estudantes;
- Falta de apoio da empresa em que o estudante trabalha;

- Falta de hábito de estudo;
- Falta de identificação com o Curso;
- Necessidade de trabalhar;
- Problemas de saúde;
- Necessidade de cuidar do filho no horário do curso;
- Fatores Internos
- Falta de assessoramento aos cursos noturnos;
- Carga horária de aula semanal excessiva;
- Dificuldades de realização de aulas práticas;
- Falta de docentes em algumas disciplinas;
- Inadequação da metodologia de ensino ao perfil dos discentes;
- Inadequação do turno de oferta do curso;
- Falta de assessoramento aos cursos noturnos;
- Ingresso de Estudante com Ensino Médio Completo em curso integrado de PROEJA;
- Fatores Externos
- Prolongamento de greve;
- Residência em Municípios Distantes do Campus;
- Dificuldade de transporte para o Campus;
- **SUBSEQUENTE**
- Fatores Individuais;
- Deficiência na Formação escolar anterior;
- Dificuldade de Aprendizagem;
- Dificuldade em acompanhar o curso devido ao longo tempo fora da sala de aula;
- Falta de Assiduidade dos estudantes;
- Falta de hábito e disciplina para os estudos;
- Falta de identificação com o Curso;
- Falta de motivação e interesse;
- Ingresso em outro Curso/Instituição;
- Necessidade de trabalhar;
- Preferência por cursos superiores;
- Problemas pessoais e familiares relacionados a questões financeiras, saúde, relacionamentos;
- Fatores Internos
- Complexidade dos conteúdos abordados no curso;
- Deficiência ou falta de formação pedagógica dos docentes;
- Déficit na estrutura de apoio ao funcionamento do curso (laboratórios, coordenação de cursos, materiais para aulas práticas, etc.)
- Dificuldades na relação docente – estudante;
- Excesso de Avaliações em decorrência do excesso de disciplinas no período letivo;
- Excesso de carga horária semanal de aulas;
- Excesso de estudantes nas turmas;
- Falta de apoio da Família no processo ensino- aprendizagem;
- Falta de Infraestrutura para atender às necessidades da permanência do estudante de período integral na escola;
- Falta de regularidade no pagamento das bolsas de assistência estudantil;
- Priorização do ensino, em relação à pesquisa e extensão;
- Problemas didáticos- metodológicos no que se refere à adequação da metodologia de ensino ao perfil dos estudantes e à proposta do curso;
- Problemas na metodologia de avaliação;
- Insuficiência de recursos financeiros que auxilie a manutenção do estudante;
- Fatores Externos
- Desvalorização da Profissão pela Sociedade;
- Dificuldades de realização de aulas práticas e vistas técnicas;
- Dificuldade de transporte para a Unidade de Ensino;

- Distância entre a Unidade de Ensino e Residência em outros Municípios;
- Falta de perspectiva profissional;
- Necessidade de cuidar do filho no horário do curso;
- Prolongamento de Greve;
- Vulnerabilidade Social, cultural e econômica (IF Baiano, 2016, p. 84-117).

Cabe a cada instituição realizar um levantamento dos fatores, sejam individuais, internos ou externos, a fim de obter um diagnóstico das causas específicas da realidade institucional. Isso possibilitará a proposição de soluções eficazes para enfrentar essas causas e combater a evasão escolar. As informações das causas associadas à evasão escolar do IF Baiano, se comparadas aos demais estudos feitos na RFEPCT, apresentam uma similaridade.

A esse respeito, o estudo de Da Rosa Ferreira e Valer (2021) analisou as pesquisas empíricas dos últimos dez anos que relacionaram de alguma forma o processo de ingresso adotado pela RFEPCT e as possíveis relações estabelecidas entre ingresso, permanência dos estudantes e causas de evasão. O Quadro 7 apresenta a relação das principais causas de evasão associadas às diferentes modalidades de ensino da RFEPCT.

Quadro 7 - Principais causas de Evasão da EPT

<p>A voz da evasão, de Fredenhagem et al (2012) (Evasão dos cursos do IF Brasília)</p> <p>a) incompatibilidade do curso com o horário de trabalho; b) incompatibilidade de conciliação com outro curso; c) expectativas não atendidas referentes à ausência de orientações sobre o perfil do curso, carência de aulas práticas, falta de equipamentos, espaço físico inadequado e corpo docente; d) problemas familiares e/ou pessoais; e) dificuldades financeiras relacionadas ao desemprego ou baixa remuneração, dificultando o pagamento de transporte, alimentação e materiais necessários ao curso.</p>
<p>Evasão Escolar no Curso Técnico em Plásticos, Modalidade Subsequente, do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Sapucaia do Sul, de Dias e Schröder (2013)</p> <p>a) dificuldades financeiras relacionadas ao desemprego ou baixa remuneração, dificultando o pagamento de transporte, alimentação e materiais necessário ao curso; b) distância entre escola e residência e dificuldade de acesso às localidades do curso; c) conflito com o horário de trabalho. d) grande número de conteúdos teóricos; e) falta de infraestrutura adequada; f) aulas desinteressantes; g) unidades curriculares desnecessárias para a formação profissional.</p>
<p>Dualidade Estrutural no Ensino Técnico Profissionalizante em Brasília (IFB): uma análise do discurso oficial de inclusão e as dificuldades de permanência dos alunos, de Silva et al (2013)</p> <p>a) falta de estrutura de apoio ao aluno (física, pedagógica e social); b) distância escola e residência, e dificuldade de acesso às localidades do curso; c) incompatibilidade com o horário de trabalho; d) falta de planejamento da instituição em relação à operacionalidade do curso; e) dificuldades para acompanhar o conteúdo das aulas; f) falta de conhecimento prévio sobre o curso;</p>

<p>g) ausência de conhecimento em relação ao perfil do egresso; h) atraso nas aulas; i) falta de tempo para realizar as atividades do curso.</p>
<p>A evasão escolar no Ensino Técnico: entendendo e enfrentando as dificuldades - Um estudo de caso do CEFET-RJ de Bastos e Gomes (2014)</p> <p>a) desmotivação ou desinteresse relativos ao ensino mal aplicado, professores despreparados, escola não atrativa, metodologias inadequadas, clima hostil ou violento entre os alunos; b) necessidade de trabalhar associada à incompatibilidade com o horário do curso, dificuldade de conciliar emprego e ajudar os pais; c) distância entre escola e residência; d) dificuldade de acesso às localidades do curso.</p>
<p>Diagnóstico da evasão nos cursos técnicos concomitantes/subsequentes do IFSP campus São Roque de Miyazawa (2014)</p> <p>a) falta de conhecimento sobre o conteúdo do curso pelos ingressantes; b) dificuldades para acompanhar o conteúdo das aulas; c) horário de trabalho que conflita com o horário do curso; d) dificuldades financeiras para o transporte, alimentação e aquisição de materiais.</p>
<p>Evasão Escolar no Âmbito do Instituto Federal de Brasília de Fredenhagen (2014) (cursos técnico, tecnológicos e licenciaturas)</p> <p>a) horário de trabalho que conflita com o horário do curso; b) a incompatibilidade de conciliação com outro curso; c) distância escola residência, e dificuldade de acesso às localidades do curso; d) problemas de ordem estrutural, organizacional, curricular e pedagógica no âmbito interno da instituição; e) problemas pessoais/familiares; f) dificuldades financeiras relacionadas ao desemprego ou baixa remuneração, dificultando o pagamento de transporte, alimentação e materiais necessário ao curso; g) problemas de saúde; h) mudança de cidade\estado; i) não identificação com o curso; j) aulas não dinâmicas; k) aulas muito teóricas; l) matérias vagas; m) professores sem didática; n) ausência de orientação para suporte tecnológico; o) a falta de base pedagógica para acompanhar o curso.</p>
<p>Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões de Figueiredo e Salles (2017) CEFET/RJ</p> <p>a) lacunas na escolha do curso durante o processo de ingresso, relacionadas à ausência de informações ou a insuficiência delas até o início do curso, referidas tanto às disciplinas que seriam cursadas como à perspectiva de atividade profissional; b) fatores escolares referentes à dificuldade de conciliar as rotinas em duas instituições, critérios de avaliação pouco flexíveis, aulas excessivamente teóricas, material didático inadequado, estratégias pouco participativas, professores incapazes de estimular os estudantes, falta de flexibilidade do horário do curso com a necessidade de trabalho; c) dificuldades pessoais pertencentes à falta de base pedagógica para acompanhar o curso e dificuldade de conciliação do curso com o trabalho; d) influência de amigos; e) oferta de trabalho e/ou outros estudos; f) desinteresse institucional e/ou governamental no desenvolvimento de ações e/ou políticas de apoio à permanência.</p>

Fonte: (Da Rosa Ferreira; Valer, 2021, p. 171-173) Adaptado pela autora.

Observa-se, de acordo com os trabalhos pesquisados por Da Rosa Ferreira e Valer (2021), que as causas associadas ao fenômeno da evasão na RFEPCT são muito similares. Ainda que o objeto de estudo dos referidos autores tenha contemplado modalidades e instituições diferentes, percebem-se fatores comuns quando se analisam as motivações pessoais, institucionais e sociais para evadir de um determinado curso da RFEPCT.

2.6 Gestão de Riscos baseada na ABNT NBR ISO 31000

A Gestão de Riscos é uma importante metodologia para gerir riscos. Entende-se risco como uma incerteza que pode comprometer o planejamento de qualquer instituição. A Norma ISO 31000 (2018) estabelece que, independentemente do tipo e tamanho de uma organização, todas estão sujeitas às influências dos fatores externos e internos que têm o potencial de interferir no alcance dos objetivos planejados ou esperados, por isso o gerenciamento dos riscos é essencial para auxiliar na definição de estratégias e na tomada de decisões.

O ambiente educacional é complexo e cercado por incertezas que resultam em vulnerabilidades que podem inviabilizar o processo formativo do estudante. As incertezas podem ser compreendidas como a probabilidade de um fator adverso acontecer ou manifestar e resultar em um insucesso compreendido como evasão, no caso em estudo, o ápice final da trajetória do estudante dentro de uma instituição de ensino.

Assim, a gestão de riscos consiste em identificar os cenários indesejáveis para que de forma preventiva sejam minimizadas as vulnerabilidades do objeto em estudo, que, no âmbito educacional da RFEPCT, pode ser um curso, uma turma específica, uma modalidade ou nível de ensino, um setor ou mesmo uma instituição.

Ao correlacionar a gestão de riscos à Administração Pública no Brasil, tem-se um cenário que vem ganhando espaço, pois as demandas da sociedade clamam por eficiência, eficácia e melhor entrega dos serviços públicos (Brasil, 2017).

Com isso, a gestão de riscos na Administração Pública federal surgiu por meio de uma determinação legal, a Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que determinou a necessidade de órgãos e entidades do Poder Executivo federal adotarem medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança.

Nesse contexto, o Ministério da Educação - MEC elaborou um manual sobre gestão de riscos com o objetivo de divulgar e compartilhar as informações sobre o assunto para trazer mais clareza e promover a divulgação sobre a gestão de riscos no âmbito da pasta.

Considerando o exposto, a gestão de riscos no âmbito federal é uma determinação a ser observada pela RFEPCT na sistematização dos seus controles internos e governança, o que coloca a presente pesquisa em consonância com essa determinação ao desenvolver uma modelagem baseada nas diretrizes da ABNT NBR ISO 31000 para gestão dos riscos que comprometem a permanência e o êxito do estudante na RFEPCT.

A proposta de pesquisar e desenvolver uma modelagem para a RFEPCT pode parecer audaciosa no primeiro momento. No entanto, é preciso esclarecer que, na característica da gestão de riscos, a norma especifica uma metodologia de gestão de forma abrangente. O importante é que seja adaptada às necessidades de cada instituição para melhorar a capacidade de tomar decisões e alcançar objetivos.

É importante estabelecer conceitos, critérios e objetivos claros para implementar uma gestão de riscos eficiente. No contexto das instituições governamentais, essa definição precisa ser ainda mais precisa, levando em consideração a necessidade de conformidade com os princípios legais aos quais estão sujeitas, especialmente o da legalidade (Nunes, 2021).

A modelagem baseou-se na identificação do maior número possível de fatores que comprometem a permanência e o êxito estudantil na RFEPCT. O Documento Orientador (Brasil, 2014) indicou que, embora tenha sido elaborado considerando uma modalidade de ensino, as situações identificadas poderiam ser adotadas por toda a RFEPCT. Nesse sentido, a modelagem foi construída seguindo a mesma proposta.

Assim, temos no contexto educacional da RFEPCT, um problema identificado pelo TCU, a evasão escolar, que precisa ser gerenciado e acompanhado para que as incertezas e situações com potenciais de dano não comprometam as atividades desenvolvidas pelas instituições da RFEPCT. Isso nos leva a destacar a importância da gestão de riscos como ferramenta estratégica a ser utilizada no setor público e, sobretudo, no ambiente educacional.

A ISO 31000 apresenta princípios que propiciam uma gestão de riscos eficaz. Nesse sentido, estabelece que a gestão de riscos precisa ser:

- a) Integrada: A gestão de riscos é parte integrante de todas as atividades organizacionais.
- b) Estruturada e abrangente: Uma abordagem estruturada e abrangente para a gestão de riscos contribui para resultados consistentes e comparáveis.

- c) Personalizada: A estrutura e o processo de gestão de riscos são personalizados e proporcionais aos contextos externo e interno da organização relacionados aos seus objetivos.
- d) Inclusiva: O envolvimento apropriado e oportuno das partes interessadas possibilita que seus conhecimentos, pontos de vista e percepções sejam considerados. Isto resulta em melhor conscientização e gestão de riscos fundamentada.
- e) Dinâmica: Riscos podem emergir, mudar ou desaparecer à medida que os contextos externo e interno de uma organização mudem. A gestão de riscos antecipa, detecta, reconhece e responde a estas mudanças e eventos de uma maneira apropriada e oportuna.
- f) Melhor informação disponível: As entradas para a gestão de riscos são baseadas em informações históricas e atuais, bem como em expectativas futuras. A gestão de riscos explicitamente leva em consideração quaisquer limitações e incertezas associadas a estas informações e expectativas. Convém que a informação seja oportuna, clara e disponível para as partes interessadas pertinentes.
- g) Fatores humanos e culturais: O comportamento humano e a cultura influenciam significativamente todos os aspectos da gestão de riscos em cada nível e estágio.
- h) Melhoria contínua: A gestão de riscos é melhorada continuamente por meio do aprendizado e experiências (ABNT NBR ISO 31000, 2018, p. 3).

Observa-se, pelos princípios da ISO 31000, que a gestão de riscos, ao ser implementada, precisa integrar todas as atividades institucionais, pois só assim é possível alcançar resultados mais consistentes. Deve-se considerar, ainda, o caráter personalizado de um sistema de gestão, pois os riscos e as incertezas que afetam cada instituição de ensino são específicos à realidade de cada ambiente.

Ainda que se utilize de um modelo é preciso configurá-lo de acordo com a realidade experienciada pela instituição com todos os seus aspectos e vivências internas e externas que contextualizam o local.

Além disso, são imprescindíveis a participação e o envolvimento de todas as pessoas que fazem parte do ambiente onde a gestão de riscos está sendo implementada, pois a visão coletiva agrega valor e possibilita acompanhar com mais dinamismo as atividades de cada ambiente.

Diante disso, a concepção e implementação de um plano de gestão de riscos deve considerar a realidade de cada ambiente. A presente pesquisa, ao desenvolver uma modelagem para a RFEPCT, teve como propósito modelar um sistema na visão macro para que pudesse ser implementada de forma individual. Uma modelagem com o maior número de incertezas e eventos indesejados que comprometem a permanência do estudante na instituição facilita a implementação, porque cada instituição deverá identificar, por meio de diagnóstico local, a sua realidade. Isso facilita e diminui as falhas de sistematização dos fatores de risco.

É sabido, no entanto, que nenhum processo se finaliza com a gestão de riscos, pois, ainda que se alcance uma situação desejada, todo processo pode e deve ser melhorado de forma permanente.

Todavia, cumpre lembrar que o processo de gestão de riscos, conforme a ABNT NBR ISO 31000 (2018, p. 9), “envolve a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas para as atividades de comunicação e consulta, estabelecimento do contexto e avaliação, tratamento, monitoramento, análise crítica, registro e relato de riscos”. A Figura 5 ilustra o processo:

Figura 5 - Estrutura da Gestão de Riscos



Fonte: (ABNT NBR ISO 31000, 2018, p. 9).

O entendimento de cada etapa é primordial para a compreensão do processo de implementação da gestão de riscos. Sendo assim, ao ter a ISO 31000 como referência, pode-se entender cada fase, conforme as descrições do Quadro 8:

Quadro 8 - Estrutura da Gestão de Riscos

Escopo, Contexto, Critério	Escopo, contexto e critérios consistem em estabelecer o âmbito do processo, compreendendo os contextos externo e interno. A meta é adaptar o processo de administração de riscos, permitindo uma avaliação de riscos eficiente e um tratamento apropriado dos riscos.
Identificação de perigos	A finalidade de identificar riscos é localizar, distinguir e caracterizar perigos que possam facilitar ou obstruir o alcance dos objetivos de uma entidade. É crucial dispor de dados relevantes, adequados e atualizados para a identificação eficaz de riscos.
Análise de riscos	O objetivo da avaliação de riscos é entender a essência e os atributos do risco, incluindo o grau de risco, quando pertinente. A avaliação de riscos requer uma reflexão minuciosa sobre incertezas, origens de risco, resultados, probabilidade, eventos, cenários, controles e sua efetividade. Um acontecimento pode possuir várias origens e resultados e pode influenciar diversos alvos.

Avaliação de riscos	O objetivo da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões. A avaliação de riscos implica em comparar os resultados da análise de riscos com os critérios de risco definidos para identificar onde são necessárias medidas adicionais.
Tratamento de riscos	A finalidade do processo de tratamento de riscos é selecionar e implementar alternativas para lidar com as incertezas. O tratamento em si pode, por vezes, introduzir novos riscos que requerem atenção. Quando não há opções de tratamento viáveis ou se as escolhidas não mitigam adequadamente o risco, é recomendável documentar essa situação e revisá-la continuamente de forma crítica.
Monitoramento e análise crítica	O objetivo do monitoramento e análise crítica é garantir e aprimorar a qualidade e efetividade do planejamento, execução e resultados do processo. É aconselhável que o acompanhamento contínuo e a revisão crítica regular do processo de administração de riscos e seus resultados sejam uma parte programada do processo de administração de riscos, com responsabilidades bem definidas.
Ce consulta	A comunicação tem como objetivo fomentar a percepção e a compreensão do risco, enquanto a consulta consiste em coletar feedback e dados para apoiar o processo de decisão.

Fonte: ABNT NBR ISO 31000 (2018).

Deve-se observar, nessa estrutura apresentada, que as etapas de Comunicação e Consulta e Monitoramento e análise crítica são parte de uma ação contínua do processo de gestão e perpassam as demais fases.

Assim, conforme o Quadro 8 é possível identificar as diretrizes da ISO 31000. Entende-se como as diretrizes toda a estrutura apresentada pela norma que estabelece uma metodologia de gerenciar riscos.

No processo de gestão de riscos para a redução do índice de evasão escolar, essas diretrizes podem ser aplicadas seguindo a estrutura de implementação descrita na norma que, por meio de planejamento, análise, controle e monitoramento, permitirá identificar de forma preventiva os fatores associados à evasão escolar.

Dessa forma, a gestão de riscos, “ao identificar, analisar, avaliar e desenvolver estratégias de contingenciamento aos riscos coloca a ênfase na proatividade e não na reatividade, o que, conseqüentemente, torna a gestão mais ágil” (Nunes, 2021, p. 23). É preciso reforçar que no processo de reconhecimento todas as situações de riscos devem ser consideradas, sendo importante incluir diferentes perspectivas. Por isso, a participação do coletivo é de extrema necessidade.

CAPÍTULO 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, será feito o detalhamento das etapas da pesquisa e a estruturação da modelagem baseada nas diretrizes da Norma ISO 31000, para gestão dos riscos que comprometem a permanência do estudante na RFEPCT. A elaboração do trabalho perpassou pela pesquisa documental e bibliográfica, com a abordagem de diferentes autores e concepções teóricas, de forma a contextualizar as discussões sobre evasão e permanência estudantil na RFEPCT, o que possibilitou, conforme a Norma ISO 31000, sistematizar as propostas para a redução do índice de evasão escolar com base nas diretrizes da gestão de riscos.

3.1 Abordagem da Pesquisa

O percurso metodológico foi orientado por uma abordagem qualitativa. Minayo (1993) aponta que essa forma de abordagem é necessária para melhor compreensão de um problema.

Sendo assim, considerando o objetivo do trabalho de investigar de forma analítica e propositiva os aspectos do fenômeno da evasão escolar, para o desenvolvimento de uma metodologia de gestão de riscos, controle e monitoramento na RFEPCT, adotou-se a abordagem qualitativa para sistematização das pesquisas publicadas sobre a temática, o que permitiu organizar os dados e as informações levantadas para a etapa da gestão de riscos que consiste na contextualização do problema.

Segundo Patton (1986) apud Mazzotti e Gewandsznajder (2001):

A principal característica das pesquisas qualitativas é o fato de que estas seguem a tradição “compreensiva” ou interpretativa. Isto significa que essas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado. (Patton, 1986 apud Mazzotti; Gewandsznajder, 2001, p. 131).

Com isso, foi possível pesquisar as concepções de evasão escolar e identificar as suas causas pessoais, sociais e institucionais por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Nesse sentido, a pesquisa se classifica como de ordem aplicada. Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa tem o intento de produzir conhecimento. Assim, considerando o desenvolvimento do Produto Educacional, identifica-se a característica fundamental desse tipo de estudo.

Dessa forma, para a contextualização do tema, adotou-se uma revisão sistemática com buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, Google Acadêmico, Rede Ibero-Americana de Trabalhos e Estudos sobre a Educação Profissional e a Evasão Escolar (RIMEPES), SciELO, Periódicos da Capes, revistas e sites da RFEPCT.

Adotaram-se, como prioridade, as pesquisas e os estudos relacionados à evasão escolar da RFEPCT. Sendo assim, foram utilizados os Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, para identificar as características de evasão e permanência associadas às diversas modalidades de ensino presentes na RFEPCT e o Documento Orientador (Brasil, 2014) elaborado pela SETEC/MEC, para direcionar a elaboração da modelagem proposta.

Dessa forma, ao apresentar propostas para a redução do índice de evasão escolar, em consonância com a Norma ISO 31000 e verificar as diretrizes a serem adotadas para a gestão dos fatores de riscos que levam o estudante a evadir, foi realizada uma pesquisa documental amparada pela referida norma.

Segundo Gil (2002):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45).

Para elaboração da modelagem, utilizaram-se os princípios apontados na Norma ISO 31000 (2018)⁸, quais sejam:

- Integração: a gestão de riscos deve ser parte integrante de todas as atividades desenvolvidas pela instituição;
- Estrutura e abrangência: para resultados consistentes e comparáveis, é preciso desenvolver uma abordagem estruturada;

⁸ O propósito da gestão de riscos, segundo a ABNT NBR ISO 31000 (2018) “é a criação e proteção de valor. Ela melhora o desempenho, encoraja a inovação e apoia o alcance de objetivos”. Dessa forma, os princípios citados: Integração; Estrutura e abrangência; Personalização; Inclusão; Dinamismo; Fornecimento da melhor informação e Melhoria contínua fornecem orientações sobre as características da gestão de riscos eficaz e eficiente, comunicando seu valor e explicando sua intenção e propósito.

- Personalização: a estrutura e o processo de gestão de riscos são personalizados e proporcionais aos contextos externo e interno de cada ambiente;
- Inclusão: relaciona-se à participação de todos os envolvidos. Não existe gestão de forma isolada;
- Dinamismo: é preciso considerar que a gestão é um processo cíclico. Dessa forma, torna-se necessário a antecipação de futuros fatores de risco para que o plano de gestão seja eficaz mesmo diante das mudanças;
- Fornecimento da melhor informação: é o princípio que estabelece a importância de informações acessíveis e seguras para alimentar o plano de gestão;
- Fatores humanos e culturais: esse princípio influencia todos os aspectos da gestão de riscos. Assim, deve-se considerar a cultura da instituição e as pessoas para que as mudanças sejam harmônicas;
- Melhoria contínua: a gestão de riscos é melhorada continuamente por meio do aprendizado e das experiências.

A modelagem permite conhecer e documentar os processos de um sistema, por meio de uma estrutura sistematizada e organizada em etapas. Assim, é possível identificar, de forma mais rápida e eficaz, os problemas que podem comprometer o resultado de uma organização.

3.2 Processo de construção do Produto Educacional

Para o desenvolvimento da modelagem, serão utilizadas como parâmetros as diretrizes da ABNT NBR ISO 31000 (2018)⁹, que versa sobre a gestão de riscos, com base nas etapas a seguir:

a) Escopo, contexto e critério;

⁹ Conforme a ABNT NBR ISO 31000 (2018) o processo de gestão de riscos envolve a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas para as atividades de comunicação e consulta, escopo, contexto e critérios, identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e análise crítica. Sendo assim, entender cada etapa é fundamental para a compreensão da gestão de riscos. Sendo: a) Escopo, contexto e critério: o propósito do estabelecimento do escopo, contexto e critérios é personalizar o processo de gestão de riscos, permitindo um processo de avaliação de riscos eficaz e um tratamento de riscos apropriado b) Identificação de riscos: o propósito é encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam ajudar ou impedir que uma organização alcance seus objetivos c) Análise de riscos: envolve a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, consequências, probabilidade, eventos, cenários, controles e sua eficácia d) Avaliação de riscos: envolve a comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco estabelecidos para determinar onde é necessária ação adicional e) Tratamento de riscos: o propósito é especificar como as opções de tratamento escolhidas serão implementadas de maneira que os arranjos sejam compreendidos pelos envolvidos, e o progresso em relação ao plano possa ser monitorado f) Comunicação e consulta: o propósito é auxiliar as partes interessadas pertinentes na compreensão do risco, na base sobre a qual decisões são tomadas e nas razões pelas quais ações específicas são requeridas g) Monitoramento e análise crítica: assegurar e melhorar a qualidade e eficácia da concepção, implementação e resultados do processo.

- b) Identificação de perigos;
- c) Análise de riscos;
- d) Avaliação de riscos;
- e) Tratamento de riscos;
- f) Comunicação e consulta;
- g) Monitoramento e análise crítica.

Esse delineamento da pesquisa foi importante para alcançar os objetivos estabelecidos. A estrutura da ABNT NBR ISO 31000 (2018) permite melhorar o que já existe em uma organização. A padronização proposta, segundo a referida norma, é para alcançar resultados e melhorias sem interferir na autonomia das instituições.

Por isso, a pesquisa documental para compreensão e análise da norma é de grande importância. Nesse sentido, entende-se que a integração da ABNT NBR ISO 31000 (2018) à gestão escolar pode permitir um aprimoramento de tudo o que vem sendo feito na RFEPCT, o que vislumbra resultados satisfatórios para toda a rede em questão.

Destarte, temos o desenvolvimento das diretrizes da gestão de riscos, conforme a Norma ISO 31000 para construção da modelagem.

A primeira etapa da gestão de riscos relaciona-se ao escopo, contexto e critério que representam a primeira etapa da modelagem proposta. A Norma ISO 31000 (2018) destaca que o propósito dessa fase é personalizar o processo de gestão de riscos. Assim, seguindo essa orientação, essa etapa foi desenvolvida ao realizar a pesquisa bibliográfica, em que foi possível contextualizar a RFEPCT desde o seu surgimento até os dias atuais, considerando os aspectos principais da sua importância na educação profissional e tecnológica do país. Ainda nessa etapa, compreendeu-se o problema em estudo, ou seja, a evasão escolar, com base nas orientações do Documento Orientador (Brasil, 2014) elaborado pela SETEC/MEC e tendo como parâmetros os Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção de Intervenção e Monitoramento para superação da evasão e da retenção da RFEPCT para fundamentação das questões balizadoras do estudo e os demais autores citados no estudo.

Dessa forma, a base conceitual apresentada na estrutura do trabalho corresponde ao desenvolvimento da primeira etapa da modelagem, quais sejam: escopo, contexto e critério, as primeiras diretrizes verificadas para a gestão de riscos da modelagem em construção.

Ressalta-se, entretanto, que essa modelagem proposta seguiu as orientações do Documento Orientador (Brasil, 2014) elaborado para toda a RFEPCT sem especificar modalidade de ensino.

No entanto, o documento evidencia a necessidade de cada instituição elaborar o seu Plano Estratégico de Permanência e Êxito de acordo com as características e a realidade de cada unidade. Assim, essa modelagem segue as mesmas orientações. Embora tenha sido elaborada de forma geral, é preciso que, ao ser implementada pelas instituições da RFEPCT, seja considerada a realidade de cada *campus* com base nas características de cada curso, turma ou modalidade de ensino, ficando a critério de cada instituição ao desenvolver essa modelagem para implementação.

3.3 Análise dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para superação da evasão e da retenção

Foi feita a análise dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, com o propósito de identificar as teorias, conceitos e fundamentos utilizados nos documentos e assim responder à pergunta da pesquisa: quais as teorias, conceitos e fundamentos foram comumente adotados nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção das instituições componentes da RFEPCT?

Ressalta-se, entretanto, que não é objeto dessa pesquisa realizar uma análise diagnóstica dos planos, apontar falhas metodológicas na elaboração ou identificar inconsistências quanto às características de gestão.

A proposta de elaboração de um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção tem como fundamento registrar todas as ações desenvolvidas pela instituição, bem como monitorar as situações que de forma individual ou institucional possam levar o estudante ao insucesso dentro da escolha que ele fez. O desenvolvimento do plano é um processo diagnóstico necessário para conhecer a realidade de cada instituição que compõem a Rede Federal.

Dessa forma, a revisão da base conceitual dos documentos desempenha um papel crucial, uma vez que proporciona uma compreensão mais profunda da estrutura teórica adotada pelas instituições componentes da RFEPCT para identificar os fatores associados à evasão escolar.

Uma base teórica claramente definida possibilita uma compreensão mais profunda do tema em estudo. Isso, por sua vez, facilita a seleção da abordagem metodológica mais apropriada para conduzir o levantamento diagnóstico da instituição.

Em outras palavras, o conhecimento da base conceitual presente nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção

possibilita o reconhecimento dos esforços de cada instituição em desenvolver um documento embasado em autores que ampliam a visão estratégica para enfrentar os desafios que comprometem a permanência e o sucesso dos estudantes.

Na perspectiva da gestão de riscos, a base conceitual desempenha um papel fundamental, uma vez que o embasamento teórico é essencial para identificar os fatores de risco que requerem gerenciamento.

Por outro lado, a falta de informações adequadas pode resultar na não identificação de situações que têm o potencial de resultar em perdas no contexto da evasão escolar. Portanto, a compreensão da base teórica é essencial para uma abordagem eficaz na mitigação de riscos e na promoção da permanência dos estudantes.

Assim, observa-se na base conceitual dos documentos:

A base conceitual descrita no plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão e da retenção do IFMT (2017) reporta a Dore e Lüscher (2011), que discorrem sobre a complexidade da evasão e a associação do fenômeno a situações de retenção, repetência, saída da instituição e do sistema, não conclusão, abandono e retorno. Ainda no embasamento teórico, citam-se Dore (2013), que descreve a importância das características individuais, sociais e familiares na decisão de abandonar ou permanecer; Gadotti (2014), que faz uma consideração importante ao descrever a necessidade de pensar a evasão de acordo com as características específicas do estudante trabalhador; Kuenzer (2010), que associa os elevados índices de evasão às condições de trabalho pedagógicas precarizadas; Paro (1988), que associa evasão à inadequação da escola; e Hora (2006), que menciona a influência do êxito e fracasso na vida em sociedade.

A base conceitual do plano estratégico do IFMS (2020) cita os estudos de Jordan, Lara e McPartland (1996), que relacionam a evasão do ensino profissionalizante ao processo de democratização de acesso da população à educação; Dore, Sales e Silva (2017), que abordam a expansão da educação profissional no Brasil e a intensificação do número de abandono dos estudos; Gaioso (2005), que relaciona a evasão como um fenômeno social. Ainda, Dore e Lüscher (2011) destacam a complexidade do fenômeno e o desengajamento do estudante; Sampaio (2004) enfatiza que o fracasso não se relaciona apenas à reprovação, mas gera também um distanciamento do estudante com o conhecimento; Torres (2004) acentua que o fracasso como sinônimo de retenção é a solução que o sistema escolar encontra para lidar com o problema da aprendizagem; Paulo Freire (2017) aborda o papel do estudante, por meio da reflexão, na discussão crítica dos aspectos que levam à evasão ou não por meio da

problematização; Dore e Lüscher (2011) fazem a definição de evasão e a associação à retenção, repetência, saída da instituição e do sistema, abandono e retorno.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG (2016) elaborou o plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão e da retenção. Na base conceitual do plano, temos uma referência à LDB (1996), que aborda o direito do cidadão à educação e a garantia de permanência e êxito; Dore e Lüscher (2011) destacam a complexidade e o dinamismo associados à evasão e as circunstâncias individuais, sociais e institucionais do fenômeno; Gaioso (2005) ressalta que a evasão escolar é um problema complexo que não pode ser analisado de forma isolada, pois é influenciado por várias dimensões de ordem política, socioeconômica, cultural e educacional que se interagem e se conflitam; Gisi (2006) menciona a dificuldade de permanência dos alunos do ensino superior de classes sociais menos favorecidas em virtude da falta de bagagem teórica adquirida ao longo da vida estudantil, mas ressalta que essa dificuldade é observada também nos demais níveis de ensino; e, por fim, são citados os conceitos de evasão, retenção, permanência e êxito descritos na Nota Informativa nº 138/2015 SETEC/MEC.

O plano estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL (2016) cita, no início de sua base conceitual, Fornari (2010), que aponta os aspectos sociais como decisivos para a evasão e destaca a relação da família, desemprego, desempenho na escola e outros. No mesmo contexto, cita Nunes et al. (2007), que associa o abandono escolar às questões de ordem pessoal e social; Machado (2009), que defende a dificuldade de permanência nos cursos técnicos profissionalizantes atrelada à questão de classe social. As classes menos favorecidas tendem a desistir do estudo para trabalhar e ajudar no sustento da casa; Dore e Lüscher (2011), que reportam a dificuldade de estabelecer indicadores em virtude do número reduzido de trabalhos publicados no ensino técnico; Bourdieu (1999), que diz que a escola legitima os aspectos sociais; Rezende (2003), que destaca a retenção e evasão como parte de um sistema de exclusão social; Dubet (1997), Dore e Lüscher (2011), que apontam família, escola, comunidade como ambientes que influenciam o estudante a evadir. Ademais, cita os estudos da Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996), que categoriza as causas da evasão em individual, internas e externas; Adachi (2009), que ressalta o abandono na graduação como maior nos cursos com o processo seletivo mais fácil; Rezende (2003), que aborda a exclusão como uma experiência escolar do estudante.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano (2015) apresenta na base conceitual do documento, a LDB (1996), que descreve a educação como um dever do Estado e da família, complementada pela Constituição Federal -

CF (1988), que estabelece a educação como um direito público; Fornari (2010), que destaca a educação como um dever da família, comunidade e sociedade; Marchesi e Pérez (2004), que abordam o termo fracasso escolar e associam aos estudantes que não alcançam os objetivos escolares; Fernandes (2002), que associa o fracasso no contexto das políticas educacionais, justificado por práticas avaliativas nas escolas que legitimam as diferenças entre as classes sociais; Fornari (2010), que, em relação ao fracasso escolar, considera não apenas o fator individual responsável pela condição, mas também os fatores econômicos e sociais. Além disso, o plano cita dados do TCU sobre evasão na RFEPCT e finaliza a base conceitual com Gomes (1998), que descreve a evasão como um problema preocupante atrelado à ineficiência do sistema; Silva Filho (2007), que atrela a evasão a um desperdício social, acadêmico e econômico; e Daros (2015), que destaca que os desafios relacionados ao insucesso escolar representam possíveis ameaças à educação. Torna-se, assim, essencial o entendimento conceitual desses problemas, bem como a identificação e compreensão das forças que os impulsionam, a fim de possibilitar a formulação de estratégias eficazes para enfrentá-los.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (2017) inicia a base conceitual citando a CF (1988), que menciona a educação como um direito do cidadão; a LDB (1996), que destaca a importância de assegurar a qualidade do ensino, valorizar os profissionais da educação e estabelecer uma conexão sólida entre a educação, o trabalho e as práticas sociais como princípios fundamentais para nortear o processo educacional, garantindo seu desenvolvimento eficaz e promovendo a permanência e o sucesso dos estudantes; Tinto (1975), que descreve a evasão como fenômeno complexo e não um problema comum. Ademais, cita os estudos da Comissão Especial (1996), que diferencia a evasão de curso, da instituição e conceitua a retenção; menciona as orientações do Documento Orientador (2014) e finaliza apresentando os dados sobre as situações de matrículas do IFCE.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB (2017) cita na base teórica a CF (1988), a qual destaca a educação como um direito público do cidadão que deve ser assegurado pelo Estado com garantia de acesso e permanência. Também cita Conde (2010), que enfatiza a necessidade de olhar de forma mais atenta para as condições socioeconômicas, étnicas, de gênero, culturais e de acessibilidade quando se analisa a evasão; o conceito de evasão adotado pela SETEC/MEC, ou seja, que esta decorre do desligamento do estudante de um curso; Bueno (1993), o qual dita a evasão como uma ação deliberada por parte do aluno que opta por desvincular de um curso de forma voluntária; Dore (2011), que reconhece que a evasão pode englobar a retenção, repetição,

saída temporária ou permanente e a não finalização de um nível de ensino, sendo a decisão de abandonar fortemente associada às questões individuais, sociais e familiares; Cunha, Tunes e Silva (2004), os quais abordam o prejuízo gerado pela saída do aluno de um curso; Machado et al (2005), que cita que a sociedade e o Estado, cientes do ônus que o absenteísmo representa, têm se interessado pelo tema; Delors (1998), o qual retrata que o insucesso escolar é gerador de exclusão; Machado (2009), que o insucesso produz sentimento de fracasso; Bueno e Abreu (2006), que, na maioria das vezes, quando o aluno decide deixar a escola é porque a instituição já o deixou de alguma forma.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE (2016) destaca, por meio de Silva e Tavares (2011), a educação centrada na formação do cidadão e baseada no respeito. Destaca, ainda, Guimarães e Pacheco (2010), os quais abordam a importância da inclusão por meio de um currículo sensível às diferenças; Rodrigues e Sierra (2011), que ditam a garantia de acesso, permanência e êxito por diferentes grupos sociais com políticas de combate à evasão. Além disso, destaca o direito à educação (CF/1988); o Estado como responsável por assegurar a igualdade de oportunidades no enfrentamento das desigualdades, segundo Cury (2002); e Moreira (2013), que retrata a escola como um espaço formativo para o trabalho.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Piauí – IFPI (2016) apresenta na base conceitual Queiroz (2004), que conceitua evasão como abandono da escola antes da conclusão; Digiácomo (2005), o qual aborda a evasão como um problema crônico no país e muitas vezes tolerado e maquiado por sistemas de ensino; Silva Filho et al (2007), que ditam a evasão como um problema crítico das instituições de ensino em geral, levando à perda de recursos sociais, acadêmicos e econômicos no setor público e privado; Oliveira (2001), que mostra a evasão e o trancamento como um significativo desafio para as instituições de ensino profissional, o que reflete na falta de qualificação entre os jovens; Pereira (2003), o qual discorre sobre a origem multifacetada da evasão; Zago (2006), que evidencia que o tempo dedicado ao trabalho impõe restrições às atividades escolares; Peixoto, Braga e Bogutchi (2003), os quais salientam que as reprovações no início do curso influenciam as taxas de evasão; e Lopes e Macedo (2002), que menciona o currículo como influenciador na evasão escolar.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (2016) inicia a parte conceitual citando a Constituição Federal (1988), a qual determina a educação como um direito social que deve promover o desenvolvimento pessoal, a cidadania e a capacidade para o trabalho; Tinto (1975), que

aborda a evasão associada à falta de integração com o ambiente acadêmico e social da instituição; a Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996), a qual relaciona a evasão ao estudante, ao curso e à instituição; Polydoro (2000), que associa a evasão às questões de mercado de trabalho, reconhecimento social, contexto socioeconômico e às políticas governamentais; Dore e Lüscher (2011), que abordam que a decisão de permanecer ou abandonar a escola é influenciada por fatores individuais, sociais, familiares, características do sistema educacional e situações externas à escola; por fim, adota no documento o conceito de Dore e Lüscher (2011), que descrevem a evasão como a interrupção de um curso pelo estudante.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS (2016) apresentou, na justificativa, o conceito de evasão da Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996) e Dore e Lüscher (2011), que abordam a evasão como a interrupção do ciclo do estudo; a SETEC/ MEC (2014), que ressalta a complexidade da evasão e retenção, sendo fundamental a RFEPCCT articular ações que cumpram a função social para atendimento dos estudantes socioeconomicamente mais vulneráveis.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP (2016) tem na base conceitual a LDB (1996), a qual evidencia a educação como um dever da família e do Estado e relaciona os princípios associados ao êxito do estudante; Lopes (2006), que ressalta a permanência do estudante associada ao seu nível de satisfação com a instituição; e Gutiérrez (1988), que o êxito escolar está associado às questões socioeconômicas do estudante.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA (2017) apresenta a definição da Constituição Federal (1988), que ressalta a educação como um direito e garantia do cidadão; cita Dore (2011), que conceitua a evasão como um processo complexo e em evolução que envolve o desinteresse progressivo do estudante e culmina com a saída da instituição; Arroyo (1991), que discorre sobre o processo de desengajamento, às vezes, associado às questões internas da instituição.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG (2017) inicia a base conceitual com a Lei nº 9394/1996, que estabelece que a educação no Brasil tem por principal finalidade o desenvolvimento das habilidades humanas e complementa com a Constituição Federal (1988), que estabelece a educação como um direito de todos. No contexto da evasão escolar, cita Narciso (2015), que aborda a preocupação com as taxas de evasão elevadas, pois o fenômeno tem efeito direto na economia e sociedade; Moreira e Candau (2017), que consideram a importância dos

currículos desenvolvidos nas instituições quando se analisa a evasão escolar. Segundo os autores, é importante estabelecer um elo entre o currículo e a realidade da sala de aula.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES (2016) adota o Documento Orientador (Brasil, 2014) como referência utilizada na base conceitual do plano. Apresenta alguns conceitos básicos norteadores do documento da SETEC/MEC, caracteriza a evasão como o desligamento do estudante de um curso, na forma de abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa (Brasil, 2014) e conclui que a evasão e retenção são influenciadas por diversos fatores.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste MG – IF Sudeste MG (2016) tem na base conceitual do seu plano: Fini Dore e Lüscher (2013), que destacam que a escolha de permanecer ou abandonar a escola está ligada a fatores sociais, familiares, sistema escolar e fatores externos à instituição; Patto (1999), que apresenta os termos “ponto de estrangulamento do sistema educacional”, “retenção quase sistemática”, “tráfego escolar congestionado”, “afunilamento do fluxo”, “processo de seletividade escolar”, “refluxo”, “sistema escolar fundamentalmente seletivo” para se referir à evasão e à repetência; Dore (2013), que se refere à evasão como retenção e repetência, saída do aluno da instituição, sistema, não conclusão de um nível; Comissão Especial para Estudo da Evasão (1996); e Dore (2013), que categoriza as causas da evasão.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFCatarinense (2019) cita a Constituição Federal (1988), que estabelece a educação como um direito de todos; LDB (1996), que destaca igualdade de condições para acesso e permanência; INEP (2017) e MEC (2016), que retratam a evasão como um problema persistente; Dore, Sales e Castro (2014), que abordam a necessidade de ampliação dos estudos sobre a temática da evasão escolar e identificam diferentes conceitos de evasão nos estudos sobre o tema; SETEC (2014), que ressalta que os estudos sobre evasão, antes da Comissão Especial para Estudo da Evasão, eram fragmentados; Dore e Lüscher (2011), que abordam o termo background familiar e associam ao sucesso ou fracasso do estudante e destacam o papel das instituições de ensino no mapeamento e tratamento dos fatores internos associadas à evasão escolar.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IF Farroupilha (2015) apresenta, na justificativa do plano, Dore e Lüscher (2011), que destacam a evasão como um processo multiforme que demanda acompanhamento desde os primeiros sinais e continua apresentando as orientações do PDI da instituição.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IF Fluminense (2017) cita a Lei 9394/1996, que estabelece a educação como direito social no Brasil, e a Constituição Federal (1988), que determina a educação como direito de todos e dever do Estado e da família; Sapio (2010), que ressalta a importância do direito à educação para garantir que a sociedade tenha acesso a um sistema educacional apropriado; Brasil (1988), que afirma que o direito à educação é considerado um dos pilares da República Federativa do Brasil, pois garante o desenvolvimento nacional, reduz desigualdades e promove o bem-estar; Nascimento (2013), o qual ressalta a importância da Educação Profissional e Tecnológica por promover a formação de trabalhadores críticos. Evidencia que não é uma educação apenas para capacitar com habilidades técnicas, mas com consciência crítica; Gadotti (2013), que pontua que os processos educativos devem ter como objetivo a transformação do mundo; Paulo Freire (1970), o qual defende que a educação deve ser voltada para as necessidades dos sujeitos e não submetida ao mercado; Nascimento (2013), que retrata a importância da educação na formação dos trabalhadores de hoje e do amanhã; Pacheco (2013), que diz que a educação profissional da RFEPC não tem como objetivo formar profissionais para o mercado de trabalho, mas para o mundo do trabalho; Tinto (2006), o qual afirma que a discussão das situações que implicam nas decisões de saída dos estudantes pouco acrescentam ao planejamento e à implantação de ações institucionais. Por fim, cita Carmo (2014), a Constituição Federal (1988) e a LDB nº 9394/1996, que colocam a permanência como princípio educativo.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul reporta aos direitos estabelecidos na Constituição Federal (1988) sobre educação e destaca os aspectos associados à evasão relacionados pelo TCU (2013). O plano cita Arroyo (2000), que destaca a responsabilidade de as instâncias gestoras tratarem os fenômenos como evasão, retenção e defasagem escolar; e Damiani (2006), que diz que as investigações sobre evasão escolar que se concentram apenas em aspectos pessoais e familiares acabam sendo limitados, pois negligenciam o que ocorre dentro da escola.

O Plano Estratégico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC (2018) tem, na base conceitual do plano, citações da Constituição Federal (1988) e da LDB (1996), que estabelecem a educação como direito social e fundamental, direito de todos e dever do Estado, sendo necessário promover condições para acesso e permanência; Brasil (2010), que dita a necessidade de sistemas e instituições colaborarem nas ações para democratização do acesso e permanência; Tinto (1975), que ressalta a decisão do aluno de permanecer ou evadir atrelada à integração ou à falta de integração com a escola;

Dore e Lüscher (2011), que defendem que evasão e abandono possuem natureza multiforme, sendo necessário se atentar aos sinais manifestados ao longo da trajetória escolar do estudante (Dore, 2017); Brasil (2014), que defende a ideia de que a saída do aluno pode ser do curso, da instituição ou do sistema.

A análise da base conceitual dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção está alinhada com um dos objetivos específicos da pesquisa. As teorias, conceitos e fundamentos adotados na elaboração dos documentos passaram por diferentes autores.

Observa-se que muitas instituições escolares da RFEPCT iniciaram o texto da base conceitual destacando a Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos. Ademais, acrescenta-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que destaca a importância da igualdade de condições para o acesso à educação e para a permanência, de forma que todos possam ter a garantia de ingresso e permanência.

De uma forma geral, as duas leis desempenham um papel significativo na garantia de que a educação seja acessível a todos os brasileiros, independentemente de suas condições individuais.

Essa abordagem na base conceitual faz muito sentido porque, ao elaborar um plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão e da retenção, abre-se um questionamento quanto ao direito do estudante de ter assegurado pelo Estado as condições ideais de permanência na instituição escolar.

Ao questionar quais as teorias, conceitos e fundamentos foram adotados nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, objetivou-se conhecer a estrutura conceitual adotada pela RFEPCT, pois a fase inicial da gestão de riscos corresponde à compreensão do problema estudado na sua abrangência interna e externa.

Conforme a ser detalhado no percurso metodológico da pesquisa, é de extrema importância que a instituição, ao implementar a modelagem desenvolvida neste trabalho, tenha uma estrutura de escopo, contexto e critérios bem alinhados, para que o modelo possa ser implementado e personalizado, mas sobretudo porque é a compreensão do problema, por meio de estudos e pesquisa, que permitirá à gestão e aos envolvidos reconhecerem nos seus ambientes as situações abordadas pelos autores.

Além disso, uma base conceitual sem contexto comprometerá a capacidade de reconhecimento dos fatores que comprometem a permanência e favorecem a evasão do estudante.

Entre os planos analisados, nota-se que os estudos de Dore e Lüscher foram amplamente citados. Essa constatação é positiva, pois a Profa. Dra. Rosemary Dore é coordenadora da Rede Ibero-americana de Estudos e Pesquisa sobre Educação Profissional e Evasão Escolar – RIMEPES, uma referência no país nessa temática.

No entanto, ficou evidente, em alguns desses planos, a ausência de uma base conceitual bem definida, o que é preocupante sob a perspectiva da gestão de riscos para a implementação de uma modelagem eficaz. Se estamos considerando a elaboração do Plano Estratégico de Intervenção como um diagnóstico da situação de cada instituição escolar da RFEPCT, é essencial que esses documentos sejam reestruturados e que a pesquisa sobre permanência e êxito dos estudantes seja melhor integrada à estrutura de cada plano, bem como os conceitos associados à evasão escolar.

3.4 Modelagem de Gestão de Riscos na RFEPCT

Ao desenvolver uma modelagem de acordo com as diretrizes da gestão de riscos, a instituição nesta primeira etapa, deverá descrever o seu escopo considerando a sua estrutura física, as metas e os objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional, a localização geográfica da unidade, o período de funcionamento, o número de servidores e estudantes, o quantitativo e tipos de cursos presentes no *campus*, o fluxograma dos processos de trabalho desenvolvidos no *campus*, os dados gerais sobre a organização do trabalho, as políticas públicas aplicadas, os contextos interno e externo (nesse aspecto é importante considerar os fatores que podem influenciar ou serão influenciados pela evasão escolar, por isso é extremamente necessário realizar a consulta e a comunicação com todos os envolvidos da instituição), o valor orçamentário, as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito estudantil, um diagnóstico com base no perfil socioeconômico dos estudantes identificando as vulnerabilidades que podem comprometer a permanência na instituição, como: baixa renda, dificuldade de acesso à escola, desempenho acadêmico, problemas de saúde, pessoa com deficiência e outras.

Dessa forma, seguindo o propósito das diretrizes da gestão de riscos, é preciso contextualizar a realidade geral da unidade que irá implementar essa modelagem, pois a evasão escolar é um problema com características diversas, as quais, na instituição, precisam ser analisadas dentro da realidade de cada *campus*.

A segunda etapa, conforme a ABNT NBR ISO 31000 (2018), corresponde à identificação de perigos. Considerando que para essa modelagem os perigos associados à evasão foram denominados pelo documento orientador como Fator Geral, têm-se três categorias analisadas no âmbito da RFEPCT: fatores individuais, fatores internos e fatores externos.

A ABNT NBR ISO 31000 (2018) estabelece que o propósito dessa identificação é ajudar a instituição a encontrar, reconhecer e descrever os fatores gerais que possam comprometer a sua funcionalidade. Ao relacionarmos às instituições da RFEPCT, estamos identificando situações e fatores que levam o estudante a evadir. Essa etapa é de grande importância e precisa ser realizada com base na realidade de cada *campus* ou curso específico. Para o desenvolvimento dessa etapa, é necessária a participação de todos que fazem parte da instituição. Um fator com potencial de evasão precisa ser identificado e reconhecido e para isso é preciso que todos os envolvidos tenham o mesmo propósito.

Assim, a modelagem proposta apresenta, de uma forma geral, os principais perigos identificados na RFEPCT de acordo com os documentos e estudos analisados na pesquisa. Ao serem utilizados por uma instituição, por meio dessa modelagem, deve-se ficar claro que, não necessariamente, todos os fatores gerais serão encontrados no ambiente. Por isso, foi esclarecido no início que cada instituição tem a sua realidade e esse modelo é para nortear seguindo as especificidades do ambiente onde estiver sendo implementado.

Dessa forma, a segunda etapa, que consiste na Identificação dos Perigos (Fatores Gerais), foi desenvolvida seguindo as diretrizes da ISO 31000. O perigo, conforme a gestão de riscos, é fator, situação, condição, atividade ou equipamento com potencial de gerar danos. Os danos em relação à vida do estudante relacionam-se com a reprovação, a retenção e o *ápice*, que é a evasão escolar.

De acordo com a categorização dos fatores associados à evasão escolar na Rede Federal (Brasil, 2014), foram identificados os fatores gerais (Perigos), quais sejam:

Fatores Individuais:

- Adaptação à vida acadêmica;
- Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo;
- Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho;
- Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção;
- Encanto ou motivação com o curso escolhido;
- Escolha precoce da profissão;
- Qualidade da formação escolar anterior;
- Informação a respeito do curso;

- Outras questões de ordem pessoal ou familiar;
- Participação e envolvimento em atividades acadêmicas;
- Personalidade;
- Questões de saúde do estudante ou de familiar;
- Questões financeiras do estudante ou da família.

Fatores Internos:

- Atualização, estrutura e flexibilidade curricular;
- Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria);
- Formação do professor;
- Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.);
- Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino;
- Inclusão social e respeito à diversidade;
- Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino;
- Processo de seleção e política de ocupação das vagas;
- Questões didático-pedagógicas;
- Relação escola-família.

Fatores Externos:

- Conjuntura econômica e social;
- Oportunidade de trabalho para egressos do curso;
- Valorização da profissão.

Após a identificação dos Fatores Gerais (Perigos), que podem comprometer a permanência do estudante na instituição, foi feita a análise dos riscos. Em outras palavras, entende-se que, depois de identificar esses fatores gerais (individuais, internos e externos), é preciso desmembrar cada fator geral em características que apresentam incerteza em relação à permanência e ao êxito do estudante.

A ABNT NBR ISO 31000 (2018) determina que essa etapa consiste em analisar os riscos e compreender a natureza e as características de cada um. O perigo identificado na etapa anterior pode ter múltiplos riscos associados. Isso quer dizer que, se a conjuntura econômica e social, por exemplo, é um fator geral (perigo), esse fator pode se desmembrar em diversas situações que irão potencializar a não permanência do estudante, desde a dificuldade de transporte para a unidade de ensino até situações de vulnerabilidade social, cultural e econômica desse estudante.

Ao implementar a modelagem é preciso identificar quais os perigos presentes na instituição e reconhecer os riscos associados. Para isso, torna-se necessário o entendimento

teórico por meio de estudos, pesquisas, discussões internas com estudantes, colegiado, servidores, histórico da própria instituição e de outras com a mesma característica.

A proposta da modelagem é apresentar um direcionamento para servir de base para a implementação dentro da RFEPCT.

Ainda nessa etapa de análise de riscos, a ABNT NBR ISO 31000 (2018) preconiza que o risco deve ser graduado em probabilidade da ocorrência e gradação da severidade. É preciso compreender que o risco é uma incerteza. Ao relacioná-lo com a probabilidade e a severidade, temos um nível de incerteza que será gerado no processo.

Quanto maiores a probabilidade e a severidade, maior o nível do risco analisado. De uma forma geral, entende-se que cada risco reconhecido está em um nível em relação à probabilidade de ocorrência e em outro nível quanto à severidade.

Após o reconhecimento dos riscos, é feita a gradação em relação à probabilidade e à severidade, estabelecida por meio de uma classificação de níveis diferentes. Para análise, é feita a fragmentação, o que se leva a observar cada risco de forma separada: primeiro analisa-se a probabilidade e, depois, a severidade.

Com essa fragmentação, fica mais fácil a compreensão como um todo para depois, ao fazer a junção do nível de probabilidade e de severidade encontrado, definir o nível em uma matriz de risco.

Para essa modelagem, utilizou-se uma gradação de probabilidade de três níveis diferentes, conforme a Quadro 9 – Gradação de Probabilidade, mas cada instituição pode definir o quantitativo de níveis de acordo com a sua necessidade e os critérios a serem avaliados, desde que tenham relação com a probabilidade e a severidade de ocorrência do evento.

Quadro 9 - Gradação de Probabilidade

PROBABILIDADE		EXEMPLOS DE CONDIÇÕES PARA AVALIAÇÃO DA PROBABILIDADE	
Classificação	Nível	Quanto ao histórico das causas	Quanto às medidas de prevenção e controle implementadas
Altamente improvável	1	Nenhuma reprovação, retenção ou evasão nos últimos quatro anos.	Mais de três medidas de prevenção e controle implementadas.
Improvável	2	Uma reprovação, retenção ou evasão nos últimos quatro anos.	Uma até três medidas de prevenção e controle implementadas.

Provável	3	Duas ou mais reprovações, retenções ou evasões nos últimos quatro anos.	Nenhuma medida de prevenção e controle implementada.
----------	---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa gradação de probabilidade deverá ser feita para cada risco que for reconhecido dentro da realidade da instituição ou curso, assim como os critérios utilizados podem ser modificados de acordo com o interesse. Percebe-se que quanto maior o número de medidas e ações adotadas para prevenção das causas que levam à evasão, menor a probabilidade de ocorrência.

Assim, se a instituição reconheceu um risco, como, por exemplo, a dificuldade de transporte para a instituição, mas já possui políticas implementadas para controle desse risco, como: auxílio transporte, oferta de transporte escolar, dentre outras ações para o público vulnerável a esse fator e perceber que não houve reprovação, retenção, faltas recorrentes ou mesmo evasão dentro desse contexto, pode-se inferir que esse risco apresenta uma probabilidade altamente improvável de ocorrência.

No entanto, essa percepção só será possível se realmente existir na instituição um monitoramento constante das diversas variáveis que podem comprometer o sucesso estudantil.

Ainda em relação ao quadro de probabilidade, o critério estabelecido para essa modelagem, que considera os últimos quatro anos, relaciona-se ao período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI das instituições. As ações previstas no plano estratégico de intervenção e monitoramento para superação da evasão e da retenção fazem parte do planejamento das ações das instituições, mas pode ser outro critério de acordo com as especificidades de cada instituição que for utilizar essa modelagem.

Após a análise da probabilidade, deve ser feita a análise da severidade, que consiste em estabelecer o grau correspondente. Neste estudo, considerou-se a vulnerabilidade dos estudantes em relação à possibilidade de retenção, reprovação e evasão. A escolha da vulnerabilidade para definir a severidade relaciona-se ao fato que quanto maior o número de estudantes na condição de retenção, reprovação e evasão, maior é o dano para a instituição, porque o estudante é quem garante a sustentabilidade da instituição de ensino.

Assim como foi feito na análise da probabilidade, deverá ser realizado na análise da severidade. Seguindo o exemplo anterior, identificou-se a dificuldade de transporte para a instituição como um risco. Ao analisar a severidade desse risco, é preciso considerar a vulnerabilidade da instituição em relação a ele, por isso é tão importante que a instituição

tenha muito bem definidas as situações que representam as suas fragilidades em relação à prevenção das causas que podem levar à evasão escolar.

Ao analisar a severidade, deve-se considerar a abrangência coletiva do risco, ou seja, quantos estudantes estão em condições de maior vulnerabilidade a ele. Já a probabilidade analisa o que a instituição já faz em relação à prevenção de um determinado risco.

Dessa forma, o conhecimento e as informações dos trabalhos e pesquisas publicadas sobre a temática é essencial, pois permitem reconhecer as características de vulnerabilidade presentes no ambiente escolar. Dentro dessas vulnerabilidades encontradas na bibliografia, há questões econômicas, distância da residência à instituição e pessoas com algum tipo de deficiência, por exemplo. É possível definir outras vulnerabilidades, porém, para essa pesquisa, considerando que a evasão é o dano maior da trajetória do estudante dentro de uma instituição de ensino, foi proposto esse critério de forma a direcionar a implementação da modelagem.

Isso nos leva a refletir que as informações do estudante, ao ingressar na instituição, são essenciais para um efetivo acompanhamento dele durante toda a trajetória escolar. Essas informações podem ser identificadas no formulário socioeconômico do candidato, quando faz a inscrição para o processo seletivo, e depois, ao apresentar essas informações no ato da matrícula, conforme o processo habitual das instituições da RFEPCT. É a gestão dessas informações que permitirá à instituição identificar as principais vulnerabilidades presentes no seu ambiente e, assim, promover ações mais efetivas.

De acordo com o exemplo citado, ou seja, dificuldade de transporte para a instituição, qual o percentual de estudantes vulneráveis, dentro do grupo analisado, em relação ao risco? Especifica-se grupo porque essa análise pode ser feita no âmbito institucional ou em relação a um determinado curso. O que se precisa identificar é a quantidade de estudantes com características associadas a esse risco.

O Quadro 10 apresenta a gradação da severidade. Ressalta-se, entretanto, que os critérios para análise podem ser definidos de acordo com a realidade de cada instituição, curso ou outro interesse.

Quadro 10 - Gradação da Severidade

SEVERIDADE		EXEMPLOS DE EFEITOS PARA AVALIAÇÃO DA SEVERIDADE
Classificação	Nível	Quanto a vulnerabilidade

Levemente prejudicial	1	Até 5% dos estudantes em uma ou mais situações vulneráveis
Prejudicial	2	Entre 5% a 10% dos estudantes em uma ou mais situações vulneráveis
Extremamente Prejudicial	3	Mais de 10% dos estudantes em situações vulneráveis

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas informações monitoradas dentro da instituição, verifica-se um percentual de até 5% de estudantes, por exemplo, que se enquadram no critério de vulnerabilidade associado ao risco, isto é, a dificuldade de transporte para a instituição, seja pela distância da residência, baixa renda ou algum tipo de deficiência que comprometa a locomoção.

Nesse caso, conforme critérios definidos no Quadro 10, o risco em análise é levemente prejudicial na característica de severidade de nível 1, mas se há um quantitativo superior a 10% de estudantes dentro das situações de vulnerabilidade previamente identificadas, tem-se uma situação extremamente prejudicial.

Embora os exemplos citados para compreensão da análise da severidade estejam associados a grupos de vulnerabilidade, deve-se entender que a vulnerabilidade pode ser compreendida também no cenário de percepção dos estudantes, por isso o diagnóstico qualitativo inicial é essencial.

A etapa seguinte corresponde à Avaliação de Riscos. Uma vez que o risco foi reconhecido e analisado na sua probabilidade e severidade de ocorrência, a próxima fase irá avaliá-lo.

A ABNT ISO 31000 (2018, p. 13) esclarece:

O propósito da avaliação de riscos é apoiar decisões. A avaliação de riscos envolve a comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco estabelecidos para determinar onde é necessária ação adicional. Isto pode levar a uma decisão de: fazer mais nada; considerar as opções de tratamento de riscos; realizar análises adicionais para melhor compreender o risco; manter os controles existentes; reconsiderar os objetivos.

A avaliação de riscos é feita com base na matriz de riscos. Essa matriz foi elaborada considerando as duas variáveis, probabilidade e severidade, que foram utilizadas na etapa anterior de forma isolada, mas que na avaliação de riscos serão utilizadas em conjunto. O

objetivo da matriz é construir a categorização dos níveis de riscos. O Quadro 11 apresenta a matriz de nível de risco da modelagem proposta:

Quadro 11 - Matriz de Nível de Risco

P R O B A B I L I D A D E	3 PROVÁVEL	RISCO MÉDIO 3	RISCO ALTO 6	RISCO CRÍTICO 9
	2 IMPROVÁVEL	RISCO BAIXO 2	RISCO MÉDIO 4	RISCO ALTO 6
	1 ALTAMENTE IMPROVÁVEL	RISCO IRRELEVANTE 1	RISCO BAIXO 2	RISCO MÉDIO 3
		1 LEVEMENTE PREJUDICIAL	2 PREJUDICIAL	3 EXTREMAMENTE PREJUDICIAL
SEVERIDADE				

Fonte: Elaborado pela autora.

A matriz de nível de risco foi elaborada a partir da combinação das matrizes de Mulhausen e Damiano (1998) e da norma britânica BS 8800 (BSI, 1996). Ela fornece um número de prioridade de risco. Quanto maior o número no resultado da matriz, maior é o grau de importância em relação à adoção de medidas, pois significa maior risco.

Para exemplificar, considerando o risco: dificuldade de transporte para a instituição, ao analisar a probabilidade de ocorrência, temos que a instituição não possui nenhuma medida de prevenção implementada em relação a esse risco. Nesse caso, a probabilidade seria de graduação 3, conforme o Quadro 9 – Gradação de Probabilidade. Ao analisar esse mesmo risco em relação à sua severidade, identifica-se que mais de 10% dos estudantes encontram-se nessa situação de vulnerabilidade e têm a permanência comprometida dentro da instituição. Assim, teríamos a graduação 3, extremamente prejudicial, conforme o Quadro 10 – Gradação da Severidade.

Dessa forma, constata-se para esse risco: - dificuldade de transporte para a instituição - Probabilidade 3 e Severidade 3. Com essas duas gradações, é possível verificar no Quadro 11 - Matriz de Nível de Risco, o número de prioridade de risco que corresponde ao resultado encontrado na matriz, que no caso do exemplo foi 9.

Para a modelagem, o Quadro 12 – Classificação do Nível de Risco foi construído considerando os valores encontrados na matriz de Nível de Risco, onde o maior valor corresponde ao maior nível de risco e tem como consequência a necessidade de priorizar a sua correção. Conforme pode ser observado:

Quadro 12 - Classificação do Nível de Risco

Índice do nível de risco	Nível de risco	Ação e Cronograma	Texto Resumido
1	Irrelevante	Esses riscos são considerados aceitáveis. Nenhuma ação adicional é necessária além de garantir que as ações já adotadas sejam mantidas.	Risco irrelevante ou trivial. Nenhuma ação adicional necessária. Manter as ações preventivas adotadas.
2	Baixo	Não são necessários controles adicionais, a menos que possam ser implementados a um custo muito baixo (em termos de tempo, dinheiro e esforço). Ações para reduzir ainda mais esses riscos são atribuídas baixa prioridade. Devem ser tomadas providências para garantir que os controles sejam mantidos.	Melhorar os controles somente se uma alternativa de baixo custo estiver disponível. Manter as ações atuais.
3 e 4	Médio	Considerar se os riscos podem ser reduzidos para o nível de risco tolerável ou trivial, mas levando em consideração os custos necessários. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro de um período tempo médio. Devem ser tomadas providências para garantir que os controles sejam mantidos, principalmente se os níveis de risco estão associados à severidade prejudicial ou extremamente prejudicial.	Avaliar medidas extras para reduzir o nível de risco, mas avaliando os custos. Definir prazo de tempo médio. Se a severidade for prejudicial ou extremamente prejudicial, tomar providências para garantir que os controles atuais sejam mantidos.
6	Alto	Esforços substanciais devem ser feitos para reduzir o risco. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro de um período menor, e pode ser necessário restringir a atividade ou aplicar medidas provisórias de controle de risco, até que o controle adicional seja implementado. Recursos consideráveis podem ter que ser alocados. Devem-se tomar providências para garantir que os controles sejam mantidos, particularmente se os níveis de risco estiverem associados à severidade extremamente prejudicial ou prejudicial.	Reduzir o risco com novas medidas preventivas urgentemente. Avaliar restringir a atividade. No caso de restrição, aplicar medidas adicionais provisórias. Alocar recursos consideráveis.
9	Crítico	Esses riscos são inaceitáveis. São necessárias melhorias substanciais nos controles de risco, para que seja reduzido a um nível tolerável ou aceitável. A atividade deve ser interrompida até que sejam implementados controles de risco que reduzam o risco para que ele deixe de ser muito alto. Se não for possível reduzir o risco, a atividade deve permanecer proibida.	Risco inaceitável. Parar imediatamente a atividade. A atividade não pode voltar enquanto o risco não for controlado.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, ao construir o quadro de Nível de Risco, estabeleceram-se cinco níveis de risco: irrelevante, baixo, médio, alto e crítico. Para cada nível de risco, define-se importância da correção e ao mesmo tempo a previsão necessária para correção.

Observa-se, por exemplo, no Quadro 12, que o nível irrelevante mostra que os riscos já apresentam um determinado controle, ao passo que uma situação de nível crítico retrata uma situação de ação urgente, pois já evidencia a ausência do estudante na escola.

Após a definição do nível de risco para todos os que foram analisados (individual, interno e externo), é preciso classificá-los, e essa classificação será feita por ordem de prioridade do risco com base em uma ordem decrescente dos resultados encontrados na matriz.

Na possibilidade de encontrar mais de um risco em um mesmo nível de prioridade, deve-se observar um critério para classificá-los. Esse critério pode estar associado ao menor recurso de investimento, à facilidade técnica para implementação das medidas para correção ou ao menor tempo despendido.

Feita a classificação dos riscos, é necessário definir as medidas de correção que serão estabelecidas. Nessa modelagem, apresentaram-se diversas propostas para eliminar ou reduzir os fatores que levam o estudante a evadir da instituição, tendo como referência o Documento Orientador (Brasil, 2014) e as ações dos Planos de Intervenção de Permanência e Êxito das instituições da RFEPCT.

Todavia, é importante considerar a especificidade de cada instituição, o que, nesse caso, permite que cada instituição defina uma medida de correção conforme a sua realidade. As medidas descritas na modelagem servem para nortear.

Destarte, apresentam-se os riscos e as medidas a serem implementadas. É preciso priorizar nessa fase as medidas que possuem característica de eliminação do risco, quando possível, em detrimento das ações que apenas reduzem o nível de risco. Outra característica a ser observada é a prioridade das ações que atendam o coletivo antes do individual.

Assim, com base nas ações de intervenção para superação da evasão e retenção apresentadas no Documento Orientador da SETEC/MEC (Brasil, 2014), conforme as ações descritas nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, a que tivemos acesso, e em concordância com a investigação dos aspectos da evasão escolar na RFEPCT, realizada na revisão bibliográfica da pesquisa, chegou-se ao alinhamento das ações de intervenção do Documento Orientador. Essas ações foram alinhadas aos riscos (fatores específicos).

Nessa perspectiva, para elaboração do Inventário de Riscos, foi feita a análise de cada um dos 190 itens de sugestão para superação da evasão e da retenção na RFEPCT, relacionados no APÊNDICE C do Documento Orientador (Brasil, 2014), acrescidos dos riscos e medidas de intervenção descritos nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção que não haviam sido mencionados no Documento Orientador e demais ações apresentadas nas pesquisas sobre evasão da RFEPCT.

Dessa forma, tem-se o inventário de riscos que é o levantamento feito pela pesquisa para dar suporte e orientar a elaboração do Plano de Ação da modelagem.

Ao implementar a modelagem, a instituição deverá avaliar os riscos que fazem parte da sua realidade. O que foi desenvolvido nesse trabalho corresponde ao levantamento geral, com a expectativa de relacionar o maior número possível de situações, por isso a análise considerou diferentes fontes de estudo.

Os riscos e as medidas que poderão ser utilizados no Plano de Ação de cada instituição estão organizados a seguir, no Quadro 13. Assim, segue a sugestão desenvolvida na modelagem considerando as características levantadas na RFEPCT.

Quadro 13 - Inventário de Riscos

INVENTÁRIO DE RISCOS	
Tipo de Fator: Externo	
Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social	Riscos (Fatores Específicos): Alteração do calendário acadêmico em função de motivos políticos, econômicos, estruturais e ambientais
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Propiciar a participação dos discentes na definição do calendário acadêmico; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de transporte para a unidade de ensino
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar os horários das aulas à disponibilidade de transporte público; • Articular junto aos setores responsáveis pelo transporte público medidas de ampliação e melhoria de qualidade no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário); • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Ofertar transporte escolar; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social	Riscos (Fatores Específicos): Distância entre a unidade de ensino e a residência
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Articular junto aos setores responsáveis pelo transporte público medidas de ampliação e melhoria de qualidade no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário); • Buscar parcerias com o município no sentido de transportar os estudantes residentes em outros municípios ou distritos; • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes 	

<p>oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Incentivar a participação no programa de bolsas de assistência estudantil; • Ofertar ou ampliar a concessão de auxílio transporte; • Ofertar transporte escolar; • Realizar o planejamento da contratação de servidores para agilizar os processos administrativos de pagamento e de assistência estudantil; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Falta de acesso a serviços públicos sociais e de saúde</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Articular ações com as redes externas de saúde e assistência social para a correta avaliação, emissão de diagnóstico e acompanhamento do estudante; • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Encaminhar o estudante para o serviço de saúde; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Implementar programa similar à bolsa permanência para os estudantes dos demais cursos; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social); • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Falta de moradia</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Incentivar a participação no programa de bolsas de assistência estudantil; • Realizar o planejamento da contratação de servidores para agilizar os processos administrativos de pagamento e de assistência estudantil. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Prolongamento de greve</p>

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir uma comunicação efetiva com os estudantes a respeito do andamento de processos de greve e de retorno às aulas; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores. 	
Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social	Riscos (Fatores Específicos): Mudança de cidade
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Ofertar ou ampliar a concessão de auxílio transporte. 	
Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social	Riscos (Fatores Específicos): Necessidade de cuidar do filho no horário do curso
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Ofertar auxílio creche / Realizar a recuperação paralela efetiva; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
Perigo (Fatores Gerais): Conjuntura econômica e social	Riscos (Fatores Específicos): Vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Definir ações sistemáticas de intervenção imediata com articulação com a família e, se necessário, com a rede de proteção à criança e ao adolescente (Conselho Tutelar); • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Fornecer bolsa auxílio, bolsa de estudo, bolsa de trabalho e estágio remunerado; • Fortalecer as ações vinculadas a programas de financiamento extraordinário com bolsas para estudantes; • Garantir a regularidade e a agilidade do repasse dos recursos às unidades de ensino, em particular os destinados à assistência estudantil; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Implementar programa similar à bolsa permanência para os estudantes dos demais 	

<p>cursos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a participação no programa de bolsas de assistência estudantil; • Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar; • Promover palestras, sobre motivação, apresentando história de superação por meio dos estudos; • Realizar o planejamento da contratação de servidores para agilizar os processos administrativos de pagamento e de assistência estudantil; • Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social); • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Oportunidade de trabalho para egressos do curso</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Baixa demanda de trabalho na área</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Articular com empresários da região para absorção dos egressos no mercado de trabalho; • Estruturar observatórios do mundo do trabalho, com vistas à articulação e divulgação de oportunidades de trabalho e emprego; • Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual; • Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos; • Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo; • Instituir campanhas de valorização dos cursos; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho; • Reformular o currículo para adequar ao perfil do egresso; • Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional; • Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso; • Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Oportunidade de trabalho para egressos do curso</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Falta de perspectiva profissional</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	

- Buscar parcerias para aumentar a absorção dos futuros profissionais no mercado de trabalho;
- Desenvolver atividades e ações de conscientização do estudante sobre a importância e aceitação dos egressos dos cursos pelo mercado de trabalho;
- Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.);
- Divulgar as possibilidades de atuação do profissional;
- Estruturar observatórios do mundo do trabalho, com vistas à articulação e divulgação de oportunidades de trabalho e emprego;
- Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual;
- Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos;
- Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo;
- Instituir campanhas de valorização dos cursos;
- Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho;
- Promover palestras, sobre motivação, apresentando história de superação por meio dos estudos;
- Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho;
- Reformular o currículo para adequar ao perfil do egresso;
- Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas.

Perigo (Fatores Gerais):
Valorização da profissão

Riscos (Fatores Específicos):
Desvalorização da profissão pela sociedade

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso;
- Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.);
- Divulgar as possibilidades de atuação do profissional;
- Estabelecer parecerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional;
- Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual;
- Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos

<p> cursos;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo; • Instituir campanhas de valorização dos cursos; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso; • Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Valorização da profissão</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Salário desestimulante após a formação</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual; • Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos; • Instituir campanhas de valorização dos cursos. 	
<p style="text-align: center;">Tipo de Fator: Individual</p>	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de adaptação do estudante à metodologia do curso</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo; • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fornecer orientação profissional; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Institucionalizar reuniões pedagógicas/andragógicas periódicas para integração entre a formação geral e a formação profissional; 	

- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Sensibilizar os docentes em relação ao foco para a prática profissional nos planos de ensino;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho.

Perigo (Fatores Gerais):
Adaptação à vida acadêmica

Riscos (Fatores Específicos):
Dificuldade de adequação à rotina escolar

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Desenvolver atividades e ações de conscientização do estudante sobre a importância de incluir o estudo na rotina diária;
- Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação profissional;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;

<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de participar de atividades escolares em função da religião
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; • Limitar a quantidade de atividades extraclasse; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade em conciliar os estudos com outros cursos
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fazer a equiparação curricular de maneira a permitir a validação e a adaptação de componentes curriculares de estudantes em mobilidade estudantil ou transferido; • Fornecer orientação profissional; • Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; • Institucionalizar reuniões pedagógicas/andragógicas periódicas para integração entre a formação geral e a formação profissional; • Limitar a quantidade de atividades extraclasse; • Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo; 	

- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas;
- Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso.

Perigo (Fatores Gerais):
Adaptação à vida acadêmica

Riscos (Fatores Específicos):
Dificuldade em conciliar o ensino médio com o curso técnico, nos cursos concomitantes

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fazer a equiparação curricular de maneira a permitir a validação e a adaptação de componentes curriculares de estudantes em mobilidade estudantil ou transferido;
- Fornecer orientação profissional;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Institucionalizar reuniões pedagógicas/andragógicas periódicas para integração entre a formação geral e a formação profissional;
- Instituir campanhas de valorização dos cursos;
- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;

<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldades de adaptação à educação profissional
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Criar estratégias de publicidade da educação profissional e sua importância; Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; Fornecer orientação profissional; Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo; Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; Instituir campanhas de valorização dos cursos; Oferecer apoio didático por meio das TIC; Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo; Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes; Promover ações para motivação dos estudantes; Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho; Realizar a recuperação paralela efetiva; Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades; Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; Utilizar a pedagogia da alternância. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldades de adaptação à vida acadêmica
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	

- Desenvolver ações para ampliar a consciência política do corpo discente;
- Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho.

Perigo (Fatores Gerais):
Adaptação à vida acadêmica

Riscos (Fatores Específicos):
Falta de hábito de estudo

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Criar e implantar uma agenda de estudos individual para estudantes;
- Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;

- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso.

Perigo (Fatores Gerais):
Adaptação à vida acadêmica

Riscos (Fatores Específicos):
Falta de pontualidade dos estudantes

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Acompanhar os estudantes com problemas recorrentes de pontualidade;
- Identificar os motivos de falta de pontualidade do estudante por meio do contato com o estudante e com a família;
- Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Monitorar o desempenho dos estudantes e turmas por meio da frequência e do desempenho acadêmico;
- Ofertar transporte escolar;

<ul style="list-style-type: none"> • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar o estudante sobre a importância da pontualidade como um dos fatores para o sucesso escolar e profissional; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Indisponibilidade de tempo para estudar fora do horário de aulas
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; • Limitar a quantidade de atividades extraclasse; • Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Indisponibilidade de tempo para participar de atividades de nivelamento e monitoria
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Limitar a quantidade de atividades extraclasse; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Medo de repetir o período
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	

<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fornecer orientação profissional; • Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
Perigo (Fatores Gerais): Adaptação à vida acadêmica	Riscos (Fatores Específicos): Problemas disciplinares
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer orientação profissional; • Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social); • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares. 	
Perigo (Fatores Gerais): Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Riscos (Fatores Específicos): Deficiência cognitiva
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o apoio aos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais (equipe, qualificação, aquisição de equipamentos e estrutura física); • Capacitar a equipe pedagógica e os docentes para o trabalho com estudantes com deficiência física e com dificuldades educacionais especiais; 	

- Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo;
- Encaminhar, automaticamente, os estudantes para atividades de reforço escolar, a partir do desempenho no processo seletivo;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer atendimento individual aos estudantes;
- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula / Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar diagnóstico para identificar possíveis dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares e propor as ações de intervenção pedagógica/andragógica pertinentes;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social);

<ul style="list-style-type: none"> • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; • Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado; • Utilizar a pedagogia da alternância. 	
Perigo (Fatores Gerais): Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de acompanhamento do curso devido ao longo tempo de afastamento do sistema formal de ensino
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo; • Encaminhar, automaticamente, os estudantes para atividades de reforço escolar, a partir do desempenho no processo seletivo; • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fornecer orientação profissional; • Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito; • Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; • Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Limitar a quantidade de atividades extraclasse; • Oferecer apoio didático por meio das TIC; • Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; • Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico; • Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo; • Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes / Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Realizar a recuperação paralela efetiva; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; • Utilizar a pedagogia da alternância; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de aprendizagem
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implantar políticas de manutenção de equipamentos de laboratório e de multimeios didáticos; • Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo; • Encaminhar, automaticamente, os estudantes para atividades de reforço escolar, a partir do desempenho no processo seletivo; • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fornecer atendimento individual aos estudantes; • Fornecer orientação profissional; • Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito; • Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; • Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar; • Limitar a quantidade de atividades extraclasse; • Oferecer apoio didático por meio das TIC; • Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; • Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico; 	

- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar diagnóstico para identificar possíveis dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares e propor as ações de intervenção pedagógica/andragógica pertinentes;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social);
- Rever as práticas de ensino;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso;
- Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado;
- Utilizar a pedagogia da alternância;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo

Riscos (Fatores Específicos):
Falta de disciplina para o estudo

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Criar e implantar uma agenda de estudos individual para estudantes;
- Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos;

- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo

Riscos (Fatores Específicos):
Falta de hábito de estudo

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Criar e implantar uma agenda de estudos individual para estudantes;
- Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo;
- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar

como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;

- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Oferecer apoio didático por meio das TIC;
- Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):

Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho

Riscos (Fatores Específicos):

Dificuldade em conciliar estudo e trabalho

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes;
- Estabelecer parcerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional;
- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação profissional;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo;
- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos;
- Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes

interessantes;

- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar o diálogo com as empresas contratantes de estagiários visando conciliar os horários de trabalho com os horários do curso;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso;
- Utilizar 20% da carga horária em atividades não presenciais para otimização da duração do curso;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes;
- Vincular e adequar a oferta de cursos às especificidades e demandas locais.

Perigo (Fatores Gerais):

Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho

Riscos (Fatores Específicos):

Falta de apoio da empresa em que o estudante trabalha

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Estabelecer parcerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional;
- Fornecer orientação profissional;
- Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar o diálogo com as empresas contratantes de estagiários visando conciliar os horários de trabalho com os horários do curso;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às

especificidades dos estudantes.	
Perigo (Fatores Gerais): Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Riscos (Fatores Específicos): Mudança de turno de trabalho
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional; • Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Regular institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	Riscos (Fatores Específicos): Necessidade de trabalhar
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Estabelecer parcerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional; • Fornecer bolsa auxílio, bolsa de estudo, bolsa de trabalho e estágio remunerado; • Fortalecer as ações vinculadas a programas de financiamento extraordinário com bolsas para estudantes; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Implementar programa similar à bolsa permanência para os estudantes dos demais cursos; • Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Regular institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; 	

<ul style="list-style-type: none"> Utilizar 20% da carga horária em atividades não presenciais para otimização da duração do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Riscos (Fatores Específicos): Busca por outras escolas consideradas de fácil aprovação
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante. Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico; Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador; Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
Perigo (Fatores Gerais): Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Riscos (Fatores Específicos): Ingresso em outro curso
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer normas institucionais que facilitem a mobilidade acadêmica; Fazer a equiparação curricular de maneira a permitir a validação e a adaptação de componentes curriculares de estudantes em mobilidade estudantil ou transferido; Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual; Instituir campanhas de valorização dos cursos; Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica; Promover ações para motivação dos estudantes; Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos; Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional; Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil 	

do egresso;	
<ul style="list-style-type: none"> Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas. 	
Perigo (Fatores Gerais): Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Riscos (Fatores Específicos): Mudança de interesse profissional ou pessoal
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso; Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual; Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos; Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo; Instituir campanhas de valorização dos cursos; Oportunizar a transferência dos estudantes com identificada incompatibilidade vocacional para outro curso ofertado pela unidade de ensino para continuidade de estudos; Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional; Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso; Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas; Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes; Utilizar a pedagogia da alternância; Verificar junto ao estudante e à família as razões da mudança de interesse em relação ao curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção	Riscos (Fatores Específicos): Preferência por cursos superiores
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer normas institucionais que facilitem a mobilidade acadêmica; Fazer a equiparação curricular de maneira a permitir a validação e a adaptação de componentes curriculares de estudantes em mobilidade estudantil ou transferido; Implementar ações institucionais para superação da histórica desvalorização da educação profissional e superação do dualismo trabalho braçal e trabalho intelectual; Instituir campanhas de valorização dos cursos. 	

Perigo (Fatores Gerais): Encanto ou motivação com o curso escolhido	Riscos (Fatores Específicos): Desestímulo pela área de formação
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar as causas e os motivos do desinteresse e desmotivação do estudante; • Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso; • Divulgar as possibilidades de atuação do profissional; • Fornecer orientação profissional; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Instituir campanhas de valorização dos cursos; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Oportunizar a transferência dos estudantes com identificada incompatibilidade vocacional para outro curso ofertado pela unidade de ensino para continuidade de estudos; • Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica; • Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho; • Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; • Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos; • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional; • Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso; • Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes; • Utilizar a pedagogia da alternância; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e 	

<p>para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes; • Verificar junto ao estudante e à família as razões da mudança de interesse em relação ao curso. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Encanto ou motivação com o curso escolhido</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Desinteresse pelo curso</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Detalhar o curso no manual do candidato; • Diagnosticar as causas e os motivos do desinteresse e desmotivação do estudante; • Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso; • Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.); • Divulgar as possibilidades de atuação do profissional; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante; • Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Instituir campanhas de valorização dos cursos; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Oportunizar a transferência dos estudantes com identificada incompatibilidade vocacional para outro curso ofertado pela unidade de ensino para continuidade de estudos; • Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica; • Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover palestras, sobre motivação, apresentando história de superação por meio dos estudos; • Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho; • Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; • Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos; 	

- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes;
- Utilizar a pedagogia da alternância;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes;
- Verificar junto ao estudante e à família as razões da mudança de interesse em relação ao curso.

Perigo (Fatores Gerais):

Encanto ou motivação com o curso escolhido

Riscos (Fatores Específicos):

Falta de identificação com o curso

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso;
- Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.);
- Fazer a equiparação curricular de maneira a permitir a validação e a adaptação de componentes curriculares de estudantes em mobilidade estudantil ou transferido;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula / Instituir campanhas de valorização dos cursos;
- Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho;
- Oportunizar a transferência dos estudantes com identificadas incompatibilidades vocacionais para outro curso ofertado pela unidade de ensino para continuidade de estudos;
- Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica;

- Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem;
- Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho;
- Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso;
- Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes / Utilizar a pedagogia da alternância;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes;
- Verificar junto ao estudante e à família as razões da mudança de interesse em relação ao curso.

Perigo (Fatores Gerais):

Encanto ou motivação com o curso escolhido

Riscos (Fatores Específicos):

Falta de motivação

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Desenvolver ações de conscientização da importância da qualificação para ascensão profissional;
- Diagnosticar as causas e os motivos do desinteresse e desmotivação do estudante;
- Divulgar as possibilidades de atuação do profissional;
- Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes;
- Elaborar e implantar políticas de manutenção de equipamentos de laboratório e de multimeios didáticos;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao estudante ingressante;
- Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;

- Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Instituir campanhas de valorização dos cursos;
- Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho;
- Melhorar o espaço interno de convivência dos estudantes com áreas de lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil, acesso a rede lógica com qualidade;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover espaços de diálogos e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar;
- Promover palestras, sobre motivação, apresentando história de superação por meio dos estudos;
- Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho;
- Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes;
- Utilizar a pedagogia da alternância;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes;
- Verificar junto ao estudante e à família as razões da mudança de interesse em relação ao curso.

Perigo (Fatores Gerais):

Encanto ou motivação com o curso escolhido

Riscos (Fatores Específicos):

O curso não correspondeu às expectativas

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Criar estratégias de publicidade da educação profissional e sua importância;
- Detalhar o curso no manual do candidato;
- Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso;
- Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.);
- Divulgar as possibilidades de atuação do profissional;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Implementar programas de recepção, acolhimento, integração e orientação ao

estudante ingressante;

- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo;
- Instituir campanhas de valorização dos cursos;
- Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho;
- Oportunizar a transferência dos estudantes com identificada incompatibilidade vocacional para outro curso ofertado pela unidade de ensino para continuidade de estudos;
- Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica / Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho;
- Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso;
- Realizar estudo/caracterização sobre o desenvolvimento e as demandas produtivas regionais para planejamento adequado da instituição para oferta de cursos;
- Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional;
- Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes;
- Utilizar a pedagogia da alternância;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes;
- Verificar junto ao estudante e à família as razões da mudança de interesse em relação ao curso.

Perigo (Fatores Gerais):
Escolha precoce da profissão

Riscos (Fatores Específicos):
Imaturidade própria da idade

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Desenvolver ações para ampliar a consciência política do corpo discente;
- Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula / Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como

<p>comparecer à escola;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover espaços de diálogos e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Qualidade da formação escolar anterior</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Deficiência nos conhecimentos relativos à educação básica</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo; • Encaminhar, automaticamente, os estudantes para atividades de reforço escolar, a partir do desempenho no processo seletivo; • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fornecer orientação profissional; • Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Oferecer apoio didático por meio das TIC; • Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; • Ofertar componente curricular complementar ou atividades extracurriculares para desenvolver o raciocínio lógico; • Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar diagnóstico para identificar possíveis dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares e propor as ações de intervenção pedagógica/andragógica pertinentes; • Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Informação a respeito do curso	Riscos (Fatores Específicos): Falta de conhecimento sobre a área escolhida
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar estratégias de publicidade da educação profissional e sua importância; • Detalhar o curso no manual do candidato; • Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso; • Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.); • Divulgar as possibilidades de atuação do profissional; • Fornecer orientação profissional; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar sobre as possibilidades de inserção profissional no setor produtivo; • Instituir campanhas de valorização dos cursos; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Oferecer apoio didático por meio das TIC; • Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; • Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes; • Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica; • Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho; • Realizar processos seletivos que atendam às especificidades do curso; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes; • Utilizar a pedagogia da alternância; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às 	

especificidades dos estudantes.	
Perigo (Fatores Gerais): Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Riscos (Fatores Específicos): Problemas pessoais e familiares
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Definir ações sistemáticas de intervenção imediata com articulação com a família e, se necessário, com a rede de proteção à criança e ao adolescente (Conselho Tutelar); • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Fornecer orientação profissional; • Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Melhorar o espaço interno de convivência dos estudantes com áreas de lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil, acesso a rede lógica com qualidade; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover espaços de diálogos e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar ações que fortaleçam os laços e a comunicação entre a família e a escola; • Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos (biopsicossocial e pedagógico); • Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social); • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Outras questões de ordem pessoal ou familiar	Riscos (Fatores Específicos): Problemas sociais e psicológicos que causam maior impacto na adolescência
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	

- Ampliar o acompanhamento, os atendimentos e as orientações psicopedagógicas e sociais aos estudantes;
- Articular ações com as redes externas de saúde e assistência social para a correta avaliação, emissão de diagnóstico e acompanhamento do estudante;
- Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes;
- Encaminhar o estudante para o serviço de saúde;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar;
- Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Melhorar o espaço interno de convivência dos estudantes com áreas de lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil, acesso a rede lógica com qualidade;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover espaços de diálogos e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos (biopsicossocial e pedagógico);
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Participação e envolvimento em atividades acadêmicas

Riscos (Fatores Específicos):
Falta de assiduidade dos estudantes

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Acompanhar os estudantes com problemas recorrentes de assiduidade;
- Desenvolver ou aprimorar um sistema de acompanhamento da frequência dos estudantes, por meio dos docentes, da coordenação do curso e da equipe técnica pedagógica;
- Estabelecer contatos periódicos com os estudantes com excesso de faltas / Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação profissional;

- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Identificar os motivos de falta de assiduidade do estudante por meio do contato com o estudante e com a família;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar;
- Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Monitorar o desempenho dos estudantes e turmas por meio da frequência e do desempenho acadêmico;
- Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Prover sistema automatizado de gestão acadêmica para acompanhamento da frequência dos estudantes;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso;
- Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social);
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;
- Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):

Participação e envolvimento em atividades acadêmicas

Riscos (Fatores Específicos):

Falta de dedicação com os estudos

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Criar e implantar uma agenda de estudos individual para estudantes;
- Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo;
- Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso;
- Fornecer orientação profissional;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que

<p>promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Oferecer apoio didático por meio das TIC; • Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; • Orientar o estudante para criar uma rotina diária de estudos com gestão de tempo; • Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Personalidade</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Baixa autoestima</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Encaminhar o estudante para o serviço de saúde; • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fornecer orientação profissional; • Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito; • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Melhorar o espaço interno de convivência dos estudantes com áreas de lazer, estudo, complexo esportivo, restaurante e moradia estudantil, acesso a rede lógica com qualidade; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Promover ações para motivação dos estudantes; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Promover espaços de diálogos e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar; • Promover palestras, sobre motivação, apresentando história de superação por meio dos estudos; • Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; • Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social); • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Personalidade	Riscos (Fatores Específicos): Falta de aptidão para o curso escolhido
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso; • Divulgar ampla e permanentemente a instituição, o processo seletivo, o curso, o perfil profissional de conclusão e a profissão junto à sociedade (em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras etc.); • Fazer a equiparação curricular de maneira a permitir a validação e a adaptação de componentes curriculares de estudantes em mobilidade estudantil ou transferido; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica; • Realizar escuta pedagógica para apurar a falta de interesse do estudante pelo curso; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes 	
Perigo (Fatores Gerais): Questões de saúde do estudante ou de familiar	Riscos (Fatores Específicos): Problema de saúde
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar os casos de problemas de saúde dos estudantes; • Articular ações com as redes externas de saúde e assistência social para a correta 	

<p>avaliação, emissão de diagnóstico e acompanhamento do estudante;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar atendimento domiciliar, quando comprovado; • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Encaminhar o estudante para o serviço de saúde; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social); • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Questões financeiras do estudante ou da família</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de acesso às instituições</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes; • Fornecer bolsa auxílio, bolsa de estudo, bolsa de trabalho e estágio remunerado; • Garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino; • Implementar o suporte alimentar e residencial/moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Ofertar transporte escolar; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover palestras, sobre motivação, apresentando história de superação por meio dos estudos; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
Tipo de Fator: Interno	
Perigo (Fatores Gerais): Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Riscos (Fatores Específicos): Complexidade dos conteúdos abordados no curso
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações sistematizadas de suporte à aprendizagem, tais como: monitoria, curso de nivelamento, tutoria, grupos de estudo, educação tutorial, aulas de reforço e recuperação paralela; • Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo; • Fornecer atendimento individual aos estudantes; • Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; • Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes; • Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Oferecer apoio didático por meio das TIC; • Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; • Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes; • Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; 	

- Rever as práticas de ensino;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas;
- Sensibilizar os docentes em relação ao foco para a prática profissional nos planos de ensino;
- Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes;
- Utilizar a pedagogia da alternância;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular

Riscos (Fatores Específicos):
Desatualização e descontextualização dos cursos da realidade local e regional

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Estabelecer parecerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional;
- Fazer contato com estudantes evadidos para identificar e registrar os motivos da evasão;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores;
- Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem;
- Realizar estudo/caracterização sobre o desenvolvimento e as demandas produtivas regionais para planejamento adequado da instituição para oferta de cursos;
- Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto

<p>político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar os docentes em relação ao foco para a prática profissional nos planos de ensino; • Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes; • Vincular e adequar a oferta de cursos às especificidades e demandas locais. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Atualização, estrutura e flexibilidade curricular</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Déficit na estrutura de apoio ao funcionamento do curso</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de inovação tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; • Garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino; • Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; • Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino; • Modernizar o(s) sistema(s) de registro acadêmico possibilitando a organização de cursos estruturados em experiências pedagógicas diversificadas; • Oferecer apoio didático por meio das TIC; • Oferecer oficinas e cursos FIC de preparação para os cursos; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos; • Realizar parceria com os municípios e encaminhar os estudantes para as redes de serviços (saúde e assistência social); • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Atualização, estrutura e flexibilidade curricular</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Excesso de disciplinas no período letivo</p>

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Analisar a organização anual/semestral dos cursos;
- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar ou ampliar as ações de orientação sobre métodos de estudo;
- Implementar ou ampliar os programas de monitoria em horários adaptados à realidade dos estudantes e às dificuldades de aprendizagem;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- Organizar currículo que permita maior autonomia ao estudante e oportunidades de reforço e especialização;
- Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Atualização, estrutura e flexibilidade curricular

Riscos (Fatores Específicos):
Exigência de pré-requisitos para os componentes curriculares

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

<ul style="list-style-type: none"> • Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso; • Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas. 	
Perigo (Fatores Gerais): Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação da duração do curso
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a duração dos cursos; • Disponibilizar, no sítio institucional, informações gerais acerca do curso; • Organizar currículo que permita maior autonomia ao estudante e oportunidades de reforço e especialização; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional; • Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso; • Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas; • Utilizar 20% da carga horária em atividades não presenciais para otimização da duração do curso. 	
Perigo (Fatores Gerais): Atualização, estrutura e flexibilidade curricular	Riscos (Fatores Específicos): Mudança na estrutura curricular do curso ao longo de sua oferta
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Prever, nos regulamentos internos, que as alterações de matriz curricular só ocorram após cumprimento de um ciclo, salvo questões legais; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o 	

<p>aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Descontinuidade na oferta de bolsas (auxílios específicos)</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar os critérios de distribuição dos recursos da assistência estudantil perfis socioeconômicos; • Estreitar a articulação entre a gestão administrativa e a assistência estudantil; • Fortalecer as ações vinculadas a programas de financiamento extraordinário com bolsas para estudantes; • Garantir a regularidade e a agilidade do repasse dos recursos às unidades de ensino, em particular os destinados à assistência estudantil; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar; • Realizar o planejamento da contratação de profissionais especializados para o desenvolvimento dos programas de merenda escolar; • Realizar o planejamento da contratação de servidores para agilizar os processos administrativos de pagamento e de assistência estudantil; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Falta de incentivo financeiro que auxilie a manutenção do estudante</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o número de bolsas em programas de assistência estudantil, pesquisa e extensão; • Fornecer bolsa auxílio, bolsa de estudo, bolsa de trabalho e estágio remunerado; • Fortalecer as ações vinculadas a programas de financiamento extraordinário com bolsas para estudantes; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Implementar programa similar à bolsa permanência para os estudantes dos demais cursos; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Realizar o planejamento da contratação de profissionais especializados para o desenvolvimento dos programas de merenda escolar; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante. 	
Perigo (Fatores Gerais): Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Riscos (Fatores Específicos): Falta de regularidade no pagamento das bolsas de assistência estudantil
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Adotar ações de controle de faltas e notas dos bolsistas de programas de assistência estudantil, pesquisa e extensão; • Estreitar a articulação entre a gestão administrativa e a assistência estudantil; • Garantir a regularidade e a agilidade do repasse dos recursos às unidades de ensino, em particular os destinados à assistência estudantil; • Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar; • Realizar o planejamento da contratação de servidores para agilizar os processos administrativos de pagamento e de assistência estudantil; • Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Riscos (Fatores Específicos): Indisponibilidade de merenda escolar
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer bolsa auxílio, bolsa de estudo, bolsa de trabalho e estágio remunerado; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Implementar programa similar à bolsa permanência para os estudantes dos demais cursos; • Incentivar a participação no programa de bolsas de assistência estudantil; • Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar; • Realizar o planejamento da contratação de profissionais especializados para o desenvolvimento dos programas de merenda escolar. 	
Perigo (Fatores Gerais): Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria)	Riscos (Fatores Específicos): Insuficiência de recursos do programa de assistência estudantil
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	

<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as ações vinculadas a programas de financiamento extraordinário com bolsas para estudantes; • Implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes; • Investir em infraestrutura para atendimento do programa de merenda escolar. 	
Perigo (Fatores Gerais): Formação do professor	Riscos (Fatores Específicos): Deficiência ou falta de formação pedagógica dos docentes
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar a equipe pedagógica e os docentes para o trabalho com estudantes com deficiência física e com dificuldades educacionais especiais; • Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores; • Modernizar o(s) sistema(s) de registro acadêmico possibilitando a organização de cursos estruturados em experiências pedagógicas diversificadas; • Promover ações para motivação dos professores; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Promover orientações pedagógicas aos docentes; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos / Rever as práticas de ensino. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de promoção da integração entre instituições e cursos
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer normas institucionais que facilitem a mobilidade acadêmica; • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Institucionalizar reuniões de gestão para integração com instituições parceiras; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de realização de aulas práticas
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	

- Buscar parcerias para aumentar o número de visitas técnicas e aulas práticas;
- Fortalecer as atividades práticas nos cursos;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino;
- Realizar o planejamento da contratação de servidores docentes;
- Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Reformular os regulamentos de prática profissional;
- Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes;
- Utilizar a pedagogia da alternância.

Perigo (Fatores Gerais):
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)

Riscos (Fatores Específicos):
Dificuldade na execução dos convênios, cooperações e projetos intercomplementares entre as instituições de ensino

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Aproximar a instituição dos setores produtivos, através de parcerias e projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica;
- Estabelecer normas institucionais que facilitem a mobilidade acadêmica;
- Institucionalizar reuniões de gestão para integração com instituições parceiras;
- Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Reformular os regulamentos de prática profissional.

Perigo (Fatores Gerais):
Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)

Riscos (Fatores Específicos):
Dificuldade na realização de aulas práticas no período noturno

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Fortalecer as atividades práticas nos cursos;
- Garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino;
- Incentivar a realização de estágios curriculares e extracurriculares;
- Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino;
- Realizar o planejamento da contratação de servidores docentes;
- Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;

<ul style="list-style-type: none"> • Reformular os regulamentos de prática profissional; • Utilizar a pedagogia da alternância; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade ou impossibilidade de registro nos conselhos profissionais
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o planejamento da contratação de servidores docentes; • Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldades na realização do estágio curricular
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar os convênios com as empresas; • Aproximar a instituição dos setores produtivos, através de parcerias de estágio; • Flexibilizar a realização de prática profissional ao longo do curso, considerando estágios, projetos de pesquisa, projetos de extensão, projetos integradores, visitas técnicas, dentre outros; • Incentivar a realização de estágios curriculares e extracurriculares; • Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Realizar o diálogo com as empresas contratantes de estagiários visando conciliar os horários de trabalho com os horários do curso; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Reformular os regulamentos de prática profissional. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Excesso de burocracia para realização do estágio curricular
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Flexibilizar a realização de prática profissional ao longo do curso, considerando estágios, projetos de pesquisa, projetos de extensão, projetos integradores, visitas técnicas, dentre outros; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Incentivar a realização de estágios curriculares e extracurriculares; • Intensificar a divulgação de informações sobre oportunidades de estágio e de trabalho; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Realizar o diálogo com as empresas contratantes de estagiários visando conciliar os horários de trabalho com os horários do curso; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Reformular os regulamentos de prática profissional. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Excesso de carga horária semanal de aulas</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores; • Organizar currículo que permita maior autonomia ao estudante e oportunidades de reforço e especialização; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover ações para motivação dos professores; • Promover estratégias de aprendizagem que priorizem atividades no horário da aula para os cursos destinados ao público trabalhador; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos; • Realizar o diálogo com as empresas contratantes de estagiários visando conciliar os horários de trabalho com os horários do curso; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Falta de acompanhamento e apoio pedagógico</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ou aprimorar um sistema de acompanhamento da frequência dos estudantes, por meio dos docentes, da coordenação do curso e da equipe técnica pedagógica; • Estruturar as coordenações de curso para atender e acompanhar os estudantes; • Fazer contato com estudantes evadidos para identificar e registrar os motivos da evasão; • Fornecer atendimento individual aos estudantes; 	

- Garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino;
- Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos;
- Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula;
- Modernizar o(s) sistema(s) de registro acadêmico possibilitando a organização de cursos estruturados em experiências pedagógicas diversificadas;
- Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Promover orientações pedagógicas aos docentes;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais.

<p>Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Falta de diagnóstico pedagógico dos estudantes ingressantes</p>
---	---

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Desenvolver ações de maior envolvimento com o estudante para detecção do nível socioeconômico e da realidade concreta;
- Encaminhar, automaticamente, os estudantes para atividades de reforço escolar, a partir do desempenho no processo seletivo;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Modernizar o(s) sistema(s) de registro acadêmico possibilitando a organização de cursos estruturados em experiências pedagógicas diversificadas;
- Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar diagnóstico para identificar possíveis dificuldades dos estudantes no início dos componentes curriculares e propor as ações de intervenção pedagógica/andragógica pertinentes;
- Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos.

Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Falta de integração curricular
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de inovação tecnológica, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; • Institucionalizar reuniões pedagógicas/andragógicas periódicas para integração entre a formação geral e a formação profissional. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação do turno de oferta
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar os turnos de oferta dos cursos às demandas regionais; • Analisar a adequação do turno de oferta do curso; • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores; • Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; • Vincular e adequar a oferta de cursos às especificidades e demandas locais. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação do horário de aulas integral (manhã e tarde)
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar os turnos de oferta dos cursos às demandas regionais e às especificidades do estudante; • Organizar currículo que permita maior autonomia ao estudante e oportunidades de reforço e especialização; • Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante; 	

<ul style="list-style-type: none"> Vincular e adequar a oferta de cursos às especificidades e demandas locais. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.)	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação da organização do ensino em ciclo bimestral
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Analisar a adequação da forma/modalidade e o turno de oferta do curso; Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos; Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; Vincular e adequar a oferta de cursos às especificidades e demandas locais. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Riscos (Fatores Específicos): Alta rotatividade de docentes em algumas disciplinas
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes; Incluir nos editais de concurso para professor mecanismos para fixação dos docentes, em especial nas instituições que estão distantes dos grandes centros urbanos; Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; Melhorar as condições de trabalho dos servidores; Promover ações para motivação dos professores; Realizar a recuperação paralela efetiva; Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Riscos (Fatores Específicos): Conflitos dentro da instituição
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> Estreitar a articulação entre a gestão administrativa e a assistência estudantil; Melhorar a comunicação interna de forma a minimizar os conflitos entre os servidores e os setores da instituição; Melhorar as condições de trabalho dos servidores; Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino; Promover ações para motivação dos professores 	

Perigo (Fatores Gerais): Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de fixação do docente na unidade de ensino
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Incluir nos editais de concurso para professor mecanismos para fixação dos docentes, em especial nas instituições que estão distantes dos grandes centros urbanos; • Instituir programas de estímulo à fixação de servidores em campus distantes dos grandes centros urbanos; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores; • Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino; • Promover ações para motivação dos professores; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Riscos (Fatores Específicos): Falta de assiduidade dos docentes
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a assiduidade dos docentes; • Documentar atrasos e ausências de docentes; • Promover ações para motivação dos professores; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Sensibilizar os docentes sobre a importância da pontualidade e da assiduidade como um dos fatores para a motivação dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Riscos (Fatores Específicos): Falta de docentes em algumas disciplinas
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Incluir nos editais de concurso para professor mecanismos para fixação dos docentes, em especial nas instituições que estão distantes dos grandes centros urbanos; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Instituir programas de estímulo à fixação de servidores em campus distantes dos grandes centros urbanos; • Realizar o planejamento da contratação de servidores docentes; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino	Riscos (Fatores Específicos): Falta de pontualidade dos docentes

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a pontualidade dos docentes; • Documentar atrasos e ausências de docentes; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Sensibilizar os docentes sobre a importância da pontualidade e da assiduidade como um dos fatores para a motivação dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Inclusão social e respeito à diversidade	Riscos (Fatores Específicos): Desrespeito da comunidade escolar à diversidade e inclusão social
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar a sociedade e a comunidade escolar quanto às políticas de ações afirmativas; • Ofertar cursos com horário e turno compatíveis com a demanda e disponibilidade dos estudantes, em particular os trabalhadores; • Ofertar ou ampliar a concessão de auxílio transporte; • Ofertar transporte escolar; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldade de obter material para execução de trabalhos e aulas práticas
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos e materiais necessários à realização de atividades práticas; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover ações para motivação dos professores; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Reformular os regulamentos de prática profissional. 	
Perigo (Fatores Gerais): Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Riscos (Fatores Específicos): Excesso de estudantes nas turmas
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	

<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilizar o número de alunos por turma com as atividades pedagógicas; • Fornecer atendimento individual aos estudantes; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover ações para motivação dos professores; • Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Realizar o planejamento da contratação de servidores docentes; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Riscos (Fatores Específicos): Falta de equipe técnico pedagógica multidisciplinar
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Riscos (Fatores Específicos): Falta de infraestrutura adequada na unidade de ensino
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a infraestrutura física e tecnológica necessárias às atividades de ensino e aprendizagem; • Estruturar laboratórios para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; • Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino; • Melhorar os espaços de estudo destinados aos estudantes; • Promover ações para motivação dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Riscos (Fatores Específicos): Falta de infraestrutura para atender às necessidades da permanência do estudante de período integral na escola
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver instrumentos de avaliação e diagnóstico que subsidiem as ações e programas que contribuem com a redução da evasão e retenção; • Implantar laboratórios de aprendizagem e laboratórios didático-pedagógicos; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Informar, criar e melhorar os espaços voltados para a convivência e os estudos pelos estudantes fora do horário de aula; • Melhorar as instalações físicas da unidade de ensino; • Melhorar os espaços de estudo destinados aos estudantes / Promover ações para motivação dos estudantes; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos oferecendo um plano de estudos personalizado segundo as possibilidades da instituição e de cada estudante. 	
Perigo (Fatores Gerais): Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Riscos (Fatores Específicos): Falta de acervo bibliográfico
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver política de aquisição e manutenção de acervo bibliográfico. 	
Perigo (Fatores Gerais): Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação do número de profissionais da equipe técnico pedagógica multidisciplinar
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a equipe multidisciplinar para assegurar o atendimento em todos os turnos e melhorar o acompanhamento junto aos estudantes com baixa frequência e alto índice de reprovação; • Garantir o funcionamento dos setores com atendimento aos estudantes em todos os turnos de aulas da unidade de ensino; 	

<ul style="list-style-type: none"> • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Modernizar o(s) sistema(s) de registro acadêmico possibilitando a organização de cursos estruturados em experiências pedagógicas diversificadas; • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Realizar o planejamento para contratação de servidores técnico-administrativos; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos. 	
Perigo (Fatores Gerais): Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação do processo seletivo por não contemplar as especificidades do curso e do público
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilizar o cronograma de resultados dos processos seletivos para acompanhamento do calendário nacional; • Realizar processos seletivos que atendam às especificidades do curso; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever a política de ingresso e os procedimentos de seleção da instituição. 	
Perigo (Fatores Gerais): Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Riscos (Fatores Específicos): Ingresso de estudante com ensino médio completo em curso integrado
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar dispositivos para evitar o ingresso de estudantes com ensino médio completo em cursos integrados ou concomitantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Processo de seleção e política de ocupação das vagas	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação de ingresso de estudantes após o início do período letivo devido à realização de múltiplas chamadas do processo seletivo
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilizar o cronograma de resultados dos processos seletivos para acompanhamento do calendário nacional; • Divulgar os processos seletivos em veículos de ampla cobertura; • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever a política de ingresso e os procedimentos de seleção da instituição. 	

Perigo (Fatores Gerais): Questões didático-pedagógicas	Riscos (Fatores Específicos): Problemas na metodologia de avaliação
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos; • Rever as práticas de ensino; • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho; • Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos; • Sensibilizar os docentes em relação ao foco para a prática profissional nos planos de ensino; • Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado. 	
Perigo (Fatores Gerais): Questões didático-pedagógicas	Riscos (Fatores Específicos): Complexidade dos currículos
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar o conceito de currículo integrado aos cursos; • Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Orientar sobre organização e técnicas de estudos, em especial para os estudantes ingressantes; • Parametrizar as matrizes curriculares dos cursos dentro da instituição para facilitar a mobilidade acadêmica; 	

- Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos;
- Realizar oficina de aprendizado e ensino para os componentes curriculares em que os estudantes apresentam dificuldades;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos;
- Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Questões didático-pedagógicas

Riscos (Fatores Específicos):
Dificuldades na relação docente-estudante

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito;
- Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes;
- Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar;
- Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Promover ações para motivação dos professores;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos (biopsicossocial e pedagógico);
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais;

<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado; • Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares; • Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes. 	
Perigo (Fatores Gerais): Questões didático-pedagógicas	Riscos (Fatores Específicos): Dificuldades na relação estudante-estudante
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Realizar diagnóstico para identificar possíveis problemas pessoais e familiares e dar os devidos encaminhamentos (biopsicossocial e pedagógico); • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais. 	
Perigo (Fatores Gerais): Questões didático-pedagógicas	Riscos (Fatores Específicos): Excesso de avaliações
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a organização de avaliações trimestrais/bimestrais dos cursos; • Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores; • Monitorar o desempenho dos estudantes e turmas por meio da frequência e do desempenho acadêmico; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar conselhos de classe periodicamente; 	

- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos;
- Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado.

Perigo (Fatores Gerais):
Questões didático-pedagógicas

Riscos (Fatores Específicos):
Excesso de cobrança dos professores

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional;
- Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes;
- Limitar a quantidade de atividades extraclasse;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- Promover ações para motivação dos estudantes;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Regulamentar institucionalmente a dependência com progressão parcial, o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos;
- Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Questões didático-pedagógicas

Riscos (Fatores Específicos):
Falta de atividades de recuperação paralela

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Desenvolver ações sistematizadas de suporte à aprendizagem, tais como: monitoria, curso de nivelamento, tutoria, grupos de estudo, educação tutorial, aulas de reforço e recuperação paralela;
- Fornecer atendimento individual aos estudantes;
- Monitorar o desempenho dos estudantes e turmas por meio da frequência e do desempenho acadêmico;
- Realizar a recuperação paralela efetiva;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos;
- Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado.

Perigo (Fatores Gerais): Questões didático-pedagógicas	Riscos (Fatores Específicos): Inadequação da metodologia de ensino ao perfil dos estudantes
--	---

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Desenvolver ações que ajudem o estudante a identificar o valor e a utilidade do estudo em sua vida por meio de atividades ligadas ao seu cotidiano;
- Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem;
- Promover orientações de estudos para melhor desempenho acadêmico por meio de um plano de estudos personalizado;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Reformular o currículo para adequar ao perfil do egresso;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos;
- Sensibilizar os docentes em relação ao foco para a prática profissional nos planos de ensino;

- Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado;
- Utilizar a pedagogia da alternância;
- Utilizar ambiente virtual de aprendizagem para ampliar o contato aluno-professor e para a disponibilização de atividades diversas para os componentes curriculares;
- Utilizar metodologia de ensino diversificada e motivacional adaptadas às especificidades dos estudantes.

Perigo (Fatores Gerais):
Questões didático-pedagógicas

Riscos (Fatores Específicos):
Inadequação da proposta pedagógica do curso

Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)

- Ampliar a participação dos estudantes nos conselhos de classe e órgãos colegiados dos cursos e da instituição;
- Atualizar e readequar o projeto pedagógico do curso tornando o conteúdo mais significativo para os estudantes;
- Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional;
- Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores;
- Realizar conselhos de classe periodicamente;
- Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos;
- Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos;
- Reformular o currículo para adequar ao perfil do egresso;
- Rever as práticas de ensino;
- Rever o projeto pedagógico de curso para adequar as metodologias de ensino e as matrizes curriculares ao mundo do trabalho;
- Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos;
- Revisar o perfil profissional de conclusão do curso com alinhamento às perspectivas da área profissional;
- Revisar os projetos pedagógicos de curso para adequar a prática profissional ao perfil do egresso;
- Revisar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos e sua adequação ao projeto político pedagógico institucional, plano de desenvolvimento institucional e regulamentações pedagógicas;
- Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado;
- Utilizar a pedagogia da alternância.

Perigo (Fatores Gerais): Questões didático-pedagógicas	Riscos (Fatores Específicos): Problemas didático-metodológicos
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o apoio pedagógico aos docentes; • Implementar ou ampliar ações de formação continuada e programas de qualificação didático pedagógica para os docentes, em particular para os ingressantes; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Melhorar as condições de trabalho dos servidores; • Programar e ministrar aulas diversificadas que relacionem os conteúdos estudados com o cotidiano do estudante, dando significado ao processo de ensino e aprendizagem; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar conselhos de classe periodicamente; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever as práticas de ensino; • Rever ou atualizar os procedimentos de avaliação para que seja contínua e em conformidade com uma proposta pedagógica emancipatória, com a prevalência dos critérios qualitativos sobre os quantitativos; • Sensibilizar os docentes em relação ao foco para a prática profissional nos planos de ensino; • Trabalhar a relação docente-estudante, com o objetivo de melhorar o diálogo e ampliar os espaços em que os estudantes possam sugerir práticas escolares mais eficientes para o seu aprendizado; • Utilizar a pedagogia da alternância. 	
Perigo (Fatores Gerais): Relação escola-família	Riscos (Fatores Específicos): Falta de apoio da família no processo ensino aprendizagem
Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)	
<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar a família para estimular os estudos; • Encaminhar e incentivar a participação dos estudantes em monitorias, tutorias, grupos de estudo, aulas de reforço e atendimentos individualizados e outras ações de desenvolvimento cognitivo; • Estimular o compromisso do estudante no acompanhamento do curso; • Fornecer orientação psicopedagógica por meio do acompanhamento aos discentes, assistência estudantil, aconselhamento, incentivo e apoio para permanência e conclusão do curso com êxito; • Implementar práticas curriculares e pedagógicas que fortaleçam o ambiente escolar como espaço acolhedor, colaborativo, estimulador da aprendizagem e inclusivo e que 	

<p>promova a formação cidadã e o desenvolvimento autônomo e coletivo dos estudantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares / Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Promover ações para motivação dos estudantes; • Promover espaços de diálogos e ações sobre os temas próprios da adolescência para a comunidade escolar; • Realizar a recuperação paralela efetiva; • Realizar ações que fortaleçam os laços e a comunicação entre a família e a escola; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho. 	
<p>Perigo (Fatores Gerais): Relação escola-família</p>	<p>Riscos (Fatores Específicos): Falta de projetos concatenados que aproximem a escola, a comunidade e a família dos estudantes</p>
<p>Ações de Intervenção (Medidas administrativas, coletivas ou individuais)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma política de divulgação institucional que envolva a realização de eventos; • Elaborar e executar projetos de extensão com envolvimento da comunidade estudantil; • Estabelecer parcerias entre a instituição de ensino e as demais instituições da sociedade civil (empresariais, culturais, políticas, sociais) para divulgação dos cursos e sua importância para o desenvolvimento local e regional; • Estruturar observatórios do mundo do trabalho, com vistas à articulação e divulgação de oportunidades de trabalho e emprego; • Implementar cursos de formação de gestores em gestão educacional; • Incentivar a participação mais efetiva da família no contexto escolar; • Incentivar o serviço público e privado para criação de vagas destinadas a egressos dos cursos; • Incentivar os estudantes a participarem de atividades acadêmicas e extracurriculares; • Instituir, apoiar e fortalecer a associação de pais; • Prever sistema de comunicação com os pais, em especial aqueles que não têm como comparecer à escola; • Prover formas de interação do estudante com o mundo do trabalho; • Realizar ações que fortaleçam os laços e a comunicação entre a família e a escola; • Realizar estudo/caracterização sobre o desenvolvimento e as demandas produtivas regionais para planejamento adequado da instituição para oferta de cursos; • Realizar reuniões periódicas dos órgãos colegiados dos cursos; • Rever procedimentos e formatos de aproximação e das reuniões de pais; • Trabalhar técnicas de estudo e pesquisa com os estudantes. 	

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 13, Inventário de Riscos, corresponde à consolidação das fases iniciais da Gestão de Riscos. A apresentação no corpo da pesquisa justifica-se por ser parte da modelagem para facilitar a compreensão das etapas anteriores e por responder à pergunta da

pesquisa: quais propostas podem auxiliar para a redução do índice de evasão escolar na RFEPCT?

As ações sistematizadas no Quadro 13 irão otimizar a criação/reestruturação dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção de Permanência e Êxito da RFEPCT, facilitar a identificação dos fatores de riscos e as ações a serem observadas ao implementar a modelagem em estudo.

Destarte, considerando as sugestões do Inventário de Riscos, para a construção do Plano de Ação, cada instituição deverá elencar os riscos e as medidas identificadas na sua estrutura e estabelecer as ações preventivas, corretivas e/ou de monitoramento, bem como os responsáveis pelas ações.

Deve-se considerar, ainda, o estabelecimento do período para realização de cada ação, considerando a classificação de prioridade determinada na etapa de avaliação dos riscos.

Uma ferramenta importante para auxiliar na construção do Plano de Ação é o método 5W2H que, conforme Meira (2003) permite, de forma simples, estabelecer as informações necessárias para um suporte estratégico quando se desenvolve um plano que precisa ser detalhado e preciso nas descrições das atividades a serem desenvolvidas.

A escolha do método a ser utilizado é opcional. O essencial é o desenvolvimento do Plano de Ação, que faz parte da fase de Tratamento dos Riscos.

O Quadro 14 apresenta um modelo de Plano de Ação para auxiliar na implementação da modelagem em estudo.

Quadro 14 - Plano de Ação

Nº	O Quê? (Ação)	Por quê? (Objetivo)	Onde? (Local / Situação)	Quem? (Responsável)	Como?	Quando? (Início)	Quanto custa?	Status
1								
2								
3								

Fonte: Adaptado método 5W2H.

A primeira coluna, O QUÊ, corresponde à ação que será implementada. De acordo com o risco - dificuldade de transporte para a instituição, definido como exemplo anteriormente, temos como propostas a serem implementadas para essa situação, conforme relacionadas no Apêndice A: adequar os horários das aulas à disponibilidade de transporte

público / articular, junto aos setores responsáveis pelo transporte público, medidas de ampliação e melhoria de qualidade no serviço prestado (horário, oferta, mais pontos, itinerário) / divulgar informações sobre programas de apoio aos estudantes / implementar o suporte alimentar e residencial / moradia estudantil para estudantes oriundos de regiões afastadas da unidade de ensino / implementar ou ampliar a concessão de benefícios da política de assistência estudantil que contemplem as especificidades dos estudantes / ofertar transporte escolar / sensibilizar o estudante sobre a importância do estudo para o mundo do trabalho / sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso.

As propostas descritas no Quadro 13 deverão ser transformadas em ações de acordo com as condições técnicas, financeiras, administrativas e organizacionais de cada instituição. Quanto maior o número de ações implementadas, menor o potencial de risco.

Ao escolher a proposta: sensibilizar os docentes em relação ao perfil dos estudantes do curso haveria na primeira coluna, O QUÊ, a proposta transformada em ação: reunir os docentes do curso / instituição para apresentar as dificuldades dos estudantes em relação ao transporte. Essa ação objetiva sensibilizar os docentes que as faltas e os atrasos, por exemplo, podem estar relacionados ao fator dificultador, ou seja, ao transporte.

A segunda coluna, POR QUÊ, deve explicar a motivação de implementar a proposta relacionada no Plano de Ação. Para o exemplo citado, pode-se dizer que a sensibilização do professor facilitaria o acompanhamento da vida escolar do estudante, de forma a conduzir uma melhor metodologia para atender a especificidade desse aluno.

Na terceira coluna, ONDE, é preciso descrever o local em que a ação será executada. Caso seja uma reunião com os docentes para sensibilização, pode-se colocar sala de reuniões.

Em seguida, na quarta coluna, QUEM, é necessário relacionar o responsável por essa ação. Fica a critério da instituição a escolha do perfil responsável por essa ação, pode ser o coordenador de curso, o coordenador de ensino ou equivalente, o representante do setor pedagógico ou outro.

Na quinta coluna, COMO, deve-se descrever como a ação será executada. Conforme o exemplo, poderia ser por meio de convocação. É preciso atentar quanto à disponibilidade do maior número de docentes para que a ação seja efetiva. Isso vale para as demais ações que envolvem a participação do coletivo.

A sexta coluna, QUANDO, é para estabelecer a data da reunião de sensibilização. Pode-se colocar nessa coluna o início e o término de uma determinada ação.

A sétima coluna, QUANTO CUSTA, exige um detalhamento do valor a ser investido para a realização da ação. No caso em análise, é uma ação sem custo. Mas ao relacionar uma ação que envolva investimento, é preciso detalhar.

Por fim, a coluna STATUS, que serve para monitoramento da ação de forma a acompanhar a sua implementação. Pode ser preenchida como: concluída, em execução, em atraso, adiada.

O Plano de Ação é uma formalização depois de todo o processo de análise e discussões. É preciso que seja feito de forma clara e objetiva. Não adianta estabelecer ações impossíveis de serem alcançadas com os recursos dos quais a instituição não dispõe.

Após a elaboração do Plano de Ação, a etapa seguinte da gestão de riscos dentro da modelagem é o monitoramento e análise crítica. Essa fase consiste em verificar de forma contínua se a implementação das ações e o resultado das medidas estão dentro do esperado. É preciso construir um mecanismo de monitoramento, caso contrário, as ações poderão ficar apenas no papel ou não serem efetivas. A criação de uma comissão para acompanhamento das ações descritas no Plano de Ação é de extrema importância, pois permitirá a atualização permanente da modelagem.

De acordo com a ABNT NBR ISO 31000 (2018, p. 16), “convém que monitoramento e análise crítica ocorram em todos os estágios do processo. [...] incluem planejamento, coleta e análise de informações, registro de resultados e fornecimento de retorno”.

Dessa forma, caso sejam identificadas alguma alteração ou mudança nos processos descritos, essa situação deverá ser reportada à pessoa responsável pela implementação da modelagem para que seja mantido o fluxo contínuo da gestão de riscos dentro da instituição.

Por fim, tem-se a etapa final, que consiste na comunicação e consulta. Essa etapa é fundamental, pois permite que as informações sejam divulgadas e alcancem o maior número de pessoas envolvidas no processo.

A comunicação e a consulta buscam obter o maior número de informações possíveis para auxiliar na tomada de decisão. É necessário que diferentes pontos de vista sejam considerados nessa etapa e que a comunicação aconteça de forma interna e externa em todas as fases do processo, conforme a ABNT NBR ISO 31000 (2018).

A principal característica que torna a gestão de riscos efetiva ao ser implementada é o envolvimento de todas as partes interessadas. Em uma instituição de ensino, é preciso que todos falem a mesma língua, da recepção ao financeiro, da secretaria ao setor pedagógico, do aluno ao professor.

Dessa forma, seguindo as diretrizes da Norma ISO 31000, desenvolveu-se uma modelagem de gerenciamento de riscos que irá viabilizar a implementação de ações preventivas nas instituições da RFEPECT para controle e monitoramento dos fatores associados à evasão escolar.

CAPÍTULO 4

PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo destina-se à apresentação do Produto Educacional que é resultado da dissertação intitulada: **GESTÃO DE RISCOS APLICADA AO PROCESSO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO ESTUDANTIL NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: uma análise propositiva baseada na ABNT NBR ISO 31000.**

4.1 Apresentação do Produto Educacional

O produto educacional está previsto no regulamento do Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM (*Campus Uberaba*).

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, deve-se elaborar um produto, fruto da atividade de pesquisa realizada no programa.

Assim, tem-se como resultado do presente trabalho o produto intitulado como: **Guia de monitoramento para permanência e êxito.**

Esse guia é resultado de uma modelagem desenvolvida com base no levantamento dos principais fatores associados à evasão escolar da RFEPCT.

A sua elaboração não finaliza as discussões e pesquisas sobre evasão escolar, mas é de extrema relevância para nortear as ações institucionais e, assim, identificar as medidas prioritárias. Dessa forma, ganham as instituições e a sociedade, com o uso adequado dos recursos públicos; e os estudantes, com a maior perspectiva de êxito no curso escolhido.

A modelagem desenvolvida e transformada em guia tem como premissa servir de apoio para gestores e demais setores envolvidos no processo educacional para embasar as decisões dentro da temática da evasão escolar e pode ser replicada e utilizada por toda a RFEPCT.

A implementação desse guia é uma ação preventiva que tem como diferencial a busca contínua pela redução dos fatores causadores do insucesso do estudante. Ao gerenciar os fatores adversos que comprometem a permanência e êxito, a instituição alcançará melhores resultados no seu processo de ensino-aprendizagem.



**GESTÃO DE RISCOS APLICADA AO PROCESSO DE
PERMANÊNCIA E ÊXITO NA REDE FEDERAL:
Uma análise baseada na ISO 31000**

Guia de monitoramento para permanência e êxito

Escopo, Contexto, Critério

Selecionar o objeto de estudo



A primeira fase consiste no planejamento, estudo, compreensão das atividades e detalhamento dos contextos internos e externos.



Nesta fase é preciso definir o objeto de estudo: um curso, uma turma, nível de ensino ou instituição. A estrutura dessa modelagem deverá ser adaptada ao objeto de estudo definido. Deve-se levar em consideração as especificidades do ambiente. Nesse momento é preciso realizar um levantamento diagnóstico das informações dos estudantes retiradas do socioeconômico, por exemplo, porque alguns fatores de risco estão atrelados às vulnerabilidades dos estudantes como: questões financeiras, residência distante da instituição, pessoa com deficiência, entre outras. Por isso é importante que na fase inicial seja definido o escopo, contexto e critérios que permitirão uma melhor compreensão das atividades em estudo e das condições da instituição.

Após definir o escopo, estabelecer o contexto e definir os critérios, é preciso analisar se as informações levantadas foram suficientes para a identificação dos fatores gerais que podem comprometer a permanência e êxito dos estudantes. Em caso negativo é preciso buscar novas informações para complementar a fase inicial. Somente com escopo, contexto e critério bem definidos e alinhados será possível uma gestão eficaz.



A Comunicação e Consulta é uma fase que auxilia as demais etapas da gestão de riscos. Tem como propósito promover a conscientização para auxiliar na tomada de decisão. Deve-se voltar a essa fase sempre que precisar de mais informações e entendimento sobre algum assunto.

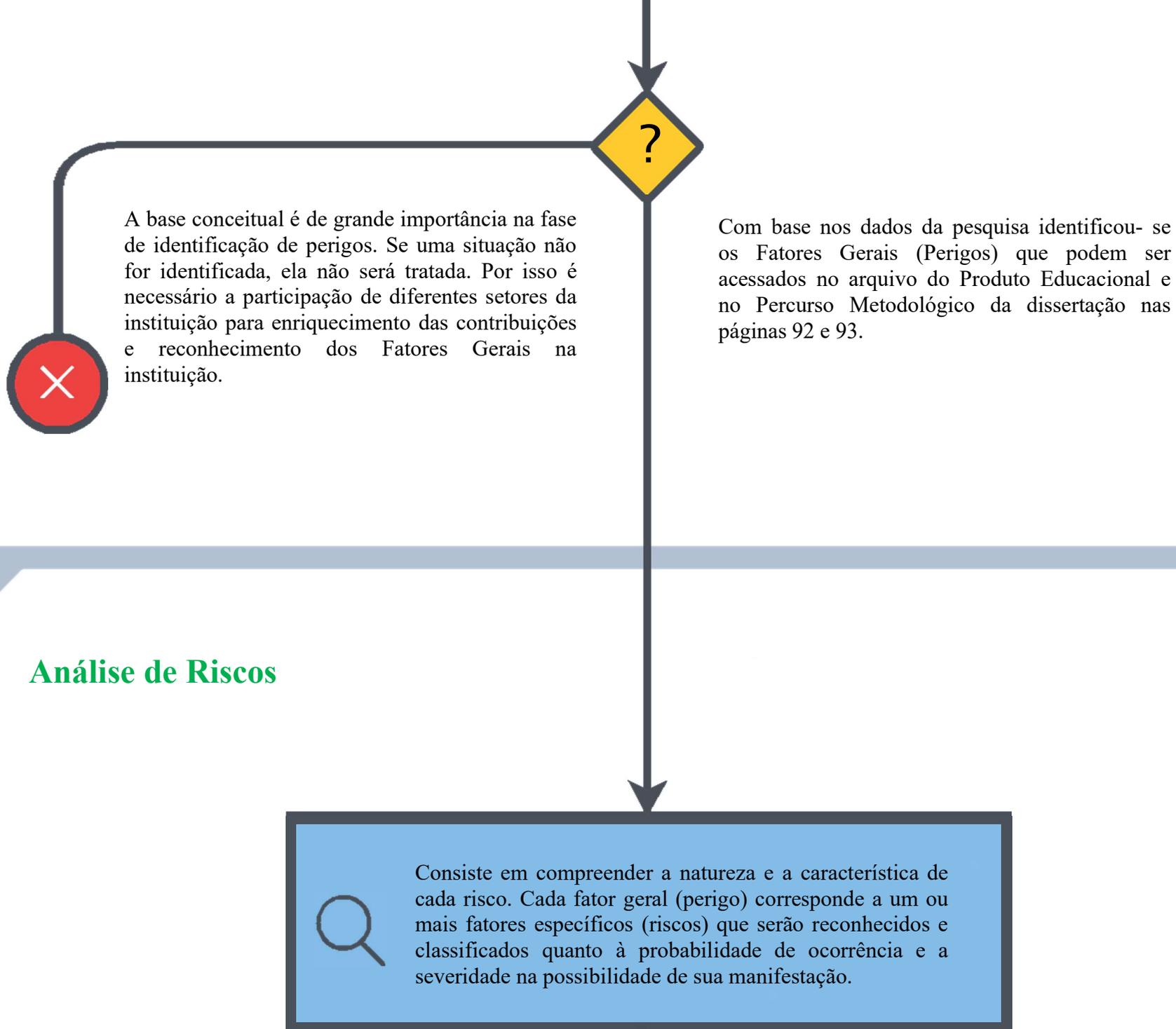


Se a instituição apresentar uma base conceitual bem definida, capaz de conseguir identificar os fatores de risco associados à evasão escolar poderá seguir para a próxima etapa.

Identificação de Perigos



Consiste em identificar, reconhecer e descrever os perigos associados a não permanência do estudante na instituição. Para essa modelagem, os perigos foram nomeados como Fatores Gerais e categorizados em: fatores individuais, internos e externos.



Para descrever as características de análise dos quadros de probabilidade e severidade deve-se observar todas as condições em relação à probabilidade e severidade de ocorrência do risco na concepção geral. Somente após essa descrição será possível fazer a contextualização conforme o objeto em estudo.

Nessa fase de Análise de Riscos é essencial conhecer os fatores específicos que comprometem a permanência do estudante para que se tenha condições de realizar uma análise mais assertiva. A falta de conhecimento impedirá que se faça uma classificação precisa dos riscos reconhecidos na instituição. O que pode resultar em uma classificação incoerente.



PROBABILIDADE		EXEMPLOS DE CONDIÇÕES PARA AVALIAÇÃO DA PROBABILIDADE	
Classificação	Nível	Quanto ao histórico das causas	Quanto às medidas de prevenção e controle implementadas
Altamente improvável	1	Nenhuma reprovação, retenção ou evasão nos últimos quatro anos.	Mais de três medidas de prevenção e controle implementadas.
Improvável	2	Uma reprovação, retenção ou evasão nos últimos quatro anos.	Uma até três medidas de prevenção e controle implementadas.
Provável	3	Duas ou mais reprovações, retenções ou evasões nos últimos.	Nenhuma medida de prevenção e controle implementada.



Cada fator específico reconhecido na instituição deverá ser graduado em relação à probabilidade de ocorrência e depois em relação à severidade.

- As colunas do Quadro de Probabilidade servem de parâmetro, mas podem ser modificadas. Ao relacionar um fator específico deve-se perguntar quanto ao histórico das causas associadas a esse fator ou quanto às medidas de prevenção existentes na instituição. Para qualquer fator identificado, se não existe nenhuma medida de prevenção implementada na instituição, o nível de probabilidade desse Fator específico que está sendo graduado é 3.

SEVERIDADE		EXEMPLOS DE EFEITOS PARA AVALIAÇÃO DA
Classificação	Nível	Quanto a vulnerabilidade
Levemente prejudicial	1	Até 05% dos estudantes em uma ou mais situações vulneráveis.
Prejudicial	2	Entre 05% a 10% dos estudantes em uma ou mais situações vulneráveis.
Extremamente Prejudicial	3	Mais de 10% dos estudantes em situações vulneráveis.

Feita a gradação da probabilidade é preciso graduar o Fator Geral (Perigo) quanto à severidade. Os mesmos fatores graduados quanto à probabilidade serão graduados conforme o Quadro de Severidade.

Para essa etapa é preciso que a instituição tenha feito o levantamento diagnóstico da sua realidade institucional.

Ao graduar o fator geral quanto à severidade, adotou-se, nessa modelagem, o critério de vulnerabilidade, mas pode ser modificado. Nesse caso, se identificar que para um determinado fator tem-se na instituição, curso ou nível de ensino, mais de 10% de estudantes em situação vulnerável ou mais de 10% de estudantes que tenham relatado dificuldade em relação ao fator em análise, deve-se graduá-lo como extremamente prejudicial, nível 3.

Definir a classificação da probabilidade e da severidade de todos os fatores específicos reconhecidos na instituição.

Avaliação de Riscos



A avaliação de riscos envolve a comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios definidos. A avaliação é feita com base na matriz de riscos que foi elaborada considerando duas variáveis: probabilidade e severidade. Nessa fase será feita a categorização dos níveis de riscos. É por meio dessa matriz que será estabelecido a prioridade do risco em relação às medidas a serem adotadas pela instituição.



A condição de não conseguir avaliar os riscos é a ausência da classificação da probabilidade e severidade de cada risco reconhecido na instituição. A falta de parâmetros conceituais para definir o que é ou não aceitável na instituição em relação à permanência e êxito do estudante é outro aspecto que precisa ser considerado.

A matriz deve ser construída com base nas gradações definidas para a probabilidade e a severidade. Também é necessário definir a classificação dos níveis de riscos conforme a sua tolerância e representar na matriz os diversos níveis mediante cores diferentes.

PROBABILIDADE	3 PROVÁVEL	RISCO MÉDIO 3	RISCO ALTO 6	RISCO CRÍTICO 9
	2 IMPROVÁVEL	RISCO BAIXO 2	RISCO MÉDIO 4	RISCO ALTO 6
	1 ALTAMENTE IMPROVÁVEL	RISCO IRRELEVANTE 1	RISCO BAIXO 2	RISCO MÉDIO 3
		1 LEVEMENTE PREJUDICIAL	2 PREJUDICIAL	3 EXTREMAMEN- TE PREJUDICIAL
		SEVERIDADE		

Com as duas gradações identificadas na fase de Análise de Risco é possível encontrar na matriz de Avaliação de Risco a classificação do nível de risco.

Exemplo: Um fator individual (x):
Probabilidade – 2
Severidade – 3

Classificação na matriz: 6 (Risco Alto). Para estabelecer as prioridades de ação é preciso classificar todos os fatores de riscos que foram identificados no ambiente.

Após identificar o nível de risco, verificar a ação e cronograma, conforme o quadro a seguir.



Índice do nível de risco	Nível de risco	Ação e Cronograma	Texto Resumido
1	Irrelevante	Esses riscos são considerados aceitáveis. Nenhuma ação adicional é necessária além de garantir que as ações já adotadas sejam mantidas.	Risco irrelevante ou trivial. Nenhuma ação adicional necessária. Manter as ações preventivas adotadas.
2	Baixo	Não são necessários controles adicionais, a menos que possam ser implementados a um custo muito baixo (em termos de tempo, dinheiro e esforço). Ações para reduzir ainda mais esses riscos são atribuídas baixa prioridade. Devem ser tomadas providências para garantir que os controles sejam mantidos.	Melhorar os controles somente se uma alternativa de baixocusto estiver disponível. Manter as ações atuais.
3 e 4	Médio	Considerar se os riscos podem ser reduzidos para o nível de risco tolerável ou trivial, mas levando em consideração os custos necessários. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro de um período tempo médio. Devem ser tomadas providências para garantir que os controles sejam mantidos, principalmente se os níveis de risco estão associados a severidade prejudiciais ou extremamente prejudiciais.	Avaliar medidas extras para reduzir o nível de risco, mas avaliando os custos. Definir prazo de tempo médio. Se a severidade for prejudicial ou extremamente prejudicial, tomar providências para garantir que os controles atuais sejam mantidos.
6	Alto	Esforços substanciais devem ser feitos para reduzir o risco. As medidas de redução de risco devem ser implementadas dentro de um período menor e pode ser necessário restringir a atividade, ou aplicar medidas provisórias de controle de risco, até que o controle adicional seja implementado. Recursos consideráveis podem ter de ser alocados. Deve-se tomar providências para garantir que os controles sejam mantidos, particularmente se os níveis de risco estiverem associados a severidade extremamente prejudiciais ou prejudiciais.	Reduzir o risco com novas medidas preventivas urgentemente. Avaliar restringir a atividade. No caso de restrição, aplicar medidas adicionais provisórias. Alocar recursos consideráveis.
9	Crítico	Esses riscos são inaceitáveis. São necessárias melhorias substanciais nos controles de risco, para que seja reduzido a um nível tolerável ou aceitável. A atividade deve ser interrompida até que sejam implementados controles de risco que reduzam o risco para que ele deixe de ser muito alto. Se não for possível reduzir o risco, a atividade deve permanecer proibida.	Risco inaceitável. Parar imediatamente a atividade. A atividade não pode voltar enquanto o risco não for controlado.

Classificar os fatores específicos (riscos) em ordem decrescente, conforme índice do nível de risco. Em caso de mesmo índice de nível de riscos em mais de um fator específico, deve-se adotar um critério de desempate na classificação. (Exemplo: menor investimento nas medidas programadas, facilidade de correção ou menor tempo para implantação das medidas).

Tratamento de Riscos



O objetivo dessa fase é escolher e aplicar alternativas para lidar com os riscos identificados. Envolve um processo iterativo de planejar ações e implementar o tratamento do risco, avaliar a eficácia do tratamento, realizar tratamento adicional quando necessário. É preciso avaliar as condições da instituição para arcar com o investimento das ações propostas e balancear os benefício ou desvantagens da implementação.

Para uma melhor organização das atividades a serem implementadas de acordo com a ordem de prioridade definida por essa modelagem deve-se elaborar o Plano de Ação e elencar os riscos e as medidas de intervenção que foram relacionadas na fase de Tratamento.



Após a definição do nível de risco para todos os fatores que foram analisados e a classificação por ordem de prioridade (maior o nível, maior a prioridade nas ações a serem implementadas) deve-se identificar as medidas de intervenção para cada um. A sugestão das medidas de intervenção encontra-se no Quadro 13 da dissertação e no arquivo digital do Produto Educacional.



Deve-se construir um Plano de Ação considerando todas as ações que foram classificadas na etapa anterior. No entanto, é preciso organizá-las em ordem decrescente. Quanto maior a classificação, maior o risco.

Nº	O Quê? (Ação)	Por quê? (Objetivo)	Onde? (Local / Situação)	Quem? (Responsável)	Como?	Quando? (Início)	Quanto custa?	Status
1								
2								
3								

Monitoramento e Análise Crítica

 O monitoramento e análise crítica é uma fase da gestão. Assim como a comunicação e consulta devem acompanhar as demais fases em todos os períodos, essa fase, após a implementação das ações, é obrigatória para verificar se as medidas de intervenção são eficazes ou se necessitam de revisão e novas ações

Verificar a eficácia das ações de prevenção e correção implementadas de forma permanente.



PERMANÊNCIA E ÊXITO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade da evasão escolar discutida em diversas pesquisas pode ser comprovada quando se inicia um estudo envolvendo essa temática.

Ao longo desta pesquisa, pode-se identificar esse desafio complexo que requer atenção, planejamento, investimento e ações estratégicas para o enfrentamento de forma eficaz.

A cada pesquisa sobre o assunto, é uma esperança que se renova, pois a busca pela compreensão das causas que levam o estudante a não permanecer em uma instituição de ensino é uma constante na educação. Sonhamos com o dia em que a educação de fato transformará a realidade de todos os cidadãos, mas para isso é preciso garantir, no mínimo, a permanência e o êxito dos estudantes que ingressam nas nossas instituições, sejam elas públicas ou privadas.

Nesse contexto, voltamos a nossa atenção para a RFEPCT, após uma auditoria realizada pelo TCU evidenciar que a evasão escolar é um problema vivenciado pela rede de ensino.

Dessa forma, considerando toda a importância da Educação Profissional Tecnológica no país, a pesquisa teve como objetivo principal: investigar, de forma analítica e propositiva, os aspectos do fenômeno da evasão escolar para o desenvolvimento de uma metodologia de gestão de riscos, controle e monitoramento na RFEPCT.

A modelagem de gestão de riscos amparou-se nas diretrizes da Norma ISO 31000. A escolha dessa metodologia de gestão fundamentou-se em dois aspectos principais: o primeiro é que a gestão de riscos se tornou em 2016, por meio da Instrução Normativa Conjunta nº 1, uma determinação legal a ser adotada por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para o gerenciamento dos seus processos. Já o segundo aspecto diz respeito à credibilidade da Norma ISO 31000 por ser reconhecida mundialmente e ter como referência a característica de oferecer uma abordagem que gerencia riscos de qualquer natureza, além de possuir uma estrutura consistente e de fácil entendimento.

Assim, para a construção da modelagem, foi preciso buscar na história da RFEPCT todo o escopo, contexto e os critérios necessários para a compreensão do problema, ou seja, a evasão escolar.

Ao investigar de forma analítica e propositiva os aspectos da evasão escolar, são identificadas as diferentes concepções associadas ao fenômeno que, conforme a pesquisa, explicam as diferentes acepções associadas ao termo, o que justifica a pluralidade de conceitos concatenados à evasão escolar.

Destarte, identificaram-se três concepções, quais sejam: a que emerge do conceito elaborado pela Comissão Especial do MEC e, assim, relaciona a evasão como a saída do estudante do curso, da instituição ou do sistema educacional; a segunda matriz considera os fatores como integração social, amparo acadêmico e outros aspectos sociais; e a terceira concepção considera a evasão apenas no contexto excludente independentemente da vontade do estudante.

Partindo dessas matrizes, foi possível identificar na literatura os diferentes aspectos e conceitos associados à evasão escolar. Dessa maneira, chegou-se ao entendimento de que a evasão escolar é a quebra do vínculo do estudante com a instituição de ensino. O que difere são as motivações de cada ruptura e o tempo em que acontece.

Considerando o objetivo principal da pesquisa, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os fatores individuais, internos e externos associados à evasão escolar da RFEPCT; b) Analisar as bases conceituais dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção com o propósito de identificar as teorias, conceitos e fundamentos utilizados nos documentos; c) Apresentar propostas para a redução do índice de evasão escolar, em consonância com a Norma ISO 31000; d) Verificar as diretrizes para a gestão de riscos, conforme a Norma ISO 31000; e) Elaborar, como produto educacional, uma Modelagem de Gestão de Riscos baseada na Norma ISO 31000, tendo em vista a permanência e o êxito estudantil na RFEPCT.

Os objetivos foram alcançados. Por meio da pesquisa, foi possível identificar os fatores individuais, internos e externos associados à evasão escolar da RFEPCT bem como responder à pergunta da pesquisa: quais os motivos pessoais, institucionais e sociais que levam o estudante a evadir? Os fatores levantados no Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na RFEPCT e os estudos realizados nas instituições, bem como os Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, apontam que as causas individuais identificadas associam-se às questões de adaptação à vida acadêmica, capacidade de aprendizagem e habilidade de

estudo; compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção; encanto ou motivação com o curso escolhido; escolha precoce da profissão; qualidade da formação escolar anterior; informação a respeito do curso; outras questões de ordem pessoal ou familiar; participação e envolvimento em atividades acadêmicas; personalidade; questões de saúde do estudante ou de familiar; e questões financeiras do estudante ou da família.

Percebe-se que esses fatores estão relacionados às características individuais de cada estudante e ao seu contexto de vida e as principais motivações que o levam a evadir são: dificuldades no ambiente acadêmico, problemas de saúde, conflitos pessoais e familiares, dificuldade em gerenciar o tempo para o estudo.

Na abrangência da gestão de riscos, esses fatores precisam ser considerados pela instituição de ensino, pois, ainda que sejam de cunho individual, é possível gerenciá-los de forma precoce e oferecer o suporte necessário para minimizar os efeitos dentro da instituição, seja por meio de grupos de estudo para superação das dificuldades acadêmicas, implementação de programas de monitoria, orientação profissional, diagnóstico no início do curso para identificar as dificuldades, ações coletivas para auxiliar a integração social, acompanhamento dos problemas de saúde e encaminhamento os estudantes para os serviços adequados, quando necessário. Essas são algumas ações específicas, mas a pesquisa apresenta o direcionamento de diversos outros fatores individuais levantados na RFEPCT.

Quanto aos fatores externos, a pesquisa relacionou: avanços tecnológicos, econômicos e sociais; conjuntura econômica e social; oportunidade de trabalho para egressos do curso; políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior; questões financeiras da instituição; reconhecimento social do curso; e valorização da profissão.

Os fatores externos estão relacionados ao contexto familiar, cultural, socioeconômico e educacional do estudante, com aspectos que podem impactar, significativamente, a sua permanência na escola. Todavia, é possível a instituição de ensino implementar ações de forma planejada e estruturada para que o estudante consiga equilibrar esses fatores sociais, familiares e econômicos na sua jornada acadêmica.

Por fim, os fatores internos à instituição que comprometem a permanência e o êxito estudantil: atualização, estrutura e flexibilidade curricular; cultura institucional de valorização da docência; existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria); formação do professor;

gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.); gestão administrativa e financeira da unidade de ensino; inclusão social e respeito à diversidade; infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino; motivação do professor; processo de seleção e política de ocupação das vagas; questões didático-pedagógicas; e relação escola-família.

Os fatores internos estão diretamente ligados à experiência do estudante com a instituição de ensino e as situações que se desmembram dessa relação. A relação que se estabelece é entre o aluno e a instituição.

Ainda que a instituição de ensino não seja responsável por todos os fatores que comprometem a permanência do estudante, é possível perceber que a escola tem um papel fundamental na garantia do direito do cidadão de permanecer no ambiente escolar. Os fatores individuais podem ser influenciados por ações institucionais, assim como os fatores externos podem ser amenizados com as ações implementadas pela escola.

A pesquisa nos mostra que o elo a ser fortalecido precisa ser a instituição de ensino, porque ela é a estrutura que sustenta os demais fatores que levam à evasão escolar, mas, sem políticas públicas devidamente dimensionadas para o problema em pauta, não é possível implementar ações estratégicas de combate à evasão escolar. A responsabilidade do Estado em garantir a permanência do estudante na instituição é repassada para a escola, que precisa se organizar para enfrentar o problema em todas as suas dimensões, pois os motivos associados à evasão estudantil variam de acordo com cada perfil de estudante.

Por isso, as motivações pessoais, institucionais e sociais são diferentes. Respondendo à pergunta da pesquisa, citam-se os principais motivos pessoais identificados pelo estudo: falta de interesse, problemas financeiros, dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde, falta de suporte familiar, necessidade de trabalhar, entre outros. Em relação aos motivos institucionais, destacam-se: infraestrutura inadequada, falta de apoio acadêmico, falta de flexibilidade nos horários de aula, excesso de carga horária, falta de apoio pedagógico, falta de assiduidade dos docentes e outros. Além disso, os motivos sociais atrelados à falta de perspectiva profissional, vulnerabilidade social, cultural e econômica do estudante, falta de acesso aos serviços públicos sociais e de saúde e outros.

A análise dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção foi um objetivo estabelecido com o propósito de se conhecer previamente a bagagem conceitual sobre evasão escolar das instituições que

elaboraram o documento, conforme a solicitação feita pela SETEC, além de identificar as causas associadas à evasão de cada instituição, que foram essenciais para o desenvolvimento da modelagem, e compreender as instituições nos seus contextos, escopos e critérios para modelar os fatores existentes que comprometem a permanência. Quando se tem a proposta de desenvolver uma modelagem de gestão de riscos na RFEPCT, é preciso se certificar que as respectivas instituições estejam em sintonia em relação à compreensão do problema em estudo.

Na prática, temos uma modelagem que poderá ser implementada pelas instituições da RFEPCT de acordo com as suas características. No entanto, a recomendação é que, ao implementar, a instituição tenha um diagnóstico da sua realidade. A elaboração do plano estratégico é uma importante ferramenta, pois permite reconhecer as causas específicas associadas à evasão escolar de cada unidade.

Nesse contexto, a base conceitual utilizada tem uma característica importante de fornecer informações de estudos e pesquisas que permitem uma compreensão do problema para que os fatores de risco sejam mais facilmente reconhecidos *in loco*.

Tem-se como exemplo o reconhecimento das situações de vulnerabilidade social e econômica dos estudantes como fator que compromete a permanência na escola. França et al. (2020) descrevem sobre esse aspecto e apontam a importância das políticas públicas para atendimento dessa necessidade. Essa constatação partiu de um estudo sobre a temática, o que nos leva a refletir que a implementação de uma modelagem de riscos envolve não apenas a estrutura de um modelo elaborado, mas também o conhecimento de todo um contexto que precisa ser atualizado de forma contínua, pois as situações mudam, novas realidades são inseridas no ambiente educacional e precisam ser adicionadas ao modelo de gestão implementado.

Assim, conforme o exemplo citado, fica evidente que a escola precisa monitorar os grupos de vulnerabilidade e direcionar os auxílios como forma de promover a permanência desses grupos na instituição. Essa estratégia não seria considerada se não tivesse sido pontuada em algum estudo e observada pela instituição na elaboração do seu Plano Estratégico.

Dessa forma, realizou-se a análise da base conceitual dos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção e das causas associadas à evasão escolar de cada unidade, e a conclusão, dentro das características de gestão de riscos, é de que os planos apresentam uma estrutura com autores que conseguem contextualizar de forma muito clara os aspectos da evasão escolar. No

entanto, a orientação para implementar um modelo de gestão é rever e aprimorar continuamente essa base.

Ainda nessa temática, a análise dos planos permitiu responder à pergunta da pesquisa: quais as teorias, conceitos e fundamentos foram comumente adotados nos Planos Estratégicos de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção? Conforme os planos a que tivemos acesso, pode-se observar que muitos institutos utilizaram o texto da Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que destaca a importância da igualdade de condições para o acesso à educação e para a permanência.

Ainda entre os planos analisados, nota-se que os estudos de Dore e Lüscher foram amplamente citados.

Os objetivos de apresentar propostas para a redução do índice de evasão em consonância com a Norma ISO 31000 e de verificar as diretrizes para a gestão de riscos foram alcançados. Assim, responderam às perguntas da pesquisa: quais as propostas podem auxiliar para a redução do índice de evasão escolar na RFEPCT? Quais as diretrizes da gestão de riscos são apresentadas na Norma ISO 31000?

Dito isso, as propostas para a redução do índice de evasão foram apresentadas seguindo as diretrizes da Norma ISO 31000. O Documento Orientador (Brasil, 2014) elenca em sua estrutura as propostas para reduzir a evasão escolar. No entanto, essas ações são apresentadas de forma genérica sem especificar as causas a que se relacionam.

A Norma ISO 31000, por meio das diretrizes, permitiu sistematizar essas ações estratégicas. Ao implementar a gestão de riscos, é possível estabelecer as prioridades de ação e, assim, justificar a adoção das medidas de controle. As diretrizes apresentadas na Norma ISO 31000 consistem em: escopo, contexto, critério; identificação de perigos; análise de riscos; avaliação de riscos; tratamento de riscos; monitoramento e análise crítica; e comunicação e consulta.

Considerando o cenário da RFEPCT e a pluralidade de causas associadas à evasão escolar, as propostas para redução do índice desse fenômeno estão organizadas no Quadro 13 desse trabalho. Para cada motivação individual, fator interno e externo, são apresentadas ações estratégicas para enfrentamento e controle que, após a implementação da modelagem, serão estabelecidas conforme a ordem de prioridade. Isso já responde à questão diretriz da pesquisa: quais as variáveis que influenciam na evasão da EPT?

As variáveis associadas à evasão da EPT são todos os fatores de risco: individuais, internos e externos que tiram do estudante a chance de permanecer na instituição e ter êxito na escolha feita. Por isso, essas variáveis precisam de uma abordagem multifacetada em virtude da complexidade em que se apresentam. Para a garantia de uma formação profissional de qualidade, é necessário que se tenha um diagnóstico preciso da realidade da instituição e que a abordagem aconteça de forma integrada. Não existe gestão sem a participação do coletivo. É preciso que a prevenção das variáveis que levam à evasão na EPT seja uma prática comum em todo ambiente educacional. Um estudante ausente passa a ser de responsabilidade e interesse de todos os setores da escola.

Nesse contexto, desenvolveu-se o Produto Educacional, que consiste na modelagem dos riscos associados à evasão escolar da RFEPCT, utilizando a metodologia da Norma ISO 31000 para que todo o processo de controle possa ser padronizado e gerenciado de forma coletiva.

A modelagem proposta permite gerenciar os fatores que comprometem a permanência e o êxito na RFEPCT. As diretrizes utilizadas na modelagem possibilitam a sistematização de ações organizadas, para que cada instituição, ao implementá-la, consiga realizar intervenções mais precisas e padronizadas.

Com tudo o que foi exposto, percebe-se a importância de conhecer os diversos contextos em que a evasão escolar acontece na RFEPCT e as características específicas que influenciam o processo de permanência e êxito estudantil. Ao implementar as ações estratégicas de prevenção desse fenômeno, busca-se não apenas reduzir índices, mas garantir o sucesso de cada estudante que ingressar na RFEPCT.

A modelagem dos riscos associados à evasão escolar não tem a intenção de encerrar as discussões e ações no âmbito da EPT sobre o assunto. Pelo contrário, esse é o primeiro passo, pois a proposta para um novo trabalho é transformar a modelagem construída em um programa computacional como forma de facilitar a implementação e o monitoramento das ações de enfrentamento da evasão escolar em toda a rede educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcilene Dias de. *Permanência e Êxito no Ensino Médio Integrado do IFG Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes*. 2019. 225f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica Profissional, Goiânia, 2019.

ARAÚJO, E. B.; LIMA, A. M. *O estado da arte sobre evasão escolar nos institutos federais: uma contribuição para a construção de saberes e práticas*. Revista Labor, Fortaleza, v. 01, n. 26, jul./dez. 2021.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR ISO 31000:2009 Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2009.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR ISO 31000:2018 Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. *Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica*. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 16, n. 2, p. 355-74, 2011.

BASTOS, O. G. A. *Análise da evasão escolar no ensino técnico: estudo do caso CEFET - RJ*. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil: Biblioteca da Escola de Engenharia e Informática da UFF, 2014.

BEAN, John P. *Dropouts and turnover: The synthesis and test of a causal model of student attrition*. Research in higher education, v. 12, n. 2, p. 155-187, 1980.

BRASIL. Ministério da Educação. *Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 15 de maio de 2023.

BRASIL. Chamada Pública nº. 002/2007, *Chamada Pública de Proposta para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília, 2007.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Concepção e diretrizes*. MEC/SETEC, Brasília, 2008. Disponível em [Instituições da Rede Federal - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://portal.mec.gov.br)

BRASIL. Ministério da Educação. *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=819-relatversaofinal-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em 16 de maio de 2023.

BRASIL. Decreto nº. 6.095/2007. *Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET*, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

BRASIL. Decreto Lei nº 6.095. *Estabelece diretrizes para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Brasília, 2007

BRASIL. Ministério da Educação. *Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica*. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2014

BRASIL. Ministério da Educação. *Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal)*. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <<http://zip.net/bgtwKR>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Brasil. Tribunal de Contas da União. *Referencial básico de gestão de riscos / Tribunal de Contas da União*. – Brasília : TCU, Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex), 2018.

BRASIL. *Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – GRMDMCI/MPOG. 1*, Brasília. 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui-cao/constituicao.htm Acesso: 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Controladoria Geral da União. *Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016*. Brasília/DF: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Controladoria Geral da União, 2016.

BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar, Brasília, DF, 1998.

BRASIL. MEC. *Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras – ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC*. Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. out. 1996.

BSI, British Standards Institution. BS 8800, London, 1996

BUENO, J. G. S. *Educação especial brasileira*. São Paulo: EDUC, 1993.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Educação profissional brasileira: da colônia ao PNE 2014-2024*. Editora Vozes Limitada, 2018. Disponível em: [Educação Profissional Brasileira: Da colônia ao PNE 2014-2024 - Vanessa Guerra Caires, Maria Auxiliadora Monteiro Oliveira - Google Livros](#). Acesso em 10 de março de 2022.

CAMPOS, Marcelo Mallet Siqueira. *A expansão da rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica no período 2003-2014: uma análise a partir da abordagem das capacitações*. Revista Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 497-516, 2016.

CASTIONI, Remi; MORAES, Gustavo Henrique; PASSADES, Denise Bianca Maduro Silva. *A educação profissional na agenda do Lulismo: visibilidade e limitações de interesses corporativos*. Temáticas, v. 27, n. 53, p. 105-138, 2019.

CIAVATTA, Maria. *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CISLAGHI, Renato. *Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação*. 2008. 253f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

COBRA, M.; BRAGA, R. *Marketing educacional: ferramentas de gestão para instituições de ensino*. São Paulo: Cobra, 2004.

COLOMBO, Irineu Mario. *Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices?*. Educar em Revista, v. 36, p. e71886, 2020.

CONAE. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Documento Referência. MEC/SETEC/CONAE 2010. Disponível em: CONAE - Apresentação - Ministério da Educação (mec.gov.br). Acesso em: 17 de novembro de 2022.

CORRÊA FILHO, I. D. O.; PAIXÃO, J. A. DA; NOGUEIRA, M. D.O. E. *Origem, expansão e interiorização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil*. Revista Diálogo Educacional, v. 22, n. 74, p. 996-1022, 2022.

COTRIM-GUIMARÃES, Iza M. A.; RIBEIRO, Elisa A.; BARROS, Giuliana de S. F. *Desafios da docência para a permanência dos estudantes em tempos de pandemia*. Revista Labor, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 303-327, jul./dez. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, p. 89-107, 2000.

CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2005.

DAMIANO, J.; MULHAUSEN, J. *A strategy for assessing and managing occupational exposures*, 2nd ed. Fairfax, VA: AIHA, 1998.

DAROS, Michelli Aparecida. *A redução da evasão escolar e o Serviço Social: experiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo*. O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 – 2015.

DA ROSA FERREIRA, Daiana; VALER, Salete. *Relação entre processo de ingresso e evasão na rede federal de educação profissional e tecnológica*. Trabalho & Educação, v. 30, n. 3, p. 165-180, 2021.

DA SILVA, Izaura Maria de Andrade; DORE, Rosemary. *A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais*. Revista Educação Especial, v. 29, n. 54, p. 203-214, 2016.

DORE, Rosemary. *Evasão e repetência na rede federal de educação profissional*. XXXVII REDITEC, v. 2, n. 1, p. 05, 2013.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. *Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 144, set/dez., 2011, p. 772- 789.

DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. *Origem social dos estudantes como contraponto à evasão e à permanência escolar nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional*. In: DORE, Rosemary; SALES, Paula Elizabeth Nogueira; SILVA, Carlos Eduardo Guerra (Orgs.). Educação Profissional e evasão escolar: contextos e perspectivas. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017, p. 113- 134.

DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa. *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

FEITOSA, Marivânia da Silva. *Evasão escolar na educação profissional, científica e tecnológica: reflexões e possibilidades de enfrentamento*. XVI, 170f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) / Campus Salgueiro, Salgueiro, PE, 2020.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L., MADEIRA, Felícia R., FRANCO, Maria Laura P. B. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FIGUEIREDO, N. G. S.; SALLES, D. M. R. *Educação profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões*. Ensaios: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 356-392, abr. 2017.

FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Nacional, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1961.

FORNARI, L. T. *Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital*. Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/download/2027/1260/0>. Acesso em: 17 abril. 2023.

FRANÇA, Patricia Dayane C. *et al.* *A evasão escolar dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e suas relações com o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES*. Revista Espacios, v. 41, n. 48, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 83-112, 2018.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. *O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil*. Núcleo de Estudos da UFMG. Belo Horizonte: Unisinos, v. 2, p. 01-18, 2000.

GIL, Antonio Carlos *et al.* *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSSI, M. G. R.; NUNES, R. C. Comparação entre as características e percepções de alunos em curso e dos evadidos de um curso técnico a distância do IF Fluminense. Revista EDaPECI, São Cristóvão, SE, v. 14, n. 3, p. 470–495, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/edapeci/article/view/2346>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIOGRANDENSE. Plano estratégico institucional de permanência e êxito dos estudantes do IF Sul. Pró-Reitoria de Ensino. Pelotas, s/d.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. Plano estratégico institucional de ações de permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Mato Grosso – PEIAPEE – IFMT. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Cuiabá, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL. Plano estratégico institucional de ações de permanência e êxito dos estudantes do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – PEIAPEE – IFMS. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Campo Grande, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Programa estratégico institucional de permanência e êxito de estudantes do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Amapá-IFAP. Pró-Reitoria de Ensino. Macapá, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. Programa estratégico institucional de permanência e êxito de estudantes do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Alagoas- IFAL. Pró-Reitoria de Ensino. Maceió, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Programa estratégico institucional de permanência e êxito de estudantes do instituto federal de educação, ciência e tecnologia da Paraíba- IFPB. Pró-Reitoria de Ensino. João Pessoa, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Programa estratégico institucional de permanência e êxito de estudantes do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Piauí- IFPI. Pró-Reitoria de Ensino. João Pessoa, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE 2017-2024. Aprovado pela Resolução Consup 67, de 31 de julho de 2017. Pró-Reitoria de Ensino. Fortaleza, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - PPE IFNMG. Montes Claros, MG, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - PPE IFRN. Natal, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - PPE IFPA. Belém, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - PPE IFES. Vitória, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - PPE IFSC. Florianópolis, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - PPE IF Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - PPE IF Farroupilha. Santa Maria, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - PPE IF Catarinense. Blumenau, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais - PPE IF Sudeste MG. Juiz de Fora, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pernambuco - PPE IFPE . Recife, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - PPE IF Baiano. Salvador, 2014.

KUNZE, Nádya Cuiabano. *O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro*. Revista brasileira da educação profissional e tecnológica, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2009.

LE BOTERF, G. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIMA, M. *Trabalho e Educação no Brasil: da formação para o mercado ao mercado da formação*. Curitiba: CRV, 2016.

LOPES, Lilá Reis. *O marketing nas IES privadas da Bahia: um estudo sobre o nível de conhecimento e potencialidades de uso do marketing, e sobre as aspirações e necessidades dos estudantes candidatos*. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MACHADO, Márcia Rodrigues. *A evasão nos cursos de Agropecuária e Informática / nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes / MG*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos da Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MATIAS, Irlene dos Santos. *Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas: uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão*. Florianópolis: Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2003.

MARTINS, M. A. F. et al. *Política de gestão de riscos corporativos: o caso de uma agência reguladora da saúde*. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 69, n. 1, p. 7-32, 2018. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3159>. Acesso em: 12 de novembro. 2022.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves, GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda., 2001.

MEIRA, R. C. *As ferramentas para a melhoria da qualidade*. Porto Alegre: SEBRAE, 2003.

MEIRA, C. A. *A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil: Biblioteca Central da UFES, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Histórico da EPT*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. *Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?*. Cadernos de saúde pública, v. 9, p. 237-248, 1993.

MORAES, G. H. *Identidade de escola técnica vs. vontade de universidade a formação da identidade dos Institutos Federais*. 2016. 356 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MOROSINI, Marília Costa *et al.* *A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011*. In: ICLABES. Primera Conferencia Latinoamericana sobre el Abandono en la Educación Superior. EUIT de Telecomunicación, 2012.

MOURA, D. H. *Educação básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração*. Holos, ano 23, v. 2, p. 4-30, 2007.

MÜLLER, Meire T. *O Senai e a educação profissionalizante no Brasil*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 40, p. 189-211, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639814/7377>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

NUNES, Naiara Taise Sousa. *Influência da gestão de riscos sobre a eficiência da gestão acadêmica nas universidades federais brasileiras*. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2021.

PACHECO, Eliezer Moreira. *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. – Natal : IFRN, 2010.

ROSA, A. H. *Ecos da EPT-A Evasão Escolar Nos Cursos Técnicos: diagnóstico, números e propostas para o fortalecimento do ensino técnico*-Um estudo de caso sobre a realidade do IFPI-Parnaíba. 2019. 286 f. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT)–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE-Campus Fortaleza, Fortaleza.

RUMBERGER, Russell W. *Dropping out: Why students drop out of high school and what can be done about it*. Harvard University Press, 2011.

SETEC/MEC. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Concepção e Diretrizes. 2010. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em janeiro de 2023.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC). Ministério da Educação. *Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Períodos Letivos 2009 e 2010)*. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17982setec-analise-indicadores-2009-2010&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 de julho de 2023.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). *Institutos Federais. Lei 11.892, de 29/12/2008; Comentários e Reflexões*. Brasília, DF, Editora do IFRN, 2009.

SILVA, Leonardo Barbosa E.; MARIANO, Alexsandro Souza. *A definição de evasão e suas implicações (limites) para as políticas de educação superior*. Educação em Revista, v. 37, 2021.

SILVA, Tadeu Lucena da. *Baixa taxa de conclusão dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma proposta de intervenção*. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* A evasão no Ensino Superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.

SOARES, Manoel de Jesus A. *As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução*. Revista Fórum Educacional, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 58-92, jul./set. 1982.

SOARES, T. M. *et al.* Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Versão disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0757.pdf> Acesso em 13 de abril de 2022.

SOUZA, Angela Caroline da Costa Santos; DE ALBUQUERQUE MELO, Sônia Pinto. *Permanência e êxito estudantil no âmbito da educação profissional e tecnológica da rede federal*. Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2022.

SOUZA, R. S. *Gestão de riscos integrada e melhoria de desempenho: um estudo com empresas brasileiras não financeiras*. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade Federal da Bahia – UFB. Salvador, 2011.

TCU. Tribunal de Contas da União. *Relatório de Auditoria: Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília, 2012.

TCU. Tribunal de Contas da União. *Evasão Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário*, de 13 de março de 2013. Brasília, 2013.

TINTO, Vincent. *Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago, 1993.

TAUFICK, A. L. O. L. *Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Revista Brasileira de Política e Administração de Educação. Goiás, v. 30, n. 1, p. 18-19, ago. 2014.

VIEIRA, A. M. D P.; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. *A educação profissional no Brasil*. Revista Interações, v. 12, n. 40, 2016.

WITTACZIK, Lidiane Soares. *Educação profissional no Brasil: histórico*. Revista E-Tech: Tecnologias Para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008.

Documento autenticado eletronicamente por GERALDO GONCALVES DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, em 20/03/2024, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, a partir de documento original.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.iftm.edu.br/autenticacao/> informando o código verificador **BD852E1** e o código CRC **9D119DF6**.